



PROFHISTÓRIA

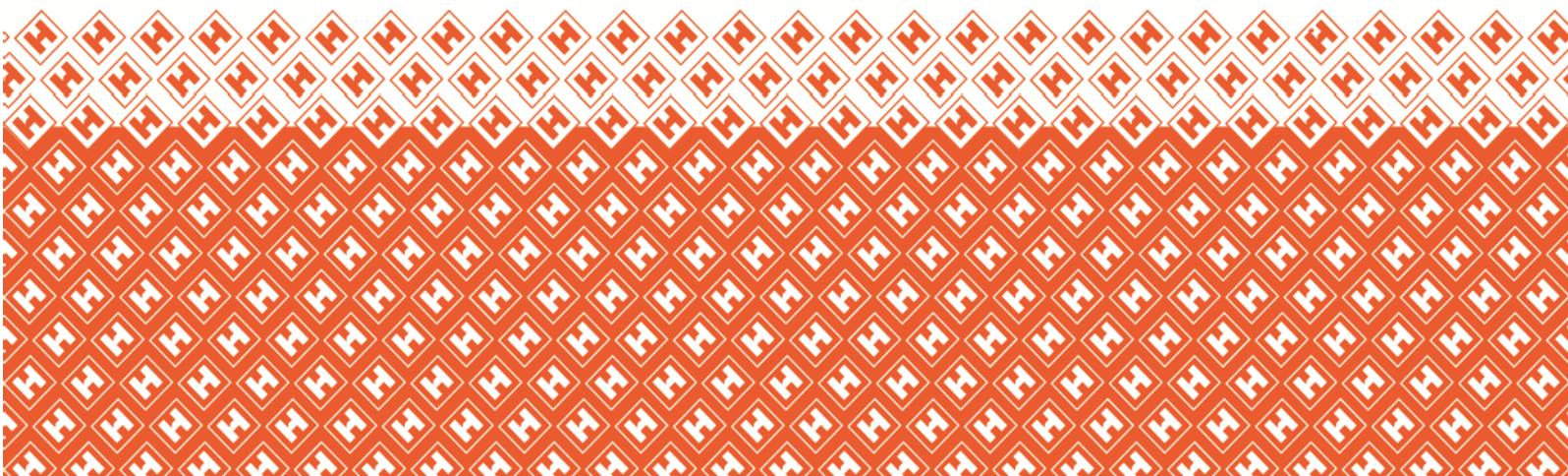
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GUNNAR GABRIEL ZABALA MELGAR

**O ENSINO DE HISTÓRIA EM CACOAL-RO: MEMÓRIAS E RELATOS DE
PROFESSORES DOS TEMPOS DA COLONIZAÇÃO (1972-2010)**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

SETEMBRO / 2021



GUNNAR GABRIEL ZABALA MELGAR

**O ENSINO DE HISTÓRIA EM CACOAL-RO: MEMÓRIAS E RELATOS DE
PROFESSORES DOS TEMPOS DA COLONIZAÇÃO (1972-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.
Orientador: Professor Dr. João Ivo Puhl

CÁCERES/MT
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M521o Melgar, Gunnar Gabriel Zabala

O ensino de história em Cacoal-RO: memórias e relatos de professores dos tempos da colonização (1972-2010) / Gunnar Ganriel Zabala Melgar; orientador, João Ivo Puhl. - Cáceres: UNEMAT, 2021.

131 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Mestrado Profissional em História (ProfHistória), Cáceres, 2021.

1. ProfHistória. 2. Ensino de História. 3. História local. I. Puhl, João Ivo. Orient. II. Título.

CDU: 94:37

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sheila da Cunha Alves CRB 11/1119

GUNNAR GABRIEL ZABALA MELGAR

**O ENSINO DE HISTÓRIA EM CACOAL-RO: MEMÓRIAS E RELATOS DE
PROFESSORES DOS TEMPOS DA COLONIZAÇÃO (1972-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regionalizada de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Dissertação defendida e aprovada em: 20 de setembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. João Ivo Puhl (UNEMAT)
(Orientador)

Prof. Dra. Gilmara Yoshihara Franco (UNESP/UNIR)
(Membro externo)

Prof. Dr. Luiz Cesar Castrillon Mendes (UFGD)
(Membro externo)

Profa. Dra. Marli Auxiliadora de Almeida (UNEMAT)
(Membro interno)

AGRADECIMENTOS

Meu coração estremece quando começo a rememorar todo o caminho percorrido, até chegar neste momento... de parar, refletir e agradecer. Diante das muitas dificuldades enfrentadas, pensei em desistir em diversos momentos, entretanto, graças a pessoas tão queridas, que por meio da empatia e benevolentes conversas, me levaram a repensar, respirar e retomar a jornada.

Inicialmente, agradeço a Deus pela vida e pela saúde! E a Santa Catarina de Alexandria, a Padroeira dos Estudantes!!!

Não tenho palavras para agradecer a paciência e a dedicação do meu querido orientador, o professor João Ivo, contudo, aqui manifesto meus agradecimentos e admiração, não apenas pelo seu conhecimento técnico, mas pela sua sabedoria de vida. Também manifesto meus sinceros agradecimentos ao Prof. Luiz Cesar, à Prof. Marli Auxiliadora, à Prof. Gilmara Yoshihara e ao Prof. Osvaldo, com suas ricas e válidas contribuições junto à minha pesquisa.

A seguir, agradeço a todos os nossos professores do ProfHistória, de modo especial ao Prof. Osvaldo, Prof. Regiane, Prof. Jairo, Prof. Domingos e Prof. Carlos Edinei, Grandes Mestres, que com toda dedicação, diante das adversidades surgidas devido às longas distâncias, por nós percorridas, sempre foram exímios, na árdua missão do ensino-aprendizagem.

Aos companheiros de Rondônia, sempre juntos, tanto na estrada rumo à Cáceres, como também no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos, meu muito obrigado, Grande Sócrates, de Rolim de Moura, Sérgio, de Colorado do Oeste e Wagner, de Vilhena. Guardo ótimas lembranças – Bancada de Rondônia!!! (como éramos chamados).

Agradeço também a parceria de todos os companheiros de turma (2019), que juntos, formávamos uma turma um tanto quanto “cosmopolita”, devido à proveniência dos mais diversos lugares, do Mato Grosso e Rondônia, assim obrigado pelo companheirismo meu querido amigo Geraldo de Brasnorte, Leôncio de Pontes e Lacerda, Michelle, Vera e Kaique, de Cáceres, Leandro e Lilian de Poconé, Lucimari de Rondonópolis, Anderson e Maria Cecília de Sinop, Ana Paula de Várzea Grande, Luzineth de Cuiabá, Aline de Lambari D’Oeste e Paulo de Canarana e ao Maurício. Vocês foram incríveis, cada um a seu modo! Foi uma honra compartilhar momentos tão preciosos, meus queridos!

Meus agradecimentos também à querida companheira Bárbara e sua irmã Glaucia, como a toda sua família, que durante o período das disciplinas me acolheram com muita amizade e hospitalidade, em sua casa. Foram momentos preciosos para mim!

Ao seu João, do Hotel Flor do Pantanal, que juntamente à sua esposa dona Lurdes e sua filha Joyce, nos proporcionaram uma excelente hospitalidade ao longo de todo o ano de 2019, meus sinceros agradecimentos.

Não posso deixar de manifestar minha gratidão à Prof. Rosecler, que na época das disciplinas do curso, era diretora da Escola Estadual Clodoaldo Nunes de Almeida, por todo seu apoio. Também, todo meu carinho e gratidão à querida Prof. Biga, que como diretora da Escola Estadual Carlos Gomes, foi crucial para que eu pudesse finalizar as disciplinas do mestrado, no ano de 2019.

Aos professores e professoras, da disciplina de História, que tão corajosos, se puseram a disposição do ensino de História, às crianças e jovens, no processo de colonização do estado de Rondônia. E que também aceitaram o desafio, de contribuir com nossa pesquisa, muito obrigado a cada um e cada uma pelo esforço e tempo dedicado às nossas primorosas conversas.

À querida companheira de luta, Prof. Marlene Ceconi que no transcorrer da pesquisa, foi meu baluarte com relação às questões educacionais, com suas memórias e experiência de três décadas, na educação rondoniense. Muito obrigado companheira!

Agradeço também à Prof. Laide Ruiz, pelo seu apoio no desenvolvimento do projeto de pesquisa, com toda sua expertise na cultura Paiter Suruí, foi uma experiência muito enriquecedora!

Como deixar de registrar minha gratidão à querida Sheila Alves, que contribuiu significativamente para que este trabalho pudesse ser concluído, através de suas motivações e seu conhecimento técnico.

Aproveito também, a oportunidade de agradecer o companheirismo da minha querida amiga Deusinha, que ao longo deste processo sempre me apoiou e aconselhou, sendo um incentivo constante nesta trajetória formativa. Não posso deixar de mencionar, a sua amiga Cira, que me deu uma carona de Cacoal a Cáceres, nunca imaginei que pudesse ir de carona até a Universidade, lembrando que o trecho é de aproximadamente uns 800 km. Valeu Cira!!

Agradeço imensamente a Deus, pelos amigos de Guajará-Mirim: primeiro a Ana Divina que sendo minha amiga, sempre pude compartilhar minhas alegrias e tristezas em todos os momentos; à Esma, que foi um primor em relação às minhas indecisões e minhas angústias; e ao Charles, com quem por diversas vezes pudemos ter conversas animadoras, ao ponto de por um momento esquecer as dificuldades a serem transpostas. Meus queridos amigos, minha eterna gratidão!

A minha irmã Débora, que sempre esteve junto a mim, na torcida pelo desenvolvimento da pesquisa, apesar dos momentos mais difíceis, que passamos juntos, meu carinho e amor!

Enfim, deixo aqui, o máximo de minha gratidão à minha querida avó Assunta Melgar Vargas, meu baluarte, que lamentavelmente, tornou-se mais uma vítima, deste tão tenebroso vírus do Covid-19, em finais de agosto de 2020. Todo meu amor, em sua memória dedico este trabalho!

A História está repleta de pessoas que, como resultado do medo, ou por ignorância, ou por cobiça de poder, destruíram conhecimentos de imensurável valor que, em verdade, pertenciam a todos nós. Nós não devemos deixar isso acontecer de novo.

Carl Sagan

RESUMO

Esta dissertação aborda uma história do ensino de História local em Cacoal-RO (1972-2010), desde o período da formação do povoado, passando pela sua emancipação político-administrativa. A pesquisa está vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, tendo como eixo norteador a linha de Pesquisa 1 – Saberes Históricos no Espaço Escolar, com enfoque especial para o ensino da História na educação básica, desde os primeiros anos da vila de Cacoal. O estudo da educação escolar e do ensino de História ocorre no processo de colonização do hoje estado de Rondônia estimulado pela abertura da BR-364 e as propagandas governamentais, na década de 1970. O assentamento de migrantes denominados colonos aconteceu através dos Projetos Integrados de Colonização (PICs), geridos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A propaganda e a criação de núcleos populacionais, promoveram intensos fluxos migratórios de populações sem-terra e sem trabalho ou com pouco capital, oriundas do Nordeste, Sul e Sudeste. Nesta perspectiva, surgiu o povoado que hoje corresponde à cidade de Cacoal, nas margens da BR-364. Como objetivos centrais de nossa pesquisa, temos o anseio de investigar o processo migratório nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000 no estado de Rondônia, mais especificamente na região do rio Machado (Cacoal); estabelecer um paralelo entre o ensino de história, as memórias coletivas e a formação identitária do povo cacoalense; e assim, sistematizar o resultado da pesquisa em material didático a ser trabalhado em sala de aula, pelos professores da disciplina de História de Rondônia. Começamos a pesquisa com uma revisão bibliográfica detalhada resenhando obras impressas e digitais, para conhecer o que já se sabe sobre a história e o ensino da história de Rondônia e de Cacoal. As principais fontes documentais foram relatos de cronistas, documentos dos projetos de colonização e da educação em Rondônia, os PPPs de escolas e os relatos orais obtidos nas entrevistas com os professores de História. E utilizamos a Metodologia da História Oral para obter os relatos orais dos professores. Entrevistamos seis professores da educação básica, que atuaram ou ainda atuam na rede pública do estado e/ou município. A contribuição desta pesquisa com a sociedade rondoniense foi o registro de memórias que trazem à tona os percalços que a disciplina História de Rondônia passou por três décadas, como a falta de materiais didáticos disponíveis, a sobrecarga de horas/aula e a baixa remuneração dos professores, para a melhoria do ensino desta disciplina. Nesta situação, muitas vezes, os professores complementam sua renda assumindo mais carga horária, em várias escolas. O resultado concreto desta dissertação, foi o Guia Didático – Cacoal: princípios norteadores para o ensino da História local, para auxiliar o (a) professor (a) que se proponha a enriquecer suas aulas de História local.

Palavras-chave: Cacoal-RO. História. Ensino de história local. ProfHistória.

ABSTRACT

This dissertation approaches a history of the teaching of local history in Cacoal-RO (1972-2010), from the period of formation of the village, passing through its political-administrative emancipation. The research is linked to the Professional Master's Program in History Teaching – ProfHistória, having as its guiding axis the Research Line 1 – Historical Knowledge in the School Space, with a special focus on the teaching of History in basic education, from the first years of the village of Cacoal. The study of school education and the teaching of history takes place in the colonization process of today's state of Rondônia, stimulated by the opening of BR-364 and government advertisements in the 1970s. (PICs), managed by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA). Propaganda and the creation of population centers promoted intense migratory flows of landless and jobless populations or those with little capital, coming from the Northeast, South and Southeast. From this perspective, the village that today corresponds to the city of Cacoal emerged, on the banks of the BR-364. As central objectives of our research, we have the desire to investigate the migration process in the 1970s, 1980s, 1990s and 2000s in the state of Rondônia, more specifically in the region of the Machado River (Cacoal); establish a parallel between the teaching of history, collective memories and the identity formation of the Cacoal people; and thus, systematize the result of the research into teaching material to be worked on in the classroom, by the professors of the discipline of History of Rondônia. We started the research with a detailed bibliographical review reviewing printed and digital works, in order to know what is already known about the history and teaching of the history of Rondônia and Cacoal. The main documentary sources were reports from chroniclers, documents from the colonization and education projects in Rondônia, PPPs from schools and oral reports obtained from interviews with history teachers. And we used the Oral History Methodology to obtain the teachers' oral reports. We interviewed six basic education teachers, who worked or still work in the state and/or municipal public network. The contribution of this research to the society of Rondônia was the record of memories that bring to light the mishaps that the subject History of Rondônia went through for three decades, such as the lack of available teaching materials, the overload of hours/class and the low remuneration of teachers, to improve the teaching of this subject. In this situation, teachers often supplement their income by taking on more hours at various schools. The concrete result of this dissertation was the Didactic Guide – Cacoal: guiding principles for teaching local history, to help teachers who intend to enrich their local history classes.

Keywords: Cacoal-RO. Story. Teaching local history. ProfHistory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Figura 01 - Mapa da localização de uma fazenda dentro do município de Cacoal, estado de Rondônia	17
Figura 02 - Mapa da Região Norte e Centro-Oeste do Brasil em 1944.....	20
Figura 03 - Linhas Telegráficas – Comissão Rondon.....	33
Figura 04 - Mapa da Terra Indígena Sete de Setembro ou Paiterey Garah.....	42
Figura 05 - Mapa da Terra Indígena Sete de Setembro – TISS/TIPG.....	43
Figura 06 - Fotografia da Catedral Nossa Senhora do Seringueiro (1971).....	45
Figura 07 - Croqui da BR-364 a partir de Limeira.....	52
Figura 08 - E a terra era um sonho (1977).....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5º BEC – Batalhão de Engenharia e Combate

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

DF – Distrito Federal

EUA – Estados Unidos da América

FNFi-UB – Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PARMSRN – Plano de Ação Participativo para o desenvolvimento de uma economia racional e de manejo sustentável dos Recursos Naturais da Terra Indígena.

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

PROHACAP – Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos

SPILTN – Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais.

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

TISS – Terra Indígena Sete de Setembro

TIGP – Terra Indígena Paiterey Garah

TI – Terra Indígena

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DE CACOAL (1910-2010).....	28
1.1 Políticas de integração nacional dos territórios considerados “vazios”	32
1.2 As populações tradicionais: indígenas e extrativistas	40
1.2.1 Os Paiter Suruí.....	40
1.2.2 Seringueiros, castanheiros e outros extrativistas da floresta	44
1.3 O INCRA e os Projetos de Colonização em Rondônia	49
1.3.1 Meios de transportes e a BR-364	49
1.3.2 Os Projetos Integrados de Colonização	52
CAPÍTULO II – ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM CACOAL-RO (1972-2010).....	56
2.1 “Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”	61
2.2 A migração e suas perspectivas	63
2.3 Memórias da juventude, trabalho e migração	67
2.4 O imaginário sobre a Amazônia	70
2.5 A caminho de Cacoal-RO	71
2.6 Receptividade e integração na “comunidade” de Cacoal	73
2.7 O momento da chegada e o “sonho” era uma realidade	76
2.8 Entre a formação e o magistério nas novas terras	79
CAPÍTULO III – MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DO ENSINO DA HISTÓRIA DE CACOAL-RO.....	83
3.1 As escolas, os professores e os alunos.....	84
3.2 A questão étnica nas primeiras décadas em Cacoal... ..	88
3.3 Políticas Públicas para a Educação.....	92
3.4 O ensino de História local e seus diversos desafios!	98
3.5 O ensino de História na formação de uma identidade local	107
3.6 A História na constituição de um povo.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.	123

INTRODUÇÃO

O resultado da pesquisa sobre o ensino de história nas escolas de educação básica do município de Cacoal realizada no âmbito do programa de mestrado profissionalizante de ensino de História (PROFHISTÓRIA)¹, na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em Cáceres entre fevereiro de 2019 e setembro de 2021, tem como objetivo registrar uma variedade de memórias na formação de uma multiplicidade identitária cacoalense, vinculada à história de vida dos migrantes que chegaram nas décadas passadas para construir uma nova vida.

Logo de início faz-se necessário mencionar que esta pesquisa perpassa o cerne da Pandemia de Covid-19, que no Brasil surgiu em meados de março de 2020, matando mais de 500 mil pessoas, sendo jovens, adultos e idosos. Este vírus, que entre 2020/2021, sofreu mutações e originou diversas variantes, avassalou o mundo, dizimando famílias, deixando filhos órfãos, mães e pais, sem seus filhos, num cenário tão catastrófico. Em seu auge, as famílias nem podiam sepultar seus mortos.

E diante do vírus desconhecido, advindo do SARS-CoV-2², a primeira grande mudança sanitária foi o distanciamento social e o uso contínuo de máscara, além de lavar as mãos constantemente e a utilização de álcool 70, como principais protocolos sanitários. Foi neste contexto, que se deu efetivamente o desenvolvimento de nossa pesquisa, onde estudantes do mundo todo tiveram que ficar em casa, estudando de modo remoto, tendo que se adequar às novas tecnologias educacionais, com suas perspectivas e desafios. E não obstante a educação, muitas empresas, com seus funcionários, também tiveram que deixar o trabalho *in loco* (no próprio local), para adequar-se ao *home office* (trabalho em casa), em contato direto com seus parceiros e colaboradores, através dos meios de comunicação, desenvolvidos e aprimorados cada vez mais neste período. Assim, entre diversas perdas de familiares, amigos, conhecidos e desconhecidos, trabalhando em *home office*, no decorrer de meses, é que pode ser concebido este trabalho, com muitas dificuldades, entre o físico e o mental, com o temor deste vírus tão devastador, que por muitas vezes, foi descrito como “uma loteria” da morte, levando jovens saudáveis e poupando pessoas acometidas por outras doenças. A sensação constante da fragilidade da vida e a dor das perdas são sentimentos que nos acompanham, e nos fazem amar cada vez mais a vida, valorizar o próximo, e buscar desenvolver a resiliência, frente as tantas

¹ O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), oferecido em rede nacional, é um programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC).

² “É um vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ele ficou conhecido, no início da pandemia, como ‘novo coronavírus’”, cf. Butantan (2021, s/p.).

dificuldades que nossa sociedade vem passando nos últimos 18 meses. Dando prosseguimento, vamos situar o tema desta pesquisa, relatando alguns pontos acerca de Cacoal, assim como, de que maneira surgiu a ideia do projeto sobre o ensino de História no período de colonização no município.

Cacoal está localizada a 479 km da capital Porto Velho e possui uma população estimada em 85.893 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020)³. No dia 26 de novembro de 2020 completou 43 anos de emancipação político-administrativa, pautando suas quatro décadas em uma história peculiar de desenvolvimento e prosperidade para os moldes do estado de Rondônia.

Como autor desta pesquisa, conto minha trajetória no magistério que culminou no Mestrado Profissional em Ensino de História. Sou docente da educação básica do estado de Rondônia desde o ano de 2010. Iniciei meu magistério em minha cidade natal, Guajará-Mirim (RO), fronteira com Guayaramerín (Beni – Bolívia). Licenciado em filosofia (2008), iniciei o magistério na educação básica estadual no ano de 2010.

Desde o primeiro momento, completei a carga horária semanal (32h/aula) entre as disciplinas de História, Filosofia e Ensino Religioso. Nos primeiros anos na educação, atuei no ensino fundamental II, para depois efetivamente atuar com a disciplina de filosofia no ensino médio, a partir de um reordenamento realizado pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC-RO). Neste período, de pouco mais de uma década, tive a oportunidade de conviver com diversos grupos de crianças, jovens e adultos que, na fronteira, muitas vezes, são esquecidos, por falta de políticas públicas do Estado em seus diversos níveis.

Assim, no decorrer dos anos, fui ansiando por melhores condições de vida e trabalho, o que não conseguia perceber na realidade em que me encontrava. Deste modo, ao idealizar uma cidade em que pudesse exercer meu magistério frente a outras perspectivas de vida, nunca imaginei Cacoal.

Entretanto, na oportunidade de transferência de município, realizei uma pesquisa entre os 52 municípios do estado de Rondônia, onde pudesse ter acesso à saúde, educação e infraestrutura urbana melhor. Foi assim que me deparei, entre outras fontes informativas, com um vídeo intitulado: “Cacoal terra de oportunidades”, de 2012⁴. A seguir, apresento e analiso os principais tópicos desenvolvidos na apresentação deste audiovisual, em que a narradora começa dizendo:

³ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/cacoal.html>. Acesso em: 03 fev. 2021.

⁴ ISLIDEMIDIA. Cacoal Rondônia Brasil: lugar bom para se viver: terra de oportunidades. **Youtube**, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T8zCEsQrr3w>. Acesso em: 04 jun. 2021.

O que você vai ver nos próximos minutos é um breve panorama do que é nossa Cacoal. Você vai ver o que está sendo feito pela saúde de todos, qual o nível de educação de nossos jovens, o quanto a indústria está crescendo, o imenso movimento comercial e as obras estruturantes para beneficiar o cidadão (SLIDEMIDIA, 2012, n.p).

Por se tratar de uma cidade que está à margem da BR-364, Cacoal parece ser um bom local para viver. E, quando a apresentadora diz que será apresentado “um breve panorama do que é nossa Cacoal”, é muito importante considerar o pronome possessivo “nossa” para designar a cidade de Cacoal, local de educação para os jovens, e desenvolvimento por meio de uma mão de obra qualificada, para a indústria e o comércio.

Em seguida, destaca a localização do município no estado, bem como sua população e infraestrutura urbana.

Cacoal é uma **terra de oportunidades**. Para todas as **pessoas de bem** e para todas as empresas que queiram crescer de modo ordenado. Situada a 479km de Porto Velho no eixo da BR-364, Cacoal é a quarta mais populosa cidade do estado. E seu progresso pode ser medido assim: são 80 mil habitantes e mais de 60% da cidade é servida por esgoto sanitário e galerias pluviais. Nossa cidade oferece ao cidadão 100% de água tratada (SLIDEMIDIA, 2012, grifo nosso, n.p).

A expressão “terra de oportunidades” é muito tocante, e foi crucial para minha decisão, na mudança que ansiava, o que não me torna tão distinto daqueles migrantes (das décadas passadas) que também sonhavam com Cacoal, um lugar para se ter uma outras oportunidades na vida, construir uma nova história. Provavelmente, não seja o “Eldorado”, num sentido conotativo do termo, entretanto, quando eu como indivíduo, me proponho a ser bom e a fazer o bem, no lugar onde vivo, neste sentido estarei contribuindo para que este lugar também seja bom.

No que diz respeito à saúde, a apresentação se refere da seguinte forma: “Para cuidar da nossa gente, existem 400 leitos hospitalares nos 06 hospitais da cidade, além do serviço de alta qualidade prestado nas 09 unidades de saúde” (SLIDEMIDIA, 2012), sendo um polo de saúde, auxiliando diversos outros municípios de menor porte em seu entorno.

Já acerca da pecuária, Cacoal também se destaca como um município produtor de carne e leite:

O rebanho bovino é composto por 410 mil cabeças que geram 192 toneladas de carne por dia, 04 frigoríficos, 01 curtume e 85 mil litros diários de leite. Além da pecuária, Cacoal é muito forte na produção de café. Neste ano, as lavouras cafeeiras no município vão produzir nada menos que 150 mil sacas (SLIDEMIDIA, 2012, n.p).

Como polo educacional, Cacoal dá suporte aos municípios próximos, na formação acadêmica dos jovens.

Vale a pena conhecer o quanto Cacoal aplica na educação das crianças, adolescentes e universitários. Veja esses dados: 08 escolas na iniciativa privada, com mais ou menos três mil alunos; 06 creches, 20 escolas urbanas e rurais no município, 17 escolas estaduais, oito mil alunos nas escolas do município e 20 mil nas estaduais; 06 faculdades com 35 cursos, incluindo medicina. Sete mil alunos em nível universitário, é o maior polo universitário no interior de Rondônia (SLIDEMIDIA, 2012, n.p).

Na economia, são destaques o comércio e a produção de cerâmica, que geram uma grande quantidade de empregos:

Cacoal é um grande polo cerâmico e do comércio. São 2.500 empresas legalizadas que geram emprego com carteira assinada, para 12.500 pessoas. Grande parte da massa trabalhadora está empregada nos 120 supermercados, mercearias e mini mercados. Pelas ruas de Cacoal circulam 45 mil veículos, é fantástico! (SLIDEMIDIA, 2012, n.p).

Ressaltado o empreendedorismo e o trabalho, aparece a propaganda a respeito do lazer. O vídeo enfatiza o seguinte: “Mas Cacoal também sabe se divertir! Nossa cidade é um verdadeiro centro de gastronomia e lazer, os bares, restaurantes, lanchonetes e o melhor que a vida noturna pode oferecer [...]” (SLIDEMIDIA, 2012).

No cenário regional, ainda apresenta o município como um dos melhores, quanto ao PIB e ao IDH:

E como você pode ver, não há nenhum setor em Cacoal que não apresente índices belíssimos de crescimento. O Produto Interno Bruto (PIB) de Cacoal é um dos mais altos de toda Rondônia 11.819,56 per capita, além disso o IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano de Cacoal é de 0,75, atingindo marcas só encontradas no sudoeste do Brasil. Além desses fatores, Cacoal apresenta altos índices de segurança, escolaridade e atendimento à saúde (SLIDEMIDIA, 2012, n.p).

Para finalizar, a apresentação dá ênfase a Cacoal como uma “terra de oportunidades” que está aberta a acolher todos que desejam crescer e construir uma história.

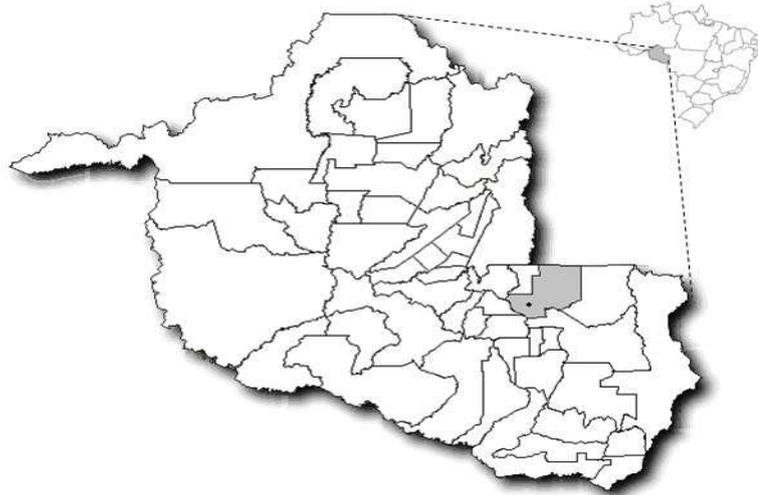
Isto é um pouco de nossa cidade, e esta terra de oportunidades está de braços abertos para aqueles que querem plantar seu futuro em base sólidas, duradouras, corretas. Venha para Cacoal, porque o melhor futuro começa agora. Cacoal, uma terra de oportunidades! (SLIDEMIDIA, 2012, n.p).

Nesse intuito, ao observar uma cidade do interior de Rondônia, onde ao menos em seu próprio marketing, houvesse números favoráveis quanto à educação, saúde, segurança pública e infraestrutura urbana, decidi partir para a chamada “terra das oportunidades”. Fato interessante é que no primeiro mês de minha chegada, descobri as inscrições para a prova do ProfHistória em rede nacional, infelizmente não fui aprovado na primeira tentativa. O ano de 2018, foi um ano abençoado, pois foi quando aprovado na seleção do ProfHistória, precisava

encontrar um tema para o projeto de pesquisa a ser desenvolvido durante o curso. O mais instigante foi buscar compreender como o ensino de História contribuiu significativamente na constituição do município de Cacoal, desde os primeiros anos da década de 1970.

Com o enfoque no município de Cacoal, a figura 01 destaca a sua localização geográfica em relação ao estado de Rondônia.

Figura 01 - Mapa da localização do município de Cacoal, estado de Rondônia.



Fonte: ResearchGate⁵ (Site).

O município de Cacoal possui limites territoriais ao norte com o estado de Mato Grosso; a oeste, com Presidente Médici/Ministro Andreazza; ao sul, com Rolim de Moura; a leste com Pimenta Bueno e a oeste, com Espigão do Oeste.

A trajetória de sua população marcou a constituição de um povo, não unicamente autóctone da região, que acolheu milhares de migrantes dos mais diversos lugares do país. Esta realidade foi descrita por um professor que se considera pioneiro em Cacoal, Quiles⁶:

Oriundos das mais longínquas regiões do Brasil – praticamente de todos os Estados da Federação – os colonos sempre se depararam com muitas dificuldades para a sua instalação física nesta região; problemas desde a sua postura física, de adaptação a uma nova realidade cultural, até a luta para vencer os obstáculos comuns da natureza bruta e desconhecida da própria terra em que pisavam. Além do que a insociabilidade decorrente do agrupamento de pessoas de tantos e os mais diferentes hábitos era um fator negativo que entravava a integração do grupo [...]. (QUILES *et al.*, p. 29, 1986).

⁵ Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Mapa-com-a-localizacao-do-municipio-de-Cacoal-estado-de-Rondonia-em-destaque_fig2_269701208. Acesso em: 03 fev. 2021.

⁶ Foi professor de Comunicação e Expressão, Línguas e Literaturas na rede oficial de ensino do Estado de Rondônia, no município de Cacoal, atuando em diversas escolas. O campus da Fundação Universidade Federal de Rondônia (Cacoal) recebe o nome do Professor Francisco Gonçalves Quiles, em homenagem à sua reconhecida atuação na educação no município de Cacoal.

Esta saga dos primeiros colonos no território rondoniense foi o confronto com um misto de indígenas Paiter Suruí, Cinta Larga e populações extrativistas, quando freneticamente, no alvorecer da década de 1970, nasceu o povoado de Cacoal. Mas, esse não foi o princípio do povoamento, pois antes dos colonos vieram outros. Segundo o dicionário Houaiss (2011, p. 407), pioneiro é (o) que está entre os primeiros que penetram ou colonizam uma região; desbravador; (o) que anuncia algo de novo ou se antecipa a algo ou alguém; precursor.

Essas definições do dicionário caracterizam-se pelo sentido amplo que descrevem o termo em destaque, entretanto, é importante ressaltar que o conceito de “pioneiro” se destaca nas áreas de colonização recente como a ação avassaladora de terras já habitadas por populações indígenas, com o intuito de levar a “civilização e o progresso”, como bem descreve Eliane Teodoro Gomes em sua dissertação acerca do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Gy-Paraná:

Nesse sentido os sujeitos considerados pioneiros não são àqueles que chegaram primeiro, nem são os que adentraram a floresta e abriram caminho para a ocupação da área. São considerados “pioneiros” aqueles que chegam e instalam os mercados, lojas, o comércio, empresas por isso, tornam-se conhecidos. Os sujeitos da frente de expansão tendem a serem sujeitos silenciados, que permanecem ignorados e desconhecidos (GOMES, 2019, p. 49).

Este sentido de frente pioneira já se encontra nos estudos de Pierre Mombeg (1940) e também foi problematizada por Martins (1998) como a frente capitalista incorporando territórios, recursos e produção das periferias ao mercado capitalista dos grandes centros.

Assim, no início do século XX chegaram as instalações de linhas telegráficas por meio da comissão comandada pelo Marechal Rondon, dando início a um *front* contra as populações tradicionais, nas áreas consideradas “vazias”. Cacoal, assim como Pimenta Bueno e Presidente Médici, foi utilizada como ponto de apoio, entretanto, apenas na década de 1960 que o vilarejo tomou forma como “lugar de comércio” entre os viajantes.

Com a execução do PIC Gy-Paraná, em 1972, houve a possibilidade de um rápido desenvolvimento demográfico e econômico da vila de Cacoal⁷. Este núcleo agrícola e urbano tornou-se município emancipado de Porto Velho pela lei federal nº 6.448 de 11 de outubro de

⁷ Em arquivos da igreja Católica de Humaitá (Amazonas), encontram-se os relatórios do padre Ângelo Cerri, datados de 1936, onde consta o nome do Seringal Cacoal, época em que percorreu a região evangelizando, realizando batizados e casamentos. (KEMPER, 2006, p. 232). Entretanto, antes de ter sua emancipação político-administrativa, o povoado era também conhecido como Vila de Nova Cassilândia, cf. Kemper (2006, p. 110).

1977. Em concomitância à criação de Cacoal, também foram criados os municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno e Vilhena.

Durante as ondas migratórias dos anos de 1970, 80 e 90, professores-migrantes participaram da formação do povo *cacoalense* e se dedicaram ao magistério, contribuindo significativamente para a educação escolar das novas gerações instaladas no município.

No contexto da formação do município, o primeiro aspecto a compreender na década de 1970 está relacionado aos governos militares. No ensino iniciou-se uma nova legislação aos moldes do Estado autoritário com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 5.692 de 1971.

Acerca desta legislação, tem-se que em 2018 foi promulgada a Base Nacional Comum Curricular, com um novo panorama para o cenário educacional brasileiro, algo semelhante ao que aconteceu no início da década de 1970, com a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, em que o 2º grau passou a focar especificamente na profissionalização do aluno, ou seja, o ensino tanto da esfera pública quanto privada, teve que se adequar aos moldes profissionalizantes propostos pela nova legislação.

Entre outras características da chamada Lei da Reforma, tem-se que:

Os anos em que os militares se alternaram no poder se caracterizaram por profundas alterações na educação brasileira. Entre 1964 e 1971 importantes modificações se processaram no que pode se denominar como os anos da Reforma Educacional. Ao mesmo tempo em que professores eram aposentados compulsoriamente e o movimento estudantil era aos poucos controlado, se estabeleceu a criação das licenciaturas curtas (1964), a Reforma do Ensino Superior (1968) e a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus. A reforma autoritária impôs alterações no ensino de História e na formação de professores até então vigentes no país. A disciplina História passou a ser ministrada apenas no 2º grau, atual ensino médio, enquanto os Estudos Sociais tornaram-se matéria de estudo e disciplina obrigatória em todo o 1º grau, atual ensino fundamental (NASCIMENTO, 2015, p. 01).

Durante o governo de Médici, foi concebido a reforma com o argumento da necessidade de mão de obra, pois o país passava pelo “milagre econômico”, com um ritmo acelerado de industrialização e perspectivas de um progressivo desenvolvimento (BELTRÃO, 2017).

A formação do povoado e sua emancipação ocorreram quando ainda era Território Federal de Rondônia⁸. Na origem do estado de Rondônia estava o fato de que o Território

⁸ Pelo Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o Presidente da República Getúlio Vargas, desmembrando áreas do Amazonas e Mato Grosso, cria o Território Federal do Guaporé, permanecendo até 1956 quando o governo federal altera a sua designação, passando a ser Território Federal de Rondônia. Este último nome só modificado com a criação do Estado de Rondônia em fins de 1981 e início de 1982. (LIMA, 1997, p. 86).

Federal do Guaporé resultou do desmembramento de terras do estado de Mato Grosso e do Amazonas, que ocorreu no governo do presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943⁹, em concomitância aos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Ponta Porã e do Iguazu (PINTO, 1993)¹⁰.

Figura 02 – Mapa da Região Norte e Centro-Oeste do Brasil em 1944



Fonte: Guia Geográfico (Site)¹¹

Como mencionado anteriormente, as ondas migratórias rumo ao norte, povoaram áreas antes ocupadas por populações tradicionais, ocasionando choques culturais dos migrantes, com os indígenas e seringueiros extrativistas.

Neste panorama, a dissertação repassou três períodos e categorias: primeiro, o nascimento e colonização de Cacoal sob os governos militares até a formação do município (1972-1977); segundo, a emancipação política de Cacoal até a constituição do Estado de Rondônia (1977-1982); e terceiro, o desenvolvimento de Cacoal no Estado de Rondônia (1982-2010). Os três períodos estão estreitamente ligados à formação dos primeiros grupos de ensino,

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm. Acesso em: 04 fev. 2021.

¹⁰ Emanuel Pontes Pinto nasceu em Belém, no ano de 1924. Migrou para Porto Velho, onde atuou como funcionário público municipal e federal, sendo deputado do Arena entre 1967-1971, tornando-se prefeito de Porto Velho em 1974. Foi membro do Conselho de Cultura do Território Federal de Rondônia. Graduado em História pela Universidade Federal de Rondônia, mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e professor substituto na Fundação Universidade Federal de Rondônia. Membro do Instituto San Martiniano do Brasil, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico, e da Academia de Letras de Rondônia; membro do Instituto Brasil-Bolívia e Instituto Cultural Brasileiro-Peruano Marechal Ramon Castilla, no Rio de Janeiro, e da Sociedade Brasileira da Pesquisa Histórica em Curitiba. Foi autor de diversos livros entre eles: Caiari: lendas, proto-História e História; Real Príncipe da Beira; Rondônia: Evolução Histórica etc.

¹¹ Disponível em: <http://www.historia-brasil.com/mapas/brasil-1944.htm>. Acesso em: 04 fev. 2021.

passando pela criação das primeiras escolas mistas (município/Território), até a formatação atual do sistema de ensino básico no município.

Cacoal é um município novo e pesquisar a história da migração e da atuação dos professores de história é de suma importância para a educação no estado. Em Rondônia, a disciplina História de Rondônia faz parte da grade curricular. Demonstramos como se chegou à ementa dessa disciplina e como os professores de história sistematizaram a história da colonização de Cacoal como conteúdo a ensinar nas escolas.

A dissertação tem como objetivo contribuir com a sociedade de Rondônia porque sistematizou conhecimentos da História regional, que podem ser utilizados nas disciplinas de História e História de Rondônia, especialmente quando se propõe como uma vertente da historiografia essencial para “compreender a realidade em que os estudantes estão inseridos” (SILVA, 2013, p. 02)¹², e não obstante, também:

[...] aceitar o desafio de estimularem os alunos a produzirem suas próprias histórias. Só assim se poderá dar voz aos ‘novos’ personagens da narrativa historiográfica (mulheres, sertanejas, negras, indígenas, orientais, crianças e etc.), fazendo com que não apenas a escola e a história façam sentido, mas também este novo cenário marcado pela globalização, pela redemocratização. Somente assim o aluno será capaz de se identificar com a história ensinada nas aulas (MOREIRA, 2017, s/p)¹³.

Nesse panorama, é perceptível a dinâmica e a articulação da história regional e local, pois,

as possibilidades de fontes para se fazer História Regional e Local são inúmeras, podemos busca-las em arquivos públicos e particulares, em livros de atas da Câmara de Vereadores, em jornais, monumentos, fotos, entrevistas, livros de memorialistas, filmes, músicas, no cotidiano das pessoas e outras infinitudes de fontes históricas (SILVA, 2013, p. 08).

Encontramos, ainda vivos, muitos professores que ministraram a disciplina de história no início da colonização de Cacoal, que contribuíram com seus relatos a respeito da história da colonização do município e da educação ofertada durante esses anos.

No desenvolvimento da pesquisa entrevistamos professores que chegaram em Cacoal nas décadas de 1970, 80, 90 e 2000. Estas entrevistas foram gravadas e depois transcritas para registrar a memória oral desses professores e sistematizar informações sobre aquele momento histórico de Cacoal.

¹² Luís Carlos Borges da Silva é professor da Educação Básica do estado da Bahia, licenciado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e especialista em História Regional pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

¹³ Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e professor das redes municipais de Armação dos Búzios e de Cabo Frio – RJ.

O problema da pesquisa foi formulado nestes termos: Como ocorreu o ensino da disciplina de História em Cacoal, da colonização até a década de 2010? E como foi estruturado o currículo da disciplina de História de Rondônia? Tendo em vista que no início da colonização (1972), não havia uma distinção entre as disciplinas das Ciências Humanas, como a História propriamente dita, e sim a disciplina de Estudos Sociais, que apresentava uma visão básica da História Geral. Tendo em vista que a disciplina de História de Rondônia foi introduzida na grade curricular na década de 1990, oportunizando desde então, aos docentes e discentes, conhecer a história de seu estado.

Neste sentido, no intuito de desenvolver a pesquisa, pusemos como objetivos centrais: primeiro, realizar um estudo criterioso do ensino de história na educação básica do município de Cacoal como constitutivo de seu desenvolvimento histórico, político e econômico; segundo, investigar o processo migratório nas décadas de 1970, 1980 e 1990 no estado de Rondônia, mais especificamente na região do rio Machado (Cacoal); a seguir, almejamos analisar o processo educacional, fomentado desde os primeiros núcleos até a formação de uma rede de educação básica, tanto pública quanto privada de ensino; e, por fim, pretendemos estabelecer paralelos entre o ensino de história, as memórias coletivas e a formação identitária do povo cacoalense. Desta pesquisa resultou um Guia de História de Rondônia para ser utilizado pelos professores nas aulas do ensino médio, mais especificamente no 3º ano.

Utilizamos diversos autores cujas teorias e métodos embasaram a pesquisa. Começamos com um minucioso levantamento bibliográfico de autores que trataram da colonização de Rondônia, em especial os que abordaram a educação escolar. Tais pesquisadores, bem como seus referidos trabalhos, serão abordados no capítulo I, no tópico **Políticas de integração nacional dos territórios considerados “vazios”**.

Além das leituras analisamos o filme **Narradores de Javé**, uma produção de Vania Catani e André Montenegro (2003), que retrata um vilarejo a ser inundado por uma Usina Hidroelétrica, que colocará fim a história daquele povo simples e semianalfabeto. No EIA-Rima era preciso provar que a vila de Javé era um patrimônio histórico importante, para impedir a construção da barragem. O povo recorreu à memória individual e coletiva, para construir e mostrar o patrimônio histórico de Javé. A dificuldade era encontrar alguém alfabetizado para registrar as narrativas e evitar o fim do povoado. O filme mostra uma metodologia de pesquisa com fontes orais, o que aplicamos para colher relatos de memória, de professores.

Assim entrevistamos antigos professores, gravando seus relatos. Depois transcrevemos as narrativas orais das memórias dos professores aproveitando dicas do filme. Alguns relataram

que no início da colonização de Rondônia, as pessoas para serem contratadas como professores precisavam apenas saber ler, escrever, contar e fazer as quatro operações básicas da matemática.

O historiador norte americano Frederick Jackson Turner (1896) defendeu a tese de que a democracia de seu país não se explica pelo processo de colonização inglesa nas 13 colônias do leste, mas indubitavelmente pela conquista do oeste no século XIX na qual o conceito básico seria a fronteira. Sua obra **O significado da fronteira na História Americana**, influenciou largamente a historiografia daquele país e continua inspirando historiadores por causa da caracterização que fez do conceito “fronteira” como uma situação em que um colono civilizado opera uma regressão no tempo à brutalidade da barbárie para vencer os obstáculos naturais e sociais e emergir como um vencedor que se refez civilizado em múltiplos confrontos.

A fronteira como uma constante onda civilizatória frente à natureza bruta, selvagem e inóspita, é característica preponderante da historiografia de Frederick Jackson Turner. A relação entre o colonizador e a chamada *wilderness* (natureza inóspita) resulta numa perspectiva nova de costumes e técnicas, aderindo ao colonizador europeu um novo jeito de ser, a de um novo americano. Quando nos deparamos com o avanço da colonização rumo ao “vazio demográfico” na Amazônia, é possível apropriar-nos da concepção de fronteira turneriana, com o colono que se encontra com a *wilderness*. E, principalmente, que para sobreviver o colonizador abre mão de seus costumes, em prol da sua sobrevivência, e gradativamente rumo à prosperidade econômica e política.

Duas obras de José de Souza Martins também serviram como referências teóricas desta dissertação. A primeira foi “**A imigração e a crise do Brasil agrário**”, que apresenta uma análise acerca de imigrantes italianos no núcleo colonial de São Caetano do Sul. Aborda a busca por melhores condições de vida almejadas pelos imigrantes, assim como a formação do núcleo para o desenvolvimento agrícola, as diversas questões que envolvem a posse da terra, e também os conflitos junto aos primeiros habitantes da região. Este contexto é enriquecedor para uma melhor compreensão da colonização de Rondônia, de modo especial, seus mecanismos para a distribuição de terras aos colonos por meio do PIC, entre outros.

Já o livro **Fronteira: a degradação do outro nos confins do Humano**, nos interessou o conceito de Fronteira quando José de Souza Martins aborda as situações humanas extremas que se vivenciaram nas fronteiras agrícolas amazônicas. Nega-se a existência de gente vivendo naqueles espaços considerados vazios, portanto, não se reconhece a alteridade daqueles que não fazem parte da frente colonizadora que acaba de chegar. A existência do outro fica degradada e desumanizada porque se confronta com outras temporalidades e modos de existir. Esta

situação pode ter sido a dos indígenas, seringueiros, castanheiros e outras populações tradicionais que há muito já viviam naqueles espaços que eram seus territórios.

As formulações de Milton Santos sobre **Espaço e Sociedade; A urbanização desigual; Pensando o espaço do Homem; e Território e Sociedade**, são obras inspiradoras para pensar que nenhum espaço é natural depois que teve contato com os seres humanos e a sociedade. O espaço se torna uma construção social e cultural em que a força e o poder político exerce grande importância. A construção das linhas telegráficas, da ferrovia Guajará-Mirim – Santo Antônio do Madeira, a abertura das rodovias, os PICs em Rondônia reconfiguram territorialidades anteriores e construíram novas formas de socioespacialização tão características daquele estado no tempo presente.

Fonseca (1993-2009) serviu como referência central em relação ao ensino de história, com suas obras – **Caminhos da história ensinada** e, *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*, servem de referência nas reflexões no concernente à didática, metodologias e práticas de ensino de História na educação básica. Neste sentido, também a obra: **Ensino de História: Fundamentos e métodos**, de Circe Bittencourt (2011), foram fundamentais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBN) nº 9.394/96 no Art. 2 afirma que a educação é um dever da sociedade como um todo, pautadas nos princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana, em prol do desenvolvimento do educando para a cidadania e o trabalho. Na LDBN 9.394/96, o ensino de história, tem um papel preponderante, como descrito em seu Art. 26, “§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio nas ciências humanas, de modo especial a História, indicam a formação de uma cultura educacional. Ainda destacam o predomínio de uma sociedade marcada pelo domínio do consumismo e pelas tecnologias, num fluxo constante de transformações nas diversas dimensões sociais, bem como no acesso às informações oriundas dos diversos espaços.

Já a integração da História com as outras disciplinas das Ciências Humanas solidifica o conhecimento produzido no ensino fundamental “redimensionando aspectos da vida em sociedade e o papel do indivíduo nas transformações do processo histórico”.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2000, p. 28) para o ensino médio, entre as competências e habilidades a serem desenvolvidas em História, dão ênfase à crítica, análise e interpretação de fontes documentais de natureza diversa, na busca pela compreensão dos

diferentes contextos envolvidos na sua produção. Outro aspecto importante é o estabelecimento de relações entre continuidade/permanência e ruptura/transformação nos processos históricos, assim como também construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica.

As contribuições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de História estão basicamente relacionadas ao desenvolvimento do senso crítico nos educandos. Segundo a BNCC, é preciso não apenas saber fatos do passado, mas realizar um paralelo com o seu cotidiano, como descrito nas competências gerais da educação básica.

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2018, p. 09).

Como contributo essencial para o ensino de História a BNCC propõe a ênfase numa postura ativa (protagonismo) por parte dos alunos, com estímulo ao pensamento crítico no processo de construção do conhecimento. Tal contributo vem de frente às nefastas tentativas de retirar a autonomia docente, principalmente quando se trata de uma postura crítica do professor diante de sua realidade social, incumbindo neste aspecto, ideologias como a chamada “escola sem partido” ou “ideologia de gênero”, tolhendo as liberdades individuais, bem como também, minimizando o desenvolvimento crítico dos estudantes.

Quando se trata da disciplina de História, o Referencial Curricular do Estado de Rondônia (2013) diz que:

cumprir um papel análogo ao da memória social e coletiva, trabalhando paralelamente duas dimensões da formação da identidade social, identificando aspectos constituintes dessa identidade, podendo desconstruir interpretações equivocadas, decifrar significados simbólicos e desmascarar ideologias [...] (RONDÔNIA, 2013, p. 157).

No que tange à História de Rondônia, o Referencial propõe compreender conceitos básicos relativos ao tempo histórico no contexto específico regional, assim como também reconhecer que a formação da sociedade rondoniense é resultado de interações e conflitos de caráter econômico, político e cultural.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a partir de investigação em revistas, mapas, documentários, levantamento bibliográfico e realização de entrevistas com professores e moradores antigos. Pesquisando como a história era ensinada e como contribuiu para o desenvolvimento sociopolítico e cultural de Cacoal.

Depois realizamos o estudo das fontes, das memórias e da historiografia. Sistematizamos as informações que já existiam sobre a história de Cacoal e o que foi sistematizado em história, para ser ensinado nas escolas.

A terceira etapa consistiu em transformar as informações sistematizadas em material didático para o ensino da disciplina de História de Rondônia. Neste material reproduzimos relatos de pessoas que viveram o passado histórico de Cacoal, distante da realidade do jovem cacoalense de hoje. Este material disponibilizará conhecimentos, que existem apenas na memória oral das pessoas mais antigas ou na literatura acadêmica muito especializada com circulação restrita nas universidades ou nos arquivos pessoais, institucionais e públicos.

Apresentamos os resultados desta pesquisa na dissertação em três capítulos: O Capítulo I – Historiografia e História de Cacoal/RO (1910-2010) inicia realizando uma descrição crítica do estado de Rondônia, realizada por Valdir Aparecido de Souza, em sua tese de Doutorado de 2011, Rondônia, uma memória em disputa.

Considerando que as terras de Rondônia, até 1943, integravam os estados de Mato Grosso e Amazonas, onde se constituiu desde muito tempo, como *habitat* de populações tradicionais. Portanto, não correspondiam a um “vazio demográfico”, muito difundido nos discursos pelos governantes ao longo do século XX.

Nesta perspectiva, mostramos o valor agregado à região, que entre os séculos XIX e XX, foi um vasto produtor mundial da borracha, tornando-se assim, visível no cenário nacional e internacional, a ponto de ser implementada a Ferrovia Porto Velho-Guajará-Mirim e as Linhas Telegráficas, interligando a região ao resto do país.

O capítulo foi subdividido em três eixos principais. Inicialmente aborda as políticas de gestão e integração do território nacional nas primeiras décadas da jovem República. Logo a seguir, apresenta algumas das mais importantes populações tradicionais do Território Federal do Guaporé (1943), que posteriormente se tornou Rondônia (1956). No terceiro tópico do capítulo, se aborda o fluxo migratório das décadas de 1970-80, assim como também as problemáticas na distribuição de terras pelo INCRA¹⁴, e o surgimento de vilas e cidades, dentre elas, Cacoal.

¹⁴ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União, contudo, durante bastante tempo sua atuação se deu apenas no gerenciamento do processo de colonização, buscando tardiamente implementar a Reforma Agrária no país. Disponível em: <https://saladacidadania.incra.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Integrando a primeira linha de Pesquisa do ProfHistória: Saberes Históricos no Espaço Escolar, o Capítulo II foi intitulado – A História na educação escolar em Cacoal – RO (1972-2010). Essa linha de pesquisa tem como enfoque as condições de formação do estudante e do professor, bem como o exercício do ensino de História na escola, pensada como lugar de produção e transmissão de conteúdo. Partindo desta premissa, neste capítulo, seguimos uma abordagem qualitativa com importantes contribuições da metodologia da História Oral.

Convidamos quatro (4) professores da rede pública que atuaram ou ainda atuam na educação básica, com a disciplina de História, que de pronto aceitaram participar de nossa pesquisa, por meio de uma entrevista. Desta maneira, tentamos construir uma visão mais abrangente do período histórico sobre a colonização de Rondônia e o ensino da disciplina de História nesse processo, mais especificamente no município de Cacoal. Para tanto, ficou um professor (a) em cada década de sua atuação, partindo de 1970 até os anos de 2010.

O Capítulo III – Memórias e Histórias do Ensino da História de Cacoal-RO caracterizam-se por ser uma continuidade do capítulo II, a colaboração dos primeiros quatro professores, de suma importância, foi acrescida com mais duas entrevistas, com um professor leigo (inicialmente) da década de 1980, e outro, que iniciou seu magistério, já na década de 1990. É importante ressaltar que este capítulo dá um destaque para o ensino de História, propriamente dito, embarcando nas memórias dos professores e professoras, lembranças construídas ao longo de uma vida dedicada ao magistério, com o sentimento de pertencimento à educação do município de Cacoal. Uma educação de glórias, mas também permeada de agruras, como a pouca infraestrutura presentes nas escolas, ou talvez, muitos alunos para um reduzido número de professores, a diversidade étnica, assim como os conflitos ocasionados pela nova situação. E, por fim, as políticas públicas educacionais, que foram cruciais para o desenvolvimento do ensino de História no município em questão.

Como uma exigência do ProfHistória e resultado da pesquisa da dissertação, elaboramos o Guia Didático – Cacoal-RO: Princípios norteadores para o ensino da história local. Tem como objetivo apoiar os professores da disciplina de História de Rondônia, na problematização dos temas propostos ou subentendidos, para este componente curricular do 3º ano do ensino médio, conforme o Referencial Curricular do Estado de Rondônia, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda que acerca da Base Nacional Comum Curricular, seja preciso ter uma postura atenta a leitura das entrelinhas, já que por quase duas décadas houveram tentativas de implementação de uma Base Nacional para a educação, permeadas de jogos de interesses e de poder, num território tão diverso como o nosso, e de dimensões continentais.

CAPÍTULO I

1 HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA DE CACOAL (1910-2010)

Neste capítulo, realizamos uma detalhada revisão bibliográfica da historiografia, crônicas, memórias e estudos baseados em relatos orais existentes sobre a história dos grupos humanos no espaço que abrange o atual estado de Rondônia e a bem mais recente história do município de Cacoal, desde 1910. Período em que os governos nacionais republicanos realizaram alguns esforços de conhecimento desta parte do território nacional com a preocupação de nacionalizá-lo.

Este capítulo se desenvolve em três itens. **Primeiro** o contexto nacional da modernização da gestão do estado republicano e seus projetos de nacionalização do território e das populações. O **segundo** item trata das populações tradicionais no território do Guaporé e depois Rondônia em disputa. O item **terceiro** trata da colonização através do PIC coordenados pelo INCRA do governo federal e o governador que era um interventor nomeado.

O Estado de Rondônia, localizado na Amazônia Ocidental, apresenta uma variedade de aspectos físicos e humanos que embaralham a mente do observador. À primeira vista, sua vegetação é exuberante e composta por florestas de palmeiras e de cocais, matas de igapó nas várzeas, floresta fechada com árvores de copas altas, matas esparsas, além de cerrado em boa parte do território. A vegetação de cerrado do planalto se mescla à floresta amazônica e à bacia pantaneira, num espetáculo indescritível de encontro de floras, cenário recortado pelos maiores formadores da Bacia Amazônica, com uma variedade de águas claras e escuras. Entretanto, em meio à exuberância na fachada de seu eixo principal, ao se adentrar uma estrada vicinal, revela-se os sinais do progresso, num espetáculo trágico vê-se extensas áreas de florestas derrubadas para serem consumidas pelo fogo e posterior plantio de pasto. Tão diversificada quanto à sua natureza é a formação social do Estado, com contribuições de todo o Brasil, culminando num grande encontro de tradições e ressignificações. Tal multiplicidade aguça a mente ao se buscar compreender esses encontros e confrontos [...] (GAMA, 2011, p. 01)¹⁵.

Como caracterizar o Brasil hoje? Qual o tamanho do território brasileiro? A sua composição étnica, social e geográfica? A República Federativa do Brasil é composta de 26 estados e um Distrito Federal – DF, numa extensão territorial de **8.510.295,914** km², distribuídos em 5.568 municípios¹⁶. Entretanto, para Flávio Rodrigues Lima e Odenildo Gomes

¹⁵ Docente da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Graduado em História pela UNESP, com doutorado em História e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

¹⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, publicados no **DOU n° 94 de 19/05/2020**, conforme **Portaria n° 177, de 15 de maio de 2020**.

Veloso (2001)¹⁷, o processo de colonização e constituição do Brasil, como país, iniciou há 520 anos com as conquistas portuguesas e passou por diversas ampliações até compor-se no território de proporções colossais de hoje. A expansão marítima e comercial no século XV das potências europeias contribuíram para a conquista e reocupação de vastas regiões do mundo, consolidando o sistema capitalista e promovendo conflitos políticos pelo domínio territorial colonial.

Na corrida das conquistas ultramarinas ibéricas por terras, desde 1494 já houve a estratégia de delimitar domínios por meio de acordos diplomáticos entre os monarcas. Assim, assinaram o Tratado de Tordesilhas¹⁸, numa tentativa de atribuir o domínio das terras a oeste das Ilhas Canárias entre as potências ibéricas (LIMA; VELOSO, 2001).

Entretanto, no decorrer dos séculos, houve a ultrapassagem da linha de Tordesilhas, especialmente por parte dos portugueses, provocando constantes litígios devido à violação dos limites estabelecidos por Tordesilhas, em 1750, Portugal e Espanha negociaram e firmaram o Tratado de Madri¹⁹, definindo os novos delineamentos territoriais de cada uma das potências ibéricas. A efetivação do domínio português no território reclamado pela Espanha, ocorreu principalmente a partir de confrontos nas missões dos padres jesuítas²⁰ e dos bandeirantes.

Teófilo Lourenço de Lima²¹ (2001) argumenta que em razão da expansão colonizadora, motivada pela busca de metais preciosos, o reino português desenvolveu seus mecanismos protecionistas, o que culminou estrategicamente na construção de diversas fortificações militares, a fim de reforçar suas fronteiras com as colônias espanholas. Entre elas está o Real Forte Príncipe da Beira, concluído em 1783.

¹⁷ Flávio Rodrigues Lima e Odenildo Gomes Veloso são professores de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado de Rondônia, autores do livro *O Espaço da Sociedade Rondoniense*.

¹⁸ Tratado entre Portugal e Espanha de 1494 que postulava uma linha divisória, situada a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde (LIMA; VELOSO, 2001, p. 14), porém nunca foi demarcada.

¹⁹ Esse Tratado legalizou as terras situadas além dos limites de Tordesilhas e que pertenciam à Espanha. Ressaltamos que, para obter a posse definitiva das áreas conquistadas, Portugal valeu-se do princípio “*Uti Possidetis*”, ou seja, de uma fórmula diplomática que estabelece o direito de um país sobre determinado território, com base na ocupação efetiva e prolongada do mesmo.

²⁰ A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola em 1540. Fundamentando seus princípios no ministério de Jesus e de seus discípulos, logo de início tinha como propósito a propagação da fé e o progresso das almas na vida e doutrina cristã. Diante do ideal itinerante de pregação jesuítico, em pouco tempo, inúmeros missionários se encontravam em distintos territórios na Ásia, África e América. (SANTOS, 2007, p. 66).

²¹ Teófilo Lourenço de Lima é professor do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, sendo graduado em Pedagogia, atuou como coordenador de Pesquisa e Extensão, Procurador e Pesquisador Institucional, além de ter publicado 5 livros, com a aplicação nas áreas de Metodologia da Pesquisa, Educação e História de Rondônia.

No século XIX, com as independências das colônias americanas, dentre elas o Brasil (1822) e a Bolívia (1825), surge a real necessidade de a Bolívia obter acesso ao Oceano Atlântico para efetivação do escoamento de produtos minerais andinos e da borracha, para os EUA e a Europa. A exploração dos seringais²² e castanhais nativos na região amazônica promoveu um novo e frenético impulso no processo de reocupação efetiva dessa região, por migrantes de diversas partes do país (LIMA, 2001; SILVA, 1984²³).

Hércules Góes²⁴ (1997) exorta que a demanda por uma rota de exportação rumo ao Oceano Atlântico, principalmente de borracha, teve no general boliviano Quentin Quevedo e o engenheiro brasileiro José Martins da Silva Coutinho, interlocutores que idealizaram um caminho paralelo ao rio Madeira, em 1861. Propunham a construção de uma ferrovia que ligasse Guajará-Mirim a Santo Antônio do rio Madeira (perto do atual Porto Velho). Assim, evitariam os infortúnios das cachoeiras do Mamoré-Madeira.

Era o ápice do desenvolvimento industrial da borracha e, para a Bolívia, significava ainda mais, como salientou Pereira Pinto.

A navegação do Madeira, ao passo que fomentará reciprocamente o aumento das indústrias e do comércio, há de emancipar a Bolívia da dependência absoluta em que se acha relativamente ao Peru e ao Chile, sendo-lhe imposta a lei para Valparaíso, pela via de Cobija e pelo Peru pelo trânsito do norte. Por semelhante dependência paga a Bolívia o dobro por tudo o que compra e importa, e recebe a metade por tudo o que vende e exporta. Regularizada aquela navegação nos afluentes bolivianos do Amazonas, isto é, no Mamoré, Guaporé e Beni, desde logo todos os principais centros de população, La Paz, Cochabamba, Santa Cruz, Sucre e Potosi se comunicarão diretamente com a Europa e com muito maior brevidade do que pelo caminho do Paraguai (SILVA, 1984 apud PINTO, 1869)²⁵.

²² A Seringueira, cujo nome científico é *Hevea brasiliensis*, também é conhecida como seringueira, seringa, árvore-da-borracha etc. É uma planta da família das *Euphorbiaceae*, característica da região Amazônica, está mais predisposta nas margens dos rios e lugares inundáveis da mata tropical úmida. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-ecologica/especies/seringueira>. Acesso em: 06 ago. 2020.

²³ De Bacabal – MA, nasceu em 25 de maio de 1941, José da Silva radicou-se em Rondônia na década de 1950, no recém criado Território Federal do Guaporé, foi além de professor, jornalista, historiador, fundador da Academia de Letras de Rondônia. Foi ainda autor de várias obras sobre a formação histórica de Rondônia, e atuou como deputado, relator das constituições estaduais de 1983 e 1989.

²⁴ Hércules nasceu em 07 de junho de 1954 em Santos – SP. É formado em Direito e Jornalismo, mestre em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos. Migrou para Rondônia em 1985, e atuou como advogado, jornalista (radialista), focado nos temas ambientais, participou da Fundação Vale do Guaporé, colaborando ativamente no Fórum das ONGs na Eco-92, e foi criador e editor da Revista Ecoturismo, o primeiro veículo brasileiro especializado em turismo ecológico. Na política, foi vereador em Santos e Rondônia. Escreveu vários livros, entre eles: A Odisséia da Ocupação Amazônica; Estrada Já! Bloco norte do Mercosul: Uma ideia revolucionária; Amazônia ao carbono zero entre outros.

²⁵ PINTO, Pereira. Apontamentos para o Direito Internacional. Vol. IV, p. 533, 1869.

A construção da ferrovia demandaria um tratado entre Brasil e Bolívia, o que de fato ocorreu com o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, assinado em 27 de março de 1867. O cerne desse tratado permitia o livre trânsito de bolivianos em território brasileiro, com fins comerciais, a navegação no rio Madeira e o surgimento “da Madeira *Mamore Railway Co. Ltda.*, que contratou a firma de engenharia inglesa *Public Works* para construir a ferrovia” (GÓES, 1997; SILVA, 1984, p.46).

Contudo, a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré não foi nada simples, pois entre julho de 1872, com a empreiteira inglesa *Public Works*, e agosto de 1879, com a empresa americana *P&T Collins*, foram realizadas duas tentativas fracassadas de implementação da ferrovia.

A zona era um antro de podridão onde seus homens morriam tal qual mosca. O traçado cortava uma região agreste em que se alternavam pântanos e terrenos de formação rochosa, e que mesmo dispondo-se de todo o dinheiro do mundo e a metade de sua população seria impossível construir a estrada. Esta fora a declaração da *Public Works* que dizia ter sido iludida quanto à extensão da estrada, e quanto às condições da região das cachoeiras do rio Madeira (SILVA, 1984 *apud* FERREIRA, s.d., p. 97)²⁶.

Enquanto isso, a borracha se valorizava cada vez mais no panorama da Segunda Revolução Industrial, entre final do século XIX e início do século XX. A extração do látex aumentava gradativamente, inclusive na região do Acre, pertencente à Bolívia, que acabara vencida na guerra contra o Chile (1876-79).

Econômica e militarmente exaurida, a Bolívia não possuía condições para fomentar a extração do látex na região. A intensa penetração e presença de seringueiros brasileiros criou um impasse que virou conflito armado entre a Bolívia e o Brasil (1899-1903).

A superioridade de armas e a diplomacia do Barão do Rio Branco integraram o Acre ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903. A Bolívia concordou em ceder as terras mediante o pagamento de 2.366 contos de réis e ao Brasil ainda caberia a tarefa de construir a Estrada de Ferro desde o porto de Santo Antônio no rio Madeira, até o porto de Guajará-Mirim, no rio Mamoré (GÓES, 1997; SILVA, 1984). Foi com a terceira empresa, a *May-Jekyll e Rodolph*, subsidiária da *Madeira-Mamoré Railway*, que entre 1907 e 1912, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi finalmente concluída.

Um grande obstáculo foram as doenças que faziam vítimas: o impaludismo, beribéri, disenteria, pneumonia. Um médico apontou a falta de cuidados da construtora para atenuar a situação sanitária. Osvaldo Cruz e Belizário Penna

²⁶ FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Ferrovia do diabo. São Paulo: Melhoramentos, s.d., p. 97.

estiveram ali, grandes sanitaristas brasileiros. Osvaldo Cruz redigiu relatório, sugerindo adoção de medidas profiláticas individuais e regionais, na medida das possibilidades, a serem tomadas obrigatoriamente. ‘A procrastinação das medidas será um crime de lesa-humanidade permitindo maiores sacrifícios que os de hoje: uma vida e talvez dez, inutilizadas por dia, e de lesa-pátria, porque transformará em zona inabitável um dos mais ricos sítios do mundo! [...]’ (relatório datado de 6 de setembro de 1910) (SILVA, 1984, p. 48).

Teriam trabalhado para a companhia construtora cerca de 22 mil homens de todos os lugares do mundo, pois as condições de vida eram degradantes.

1.1 Políticas de integração nacional dos territórios considerados “vazios”

Em princípios do século XX, o interesse primeiro do Governo Federal, da recém-criada República, era modernizar a administração do país e integrar o território nacional construindo infraestrutura de transportes (ferrovias, rodovias e hidrovias) e de comunicações, com destaque à Comissão de construção das linhas telegráficas²⁷ atribuídas ao Marechal Rondon, “pois enquanto o trem facilitava o trânsito de tropas, pessoas e mercadorias, o telégrafo garantiria a comunicação rápida entre as diversas regiões do país e a Capital Federal, no Rio de Janeiro” (DOMINGUES²⁸, 2010, p. 01).

Lima²⁹ (1997) enfatiza que diante da valorização da borracha no mercado internacional, e o dever a ser cumprido pelo Brasil, sob o artigo VII do Tratado de Petrópolis (1903), com a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, surgiu o cenário perfeito para o povoamento das regiões vazias do Território Nacional. Tais circunstâncias promoveram uma migração em massa, de trabalhadores, tanto do Brasil como de outros lugares do mundo. Na retomada da construção da Ferrovia Madeira Mamoré entre 1907 e 1909, Santo Antônio contava com uma

²⁷ O telégrafo foi inventado no final do século XVIII, mas é na segunda metade do século XIX, com Samuel Morse, que o primeiro telégrafo elétrico foi desenvolvido. No Brasil, a linha telegráfica que interligava Petrópolis ao Rio de Janeiro, foi inaugurada em 1857. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/590-cartografia-mapa-das-linhas-telegraficas>.

Acesso em: 04 ago. 2020.

²⁸ Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Gama Filho; é editor da Revista Brasileira de História Militar.

²⁹ Abnael Machado de Lima foi professor de História da Amazônia da Universidade Federal do Pará, professor de Geografia Regional de Rondônia, da Fundação Universidade Federal de Rondônia; membro do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia; membro da Academia de Letras de Rondônia. Entre outras obras, publicou Guaporelândia; Pequeno Ensaio sobre as lendas e Folclore de Rondônia; Achegas para a História da Educação no Estado de Rondônia; e ABC da Constituição. Foi fundador e presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia; Conselheiro do Conselho Diretor da Universidade Federal de Rondônia; Fundador e Membro do Instituto Histórico Geográfico do Estado de Rondônia. Comendador da Ordem do Mérito Marechal Rondon; Membro Honorário da Assembleia Constituinte, grupo dos notáveis elaboradores da Constituição Estadual de Rondônia em 1989.

população de 3.700 habitantes, já em 1911 a população era de 25.000 habitantes, a maioria homens. E por fim, em 1915 a região ultrapassava os 40.000 habitantes.

Foi neste contexto da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré que o governo federal se propôs a interligar o território nacional.

Com a intenção de ampliar ainda mais o alcance das linhas telegráficas federais, Affonso Penna, Presidente da República entre os anos de 1906 e 1909, criou a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, também conhecida como “Comissão Rondon”. O objetivo primordial desta comissão era estender uma linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho, às margens do Rio Madeira, atualmente localizadas respectivamente nos estados de Mato Grosso e Rondônia [...] (DOMINGUES, 2010, p. 01).

A implementação de Linhas Telegráficas, de Cuiabá até Santo Antônio do Alto Madeira, comandada por Rondon, foi desenvolvida em três etapas: iniciando de Cuiabá a Juruena, logo em seguida, de Juruena até a Serra do Norte e a terceira, que dividida em duas etapas, foi de Santo Antônio do Madeira até Jacy Paraná e uma outra, que junto ao Marechal Rondon, chegaria em Porto Velho em fins de 1909 (GÓES, 1997).

Figura 03 – Linhas Telegráficas – Comissão Rondon



Fonte: História das Transmissões (2015)

A Comissão Rondon, ao longo de sua rota, instalou cerca de 20 estações telegráficas, criando assim pontos de referência na “ocupação planejada da região”. No decorrer do tempo, desenvolveram-se vários núcleos populacionais como Vilhena, Pimenta Bueno, Presidente Hermes (Presidente Médici), Presidente Pena (Ji-Paraná), Juru e Ariquemes. Percorrendo o vale do rio Machado e do Jamari a linha telegráfica também contribuiu para demarcar seringais remanescentes do ciclo da borracha, ou doados por Rondon a alguns de seus auxiliares. Outro desdobramento implementado pelo Governo Federal foi a criação do Serviço de Proteção ao

Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), considerando que ao longo de seu trajeto, Rondon deparou-se com diversas etnias indígenas, dentre elas os Paiter Suruí, na região de Cacoal (SOUZA, 2002; DANTAS, 2010³⁰).

As linhas telegráficas, em direção ao norte do país, se caracterizaram como elemento de segurança e ocupação da fronteira. É notável que a trilha da Comissão Rondon, serviria para traçar a construção da BR-029 (atual BR-364) décadas mais tarde. Tal empreendimento constituiu-se como a primeira tentativa de integração das “terras vazias” amazônicas ao restante do território nacional diante de um ambicioso projeto de infraestrutura de viés desenvolvimentista (TEIXEIRA, 2015; BORGES, 2011).

Neste contexto Cacoal não era um Território de “vazio demográfico” como propagandeava o governo militar federal e do território, para justificar os investimentos em rodovias, infraestrutura, projetos de colonização capitalista para integrar o território ao mercado nacional de forma produtiva, fosse pelo extrativismo vegetal e mineral ou pela agropecuária.

Valdir Aparecido de Souza (2011), logo na introdução de sua tese doutoral, explicita a diversidade da formação social do estado de Rondônia como um grande encontro de tradições e ressignificações. É contundente o esforço do discurso na construção de uma memória e cultura regional, “alicerçado sobre imagens contraditórias sobre as populações tradicionais, um relato permeado por lacunas e silêncios sobre os atores antagônicos visando alcançar a hegemonia e a homogeneidade discursivas” (SOUZA, 2011, p. 04). Bem como a constituição da memória local, no voraz intuito de privilegiar alguns personagens relegando outros ao esquecimento (SOUZA, 2011).

Nessa dimensão compreende-se que a construção da memória se dá a partir dos conflitos, das lutas de conquista pelo poder, seja no âmbito econômico, político, social e principalmente simbólico. Desta maneira, o discurso e suas representações são aqui vistos como o suporte e ao mesmo tempo a materialidade das práticas reais dentro do projeto de hegemonia dos grupos (SOUZA, 2011, p. 46).

O recorte temporal da pesquisa se dá entre a década de 1930 à década de 1990, da nacionalização da Estrada de Ferro Mamoré-Madeira (EFMM) até a década de instalação do Estado de Rondônia. Com as estratégias dos militares em garantir, a quem tivesse interesse,

³⁰ José de Arimatéia Dantas, formado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pós-graduado em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), é professor da rede pública estadual e particular. Destaca-se no meio acadêmico de Rondônia, pelo seu trabalho com a Geografia de Rondônia. Também é apresentador e colaborador do Programa Leitura do Mundo, sendo autor da obra, Rondônia, a nossa Geografia.

imensas áreas de terras ditas “vazias”, “iriam gerar as bases para o massivo surto migratório para o Território de Rondônia nas décadas de 70 e 80” (SOUZA, 2011, p. 19). E assim:

A situação econômica, social e política brasileira sob regime militar, no período dos anos 60-80, favorecia o discurso nacionalista. [...] E a Amazônia como um todo foi um dos alvos privilegiados na propaganda do regime militar. [...] No período alguns bordões justificavam a política integracionista, “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens para homens sem terra” eram os mais reproduzidos no Território de Rondônia (SOUZA, 2011, p. 18).

Souza (2011) insere como pano de fundo histórico de sua pesquisa os desencontros e mudanças na formação de uma região longínqua dos grandes centros capitalistas, ocasionando assim, tensões e ambiguidades, especialmente, no nítido desejo das elites locais em construir uma memória e expressão poética regional, sob a égide da hegemonia do discurso.

Em sua tese de doutorado em História, Gomes Neto (2019), desenvolve uma análise sobre a região de Rondônia, que no decorrer do século XX, por diversas vezes, fora descrita como e “espaço vazio, selvageria, mata bravia, perigos da natureza, lugar a ser civilizado” pelo desbravador/colonizador.

Gomes Neto (2019), para referir-se à região amazônica utiliza das obras, de títulos antagônicos. Um paraíso perdido (1905-1909), de Euclides da Cunha e Inferno Verde (1908), de Alberto Rangel, a fim de demonstrar que “o objetivo, aqui, é menos indicar quem seriam realmente os desbravadores e pioneiros dessa empreitada, e mais compreender os elementos sobre os quais essas narrativas foram ensejadas, construídas, apresentadas” (GOMES NETO, 2019, p. 22). Um espaço de terra, sonhado por muitos, os migrantes; o lar de outros, os indígenas, ribeirinhos e seringueiros; e a expectativa de lucros para uns poucos, os grandes proprietários de terras. Neste aspecto, Souza (2011) descreve Rondônia:

[...] À primeira vista, sua vegetação é exuberante e composta por florestas de palmeiras e de cocais, matas de igapó nas várzeas, floresta fechada com árvores de copas altas, matas esparsas, além de cerrado em boa parte do território. [...] Entretanto, em meio à exuberância na fachada de seu eixo principal, ao se adentrar uma estrada vicinal, revela-se os sinais do progresso, num espetáculo trágico vê-se extensas áreas de florestas derrubadas para serem consumidas pelo fogo e posterior plantio de pasto [...] (SOUZA, 2011, p. 1).

“Analisar a atuação dos militares e os debates em torno da construção e da administração do Território Federal do Guaporé, quando foram instalados os primeiros Núcleos Agrícolas e os Contingentes Especiais de Fronteira, no atual Estado de Rondônia”, foi o objetivo de Souza (2002) em sua dissertação de mestrado em História e Sociedade.

A abordagem de Souza (2002) se dá entre as décadas de 1930 e 1940 a partir do interesse histórico na constituição do Território Federal do Guaporé, em 1943, por Getúlio Vargas. Destacando-se desta maneira, o protagonismo dos militares, especialmente o Exército, nos vales dos rios Amazonas e Madeira frente à economia extrativista das populações tradicionais.

Contudo, apesar das tentativas dos governantes na integração e desenvolvimento econômico da região do Território do Guaporé, “muito pouco significou para a democratização do acesso a terra e geraram, ao contrário, expropriação e exclusão, levando ainda à redução da população nativa” (SOUZA, 2002, p. 162), o benefício econômico e imagético construído sobre a propaganda da “Amazônia” ficou para as elites locais, lamentavelmente.

Em sua tese de doutorado em educação, Borges (2011) desenvolve sua pesquisa como estudo de caso, a partir do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos (PROHACAP). Programa proposto como fomento de políticas públicas educacionais, firmadas entre o governo do estado de Rondônia, municípios e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). A pesquisa teve o intuito de abordar a percepção dos professores cursistas acerca de sua formação e atuação profissional, assim como também, a percepção dos professores-formadores.

Borges (2011) realiza uma contextualização geral de Rondônia desde a implantação das Linhas Telegráficas, por Marechal Rondon no ano de 1907, reafirmando a intenção do governo republicano na integração das “terras vazias amazônicas”.

Em seu panorama histórico, destaca também a criação do Território Federal do Guaporé em 1943, e sua reconfiguração como Território Federal de Rondônia em 1956, num contexto em que Rondônia foi considerada “uma área completamente estagnada economicamente” (BORGES, 2011, p. 36), apesar dos incentivos governamentais.

Na década de 1960, Borges (2011) enfatiza o empenho do Governo Federal, mais uma vez, em desenvolver a região Amazônica, iniciando com o Plano de Integração Nacional (PIN), com o estabelecimento dos PIC's e os Programas de Assentamento Dirigido (PAD); seguido do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) em 1974, dispendo como finalidade, “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia” (BRASIL, 1974); depois, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) em 1981, criado com o objetivo de promover uma maior integração nacional, com adequada ocupação demográfica do oeste e noroeste do Mato Grosso e o Território Federal de Rondônia (BRASIL, 1981); e o Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO) no ano de 1988, com a finalidade de consolidar o zoneamento

sócio-econômico-ecológico, viabilizando a ocupação econômica das áreas já desmatadas, implantando um modelo de ocupação racional e econômica não predatória na região (RONDÔNIA, 1989). Desta forma,

Foram marcantes os movimentos migratórios sucessivos para o Estado de Rondônia em consequência dos ciclos econômicos (da Borracha, do Ouro e da Madeira e, atualmente da Construção Civil). Do ex-território e do jovem Estado se criou uma imagem do “eldorado brasileiro”, estimulado pelas políticas militaristas da época, que usavam a mídia para atrair e incentivar a migração e a ocupação territorial (BORGES, 2011, p. 43).

Com o excedente populacional ocasionado pela migração em massa na década de 1970 surgiu entre outras especialidades, a demanda por professores, ocasionando “a contratação imediata, em muitos casos, daqueles que se dispunha a exercer a função de professor. A contratação ocorria via entrevista, convite de amigos ou autoridades, teste de seleção” (BORGES, 2011, p. 44). E, apesar de uma pequena parcela de professores ser titulada, grande parte dos novos professores não possuía formação docente, sendo classificados como professores-leigos (BORGES, 2011). Este foi o panorama que perdurou por quase duas décadas, pois em meados de 1980, aumenta-se timidamente a proporção de migrantes com licenciatura curta ou plena.

Borges (2011) destaca ainda, o processo de instalação e expansão da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), sua interiorização de caráter político e social no âmbito de formação de professores, de modo especial, os professores-leigos.

Em sua dissertação de mestrado em Antropologia Social, Eliaquim Timóteo da Cunha (2016), refletiu a partir da questão: “em quais proporções o Serviço de Proteção aos Índios – SPI teve participação na formação do território que hoje é denominado Rondônia?” (CUNHA, 2016, p. 15). Seu intuito era promover questionamentos acerca da figura do indígena frente aos projetos de colonização que culminaram no estado de Rondônia, com ênfase na atuação do SPI, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e INCRA (CUNHA, 2016).

Observou a atuação dos agentes estatais, muitas vezes considerados heróis da nação, relevando ao esquecimento os primeiros habitantes dos “espaços vazios”. Afirmou que se deve repensar a posição do autóctone em seu habitat:

Isto posto, ressalto que esta pesquisa discute, construindo uma etnografia histórica a partir da escrita da tutela indigenista, que a política indigenista promovida pelos agentes do SPI coadunou com a formação de Rondônia na medida em que esses agentes intervinham redirecionando o lugar do indígena no contexto da formação do Estado nacional (CUNHA, 2016, p. 22).

Cunha (2016) ainda destaca seu posicionamento crítico e cuidadoso, quanto a determinadas pesquisas dispostas a descrever a formação do estado de Rondônia, devido ao exacerbado viés ufanista, porque propõem uma imagem heroica a inúmeros “agentes de estado” sem, no entanto, destacar as disputas de poder e conflitos envolvendo esses desbravadores. A pesquisa explica de que forma a tutela indigenista, pelo agente do Estado, preservou a figura do autóctone na formatação dos territórios indígenas no decorrer do século XX em Rondônia (CUNHA, 2016).

Teixeira (2015), em sua dissertação de mestrado em História, aborda os conflitos fundiários no entorno do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Sidney Girão, entre 1970 e 2004. Seu estudo parte do questionamento “será que os conflitos fundiários foram causados pela expansão da colonização agrícola do PIC Sidney Girão na década de 1970? Será possível relacionar os conflitos fundiários posteriores com a criação do PIC Sidney Girão?” (TEIXEIRA, 2015, p. 13).

Enfaticamente, a autora afirma que ao criar os Projetos Integrados de Colonização, o Estado ignorou a presença de “populações tradicionais” que gerou conflitos e as condições do solo para o desenvolvimento da agricultura resultaram em fracassos econômicos e ambientais.

A autora apontou outro aspecto a ser levado em consideração na implantação do projeto, que serviu para transformar o território que anteriormente alocou o seringal. Salienta que antes de servir ao extrativismo, essa área era habitada pelos índios *Wari* e foram praticamente extintos pelo contato forçado e pelos diversos confrontos com extrativistas.

A etnia *Wari*³¹, uma das poucas remanescentes da família linguística *Txapakura*, é comumente designada como *Pakaa Nova*, por serem habitantes da margem direita do rio Mamoré, no estado de Rondônia. O termo *Wari* significa “gente”, “nós”, designação como gostam de serem chamados. Atualmente essa etnia vive na Terra Indígena Sagarana, nas confluências dos rios Mamoré-Guaporé, com o apoio da Diocese de Guajará-Mirim.

Não obstante os indígenas, a região também era habitada por seringueiros, ribeirinhos, garimpeiros e camponeses (TEIXEIRA, 2015), quando chegou à frente colonizadora dos PICs, ou seja, ela tinha uma população presente, não tão densa como no sul ou sudeste, mas estava ocupada e possuía significativo número de habitantes.

Analisando os conflitos fundiários, no PIC Sidney Girão, ocasionados pelo desencontro entre diversos fatores sociais num processo de grande escala migratória, num mesmo território, a pesquisadora destaca os principais aspectos discutidos no trabalho: primeiro, a expansão das

³¹ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Wari%27>. Acesso em: 24 maio 2021.

frentes de colonização agrícola que impõe um novo modelo de ocupação territorial; na parte econômica, a substituição do extrativismo vegetal pela produção agrícola; e diante dessa perspectiva, os efeitos socioambientais da colonização agrícola (TEIXEIRA, 2015).

Como resultado da integração de Rondônia, Teixeira (2015) destaca a devastação dos recursos naturais, a concentração de renda no setor econômico agropecuário, madeireiro e mineral e a continuidade dos problemas fundiários, apesar da implementação das Terras Indígenas (TIs) e de Unidades de Conservação. E continua a autora, o problema fundiário não se restringe à região do PIC Sidney Girão, o Estado como um todo convive com essa moléstia territorial.

No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de bacharelado em economia, Batista (2013) aborda a logística do escoamento de café, principalmente, para exportação. Tomando como referência os cinco principais modais para transporte no setor agropecuário: rodoviário, ferroviário, hidroviário, dutoviário e aéreo, a pesquisa demonstra que predominantemente no Brasil, o transporte ocorre por meio de rodovias, o que demanda tempo e mais gastos logísticos.

Do campo à cidade ou ao porto existem vários entraves na logística, como péssimas estradas e o desuso das hidrovias e ferrovias para transportes de grãos agrícolas. Com isso, apesar do recorde da safra, o Brasil perde competitividade internacional: o tempo empregado para o escoamento e os altos custos dos fretes rodoviários deixam as commodities nacionais em desvantagem (BATISTA, 2013, p. 11).

A escolha do plantio e cultivo do café em Rondônia se deu devido à tradição dos colonos, as políticas governamentais e à produtividade em diversos pontos do país com vistas para a exportação, tanto quanto para o mercado consumidor interno.

A análise comparativa foi feita, especificamente, das áreas produtoras de Minas Gerais e Rondônia. Este último, devido a distância do porto de Santos demonstra os benefícios e perdas no café, com uma logística desatualizada (BATISTA, 2013).

No estado de Rondônia a cultura cafeeira foi incorporada pelos colonos a partir da década de 1970 nos Programas Integrados de Colonização. Esta cultura agrícola tornou a região num ponto estratégico para colonos do sul, sudeste e nordeste brasileiro buscarem uma vida nova em terras novas e sem risco de geadas. Nesse aspecto, o estado tornou-se um dos principais produtores de café do país. Enfatiza que a produção de café é da variedade robusta e o estado ocupa hoje o segundo lugar na produção nacional (BATISTA, 2013).

1.2 As populações tradicionais: indígenas e extrativistas

Na fronteira entre Mato Grosso e Rondônia estavam e ainda estão distribuídos os territórios das etnias indígenas os Cinta Larga, os Paiter Suruí entre outras. Atualmente, o território dos Cinta Larga abrange os municípios de Juína - MT e Vilhena - RO (Parque Aripuanã) e Espigão do Oeste - RO e Pimenta Bueno - RO (Roosevelt). Os indígenas da etnia Paiter Suruí também estão localizados entre os dois estados nos municípios de Cacoal – RO, Espigão do Oeste – RO e Rondolândia – MT (Terra Indígena Sete de Setembro) (SURUÍ *et al.*, 2014).

O contato oficial do branco com os Paiter Suruí, bem como com outros grupos indígenas, está ligado a diversos fatores históricos, geográficos e geopolíticos como, por exemplo, a implantação do regime militar, a ocupação do vazio demográfico amazônico, as reivindicações do sul e sudeste por reforma agrária, entre outros, “o que implicou diretamente no choque intercultural, isto é, entre aqueles que habitavam há séculos e tempos imemoriais e os migrantes” (SURUÍ *et al.*, 2014).

1.2.1 Os Paiter Suruí

O território e o Povo Indígena Paiter Suruí, hoje estão localizados no norte do município de Cacoal – RO, até o município de Aripuanã – MT. Pertencente à família linguística *Tupi Mondé* autodenomina-se como *Paiter*, ou seja, “*nós mesmos*”/ “gente de verdade”, na língua portuguesa.

Em sua constituição social, a população Paiter Suruí está composta por quatro linhagens clânicas patrilineares: *Gabgir*, cujo símbolo é um maribondo amarelo; *Gamep*, cujo emblema é um maribondo preto; *Makór*, representado por uma Taquara; e *Kaban*, que remete a uma frutinha doce, clã originado do roubo de uma mulher Cinta Larga (SILVA; FERREIRA NETO, 2014).

Segundo a memória dos mais antigos, antes do contato com o homem branco, os Suruí viviam em plena conexão com a natureza, utilizando-se da caça, da coleta, da agricultura de subsistência com uma divisão do trabalho baseada no gênero (FERREIRA NETO, 2018). Já no que concerne à sua estrutura familiar, Laide Maria Ruiz Ferreira³² (2018) destaca que os Suruí, além de serem poligâmicos, também praticam o casamento avuncular, em que o tio materno se

³² Professora graduada em Pedagogia, pós-graduada em Coordenação Pedagógica pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Atua como professora na Secretaria de Estado da Educação de Rondônia e na Secretaria Municipal de Educação de Cacoal-RO.

casa com a sobrinha demonstrando que na cultura Paiter a família é composta pelo pai, mãe e filhos, excluindo as demais ramificações parentais.

No que diz respeito ao contato dos suruí com o branco, um primeiro contato teria ocorrido na passagem da Comissão Rondon na área que hoje corresponde a Cacoal. Neste ínterim, os invasores teriam encontrado vestígios de utensílios como cacos de panelas e umas pedras com formatos de machado, o que explicaria o nome do rio Machado (LOPES, 2000, p. 25 *apud* MENDES³³, 2017, p. 24).

Apesar do breve encontro com a expedição Rondon, o efetivo contato dos colonizadores com os Suruí ocorreu no dia 07 de setembro de 1969, quando o sertanista Francisco Meireles e seu filho Apoena Meireles fizeram o estreitamento de laços com o povo Suruí. Na ocasião, o povo Suruí vivia na área que hoje corresponde à linha 12, entretanto, passado um tempo após o encontro com o branco, parte do clã *Gapgir* deslocou-se para a região de Espigão do Oeste, onde fundaram uma nova aldeia (SURUÍ, 2015).

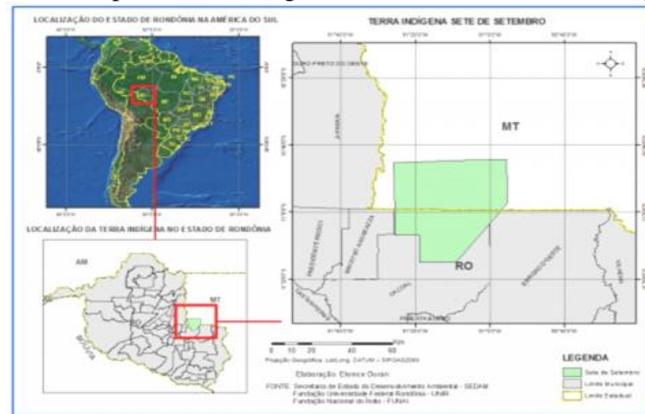
Relatos de anciãos da comunidade Paiter indicam que, há bastante tempo, grupos Paiter Suruí, em busca de um lugar melhor para viver, migraram da região que compõe parte do Mato Grosso para a área que corresponde hoje à Cacoal no estado de Rondônia (MENDES, 2017). Foi nessa “epopeia” que se deparou com outros grupos autóctones, e posteriormente com o homem branco, colonizador em busca de terras, como consta no estudo de Gamalonô Suruí³⁴ (2015).

A Terra Indígena dos Paiter Suruí foi demarcada no ano de 1979 e homologada pelo Governo Federal em 17 de outubro de 1983, através do Decreto nº 88.867 (SURUÍ, 2015). O seu território foi denominado Terra Indígena Sete de Setembro (**TISS**) – autodenominada Paiterey Garah (TIPG) (SURUÍ *et al.*, 2014, p. 245). A demarcação da Terra Indígena foi um marco extremamente positivo para os povos indígenas.

³³ Matilde Mendes é graduada em Direito (UNIR) e Letras (UNESC), possui Mestrado em Educação na Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), e atua como professora da educação básica da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia.

³⁴ Gamalonô Suruí é graduado em Educação Básica Intercultural pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, é mestre em Ciências da Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Figura 04 – Mapa da Terra Indígena Sete de Setembro ou Paiterey Garah



Fonte: Confins (2018)³⁵.

Todavia, os conflitos eram iminentes como relata a antropóloga Betty Mindlin³⁶, que no transcorrer de quatro anos conviveu com os Paiter em suas TIs.

Minhas viagens se deram em meio a um clima tenso de luta pela terra. A área dos Suruí estava invadida por cerca de duzentas famílias de colonos e havia choques ocasionais entre eles e os índios. Eu estava na área quando os Suruí mataram dois jovens colonos numa expedição guerreira para retirar invasores. O clima regional era de violência: posseiros expulsos de fazendas, assassinatos, ameaças físicas ao pessoal da FUNAI (MINDLIN, 1985, p. 14).

O impacto do colonizador sobre o modo de vida dos indígenas foi e continua possuindo um caráter devastador, como descrito a seguir.

Mesmo as TIs demarcadas e homologadas recebem pressões de toda ordem, tais como: invasão de posseiros, madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, sitiantes, caçadores, pescadores; impactos diretos e indiretos de usinas de pequeno, médio e grande porte produtoras de energia, estradas; poluição e contaminação dos cursos d'água; cidades e vilas construídas próximas às TIs, entre outros, de modo que inúmeros problemas ecoam internamente – drogas, álcool, delitos e outras questões que promovem substanciais transformações no modo de vida (SURUÍ *et al.*, 2014, p. 246-247 *apud* ALMEIDA SILVA, 2012, p. 11).

Pelos relatos dos mais idosos do povo Paiter Suruí, “a população ultrapassava 5.000 pessoas e caiu para aproximadamente 250 nos primeiros anos do contato, devido a doenças como sarampo, gripe e pneumonia, entre outras” (SURUÍ *et al.*, 2014, p. 247). Apesar da brusca diminuição do povo Suruí, no decorrer do tempo, houve um relativo crescimento populacional.

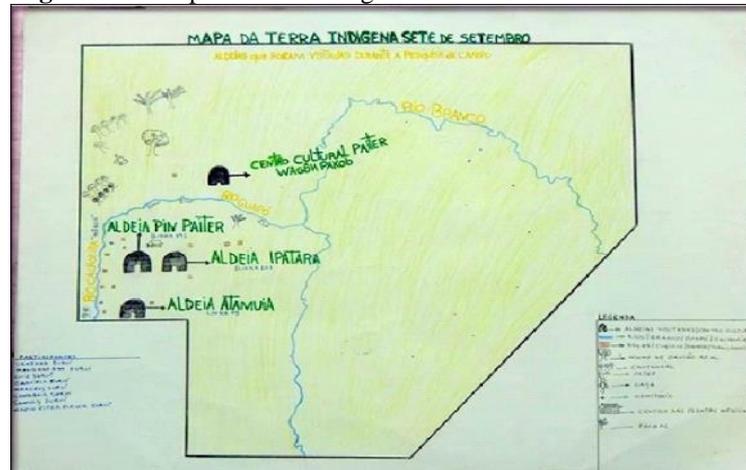
³⁵ MEDEIROS *et al.* *apud* ALMEIDA SILVA *et al.*, 2015.

³⁶ Betty Mindlin é uma antropóloga que dez anos após o primeiro contato dos Paiter Suruí com o branco, permaneceu junto aos indígenas (1979-1983) dia a dia, buscando compreender sua linguagem, organização social e econômica, as relações de parentesco, seus rituais, de amor e de guerra. Mindlin esteve em Rondônia, junto à antropóloga Carmen Junqueira, que esteve vinculada à etnia Cinta Larga (MINDLIN, 2006, p. 05).

Segundo o PARMSRN³⁷, entre 1975 e 1988 a taxa de crescimento populacional foi de 80%, ao passo que no período que compreende 1988 a 1999 a taxa se tornou ainda maior, 87%. No entanto, de 1999 a 2010 essa taxa passou a ter uma média de 20% ao ano. Isso se dá principalmente pelo auxílio saúde, impulsionado desde 1988 por associações locais, com financiamento de agências internacionais. Do mesmo modo, a atuação da Fundação Nacional de Saúde/Casa de Apoio à Saúde do Índio (FUNASA/CASAI), ao capacitar indígenas nas aldeias como agentes de saúde e agentes de saneamento, pode ter contribuído para este cenário positivo de aumento populacional (SILVA; FERREIRA NETO, 2014, p. 165).

Atualmente, a Terra Indígena Sete de Setembro – TISS/TIPG, possui uma extensão territorial de 248.146,921 ha., e constitui-se como o lar de 215 famílias, sendo que ainda tem outras 24 famílias que vivem em outras regiões (SILVA; FERREIRA NETO, 2014, p. 164).

Figura 05 – Mapa da Terra Indígena Sete de Setembro – TISS/TIPG



Fonte: Arquivo Gasodá Wawaeitxapôh Suruí³⁸.

Silva e Ferreira Neto (2014) explicam que a colonização do estado de Rondônia foi organizada em formato de “espinha de peixe”, onde as estradas vicinais ficaram sendo chamadas de linhas, com um número específico, para caracterizá-las. Sendo assim, as aldeias da Terra Indígena Sete de Setembro ficaram distribuídas nos limites das linhas 7 a 12 e 14, no município de Cacoal.

Essa distribuição das Terras Indígenas (TI) destaca que a interação social do povo Suruí ocorre efetivamente no estado de Rondônia, sobretudo em Cacoal, que concentra 84,93% da população Paiter Suruí (SILVA; FERREIRA NETO, 2014). E apesar das profundas transformações sociais no seu modo de vida, desde o contato, todos têm a língua indígena *Paiter* como primeira língua. Os mais jovens, com certo grau de dificuldade, são os que falam o

³⁷ PARMSRN – Plano de Ação Participativo para o desenvolvimento de uma economia racional e de manejo sustentável dos Recursos Naturais da Terra Indígena (documento interno ao Projeto REDD+Suruí).

³⁸ Mapa mental coletivo - Aldeia Paiter – Linha 09 (2018). Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins>.

português. Entretanto, “onde há mais de um Suruí, a voz recorrente é em língua materna”, segundo Ferreira (2018).

No final do século XX, as comunidades Paiter perceberam que seria de suma importância instituir estratégias frente à realidade sociopolítica, assim como com a política desenvolvimentista do país, garantindo a sobrevivência física e espiritual do povo Suruí, bem como de seu território. Diante da necessidade, obtiveram apoio do Ministério do Meio Ambiente e da Associação Kanindé, na elaboração do Diagnóstico Agroambiental Participativo e o Plano de Gestão Etnoambiental da TISS/TIPG:

O Plano de Gestão tem como objetivo implementar o Programa Paiterey para a gestão ambiental e territorial, estabelecendo procedimentos e diretrizes para o encaminhamento das demandas socioculturais, de forma a permitir condições para o uso responsável dos recursos naturais, gerando os benefícios necessários, a valorização da cultura, a geração de rendas e a conservação do meio ambiente (KANINDÉ; METAREILÁ, 2009, *apud* SURUÍ *et al.*, 2014, p. 253).

O líder Almir Suruí afirma que a introdução de algo novo, não representa o abandono da cultura. Constitui-se como enfrentamento aos desafios postos à realidade do povo. E frente aos desafios da sociedade moderna,

[...] os Paiter Suruí iniciaram por implementar estratégias de resistência a fim de ocupar os limites do território, etnozoneamento, planos de gestão territorial e ambiental, educação formal, planos de negócios, assim como o fortalecimento da cultura como permanência identitária e manutenção da fauna e da flora, através de projetos socioambientais, associações de promoção e auxílio na defesa de seus direitos, enfim, retomam o sistema de governança Paiter Suruí (SURUÍ *et al.*, 2014, p. 248-249).

Um exemplo desta valorização da cultura é que, desde 2009, as comunidades dos clãs Kaban e Gamir promovem uma feira cultural no intuito de resgatar traços de atividades tradicionais da cultura Paiter Suruí devastada pelo branco (SILVA; FERREIRA NETO, 2014).

1.2.2 Seringueiros, castanheiros e outros extrativistas da floresta

Pinto (1993) entende que a exploração da borracha em território rondoniense nos primórdios deu-se a partir de três procedências: inicialmente pelos mamelucos e nativos, de fato conhecedores da região, anteriormente, ávidos coletores das drogas do sertão; a segunda leva de seringueiros foi composta de indígenas bolivianos, oriundos das missões jesuíticas, atuando especialmente nos seringais do rio Beni, Mamoré e Guaporé, além do baixo Madeira; já a terceira fase de seringueiros foi a de nordestinos, especialmente cearenses.

Foi no chamado Primeiro Ciclo da Borracha, na segunda metade do século XIX, que a Amazônia recebeu um grande número de migrantes vindos basicamente do nordeste, que fugindo da grande seca que flagelou o Nordeste entre 1877 e 1880, foram atraídos pela propaganda governamental rumo ao “paraíso perdido” amazônico. Estima-se que Rondônia tenha recebido em torno de 8 mil homens, que gradativamente foram distribuídos ao longo da bacia do rio Madeira, Ji-Paraná (Machado), Abunã, Preto, Candeias, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, alcançando o vale dos rios Mamoré/Guaporé (DANTAS, 2010; GÓES, 1997).

A figura 06 retrata a Catedral Nossa Senhora do Seringueiro, padroeira da Diocese de Guajará-Mirim, segundo município mais antigo do estado de Rondônia, localizado às margens do rio Mamoré, tornava-se um corredor entre os rios Guaporé e Madeira.

Figura 06 – Fotografia da Catedral Nossa Senhora do Seringueiro (1971)



Fonte: Site Gente de Opinião (2018)³⁹

O bispo prelado Dom Francisco Xavier Rey fundador da Prelazia de Guajará-Mirim (1932), ao refletir acerca de um padroeiro (a) para a recém-fundada igreja particular em Guajará-Mirim, teve um sonho:

Num sonho que tive anos atrás, por uma noite estrelada de primavera, numa pascana do Guaporé, vi calhapos e mais calhapos saírem de todos os igarapés que nascem na cordilheira, e deslisarem suave e vagarosamente sobre as águas plácidas do Guaporé e Mamoré, até G. Mirim. Nesses calhapos iam famílias inteiras de gente cansada e maltrapilha, doentes, homens com cara defumadas, mulheres macilentas e crianças bojudas, saindo do "Inferno verde" em demanda de um raio de sol para o corpo e para alma..."Ao encostarem no porto, vi essas mulheres com crianças no colo correrem para a igreja, comprarem velas e irem ajoelhar-se horas a fio aos pés de N. Sr^a. das Graças, cumprindo promessas, agradecendo favores e pedindo proteção. Enquanto isso, os homens afanosos, tiravam peles e mais peles de borracha, enchendo com elas, carroças e caminhões, que vinham descarregar aqui mesmo, nesta

³⁹ Disponível em: <https://www.gentedeopinio.com.br/columnista/anisio-gorayeb/catedral-nossa-senhora-do-seringueiro-1971>. Acesso em: 20 jan. 2021.

praça Du- que de Caxias (atual praça D. Francisco Xavier Rey), pilhando essas peles em forma de arcos, de paredes, de Torres de Catedral. e no fundo dessa Catedral, encimando um altar, com colunetas, painéis e retábulos também feitos de borrachas, vi, ninbada de luz resplandecente, a mesma N. Sr^a da praça Mário Corrêia, aparecendo com "meigo sorriso" 'a um pobre seringueiro maltrapilho, de rosto amaciado e minado pela febre, uma coroa de Terço ou rosário na mão, como para lembrar-lhe a existência de um mundo melhor e um dos meios para alcançá-lo: A devoção ao Rosário. Em seguida vi chegar dos 4 (quatro) quadrantes da Terra, a pé, de automóvel, de avião, estes já arvorando, ao lado de São Cristóvão, o escudo protetor de "N. Sr^a. do Seringueiro", multidões e multidões de romeiros que invadiam o templo rutilante de luz, e ali, ao som dos grandes órgãos e ao repicar dos sinos das majestosas torres, entoavam com entusiasmo e repetiam a porfia, a todos os écos destes imensos seringais: Ave, Ave Maria, N. Sr^a. do Seringueiro. Compreendi que o céu inclinara-se sobre este pedaço de terra abandonado pelos homens e que segundo seu costume de cicizar as suas maravilhas em berços humildes, Deus acolhera o torrão humilde de Guajará para ser glorificado pelo mundo todo da borracha, através de sua excelsa Mãe, Rainha e protetora do seringueiro (Sonho de D. Rey)⁴⁰.

É muito tocante a descrição realizada por D. Xavier Rey quanto ao sofrimento dos seringueiros, e diante do sinal interpretado como divino, manifestado em sonho por N. Sra. das Graças, consagrou a Catedral da Prelazia à Maria, mãe dos seringueiros. Esta história trata de encarnar os valores religiosos cristãos na cultura indígena e das populações pobres das florestas que veem nos sonhos manifestações dos espíritos, de anjos mensageiros, de santos, de Maria mãe de Jesus ou do próprio Deus.

O sonho do bispo revela uma visão teológica, que se aproxima dos evangelhos sinóticos, que comunga com a teologia do concílio Vaticano II e depois dialoga com a teologia da libertação na América Latina, quando uma Nossa Senhora europeia das Graças (universal) se transforma numa Nossa Senhora do trabalhador seringueiro (opção preferencial pelos pobres).

Quando se trata do primeiro Ciclo da Borracha, o número de migrantes rumo aos seringais foi tão forte, que Góes (1997) destaca a ultrapassagem das fronteiras brasileiras frente aos seringais em territórios bolivianos, criando desta forma, sérios incidentes diplomáticos com a Bolívia, que não obstante, já vinha de um imbróglgio territorial com o Chile. Foi nesta ocasião que o Acre se tornou parte do território brasileiro, como já descrito anteriormente no texto. Outro fato crítico foi a retirada de sementes de seringueira (*hévea*) por ingleses em 1876, destinadas à Ásia, de onde se inicia num considerável espaço de tempo, uma das maiores concorrências internacionais da extração do látex para com o mercado brasileiro, que

⁴⁰ Sonho de Dom Francisco Xavier Rey, bispo fundador da Prelazia de Guajará-Mirim (1932). Disponível em: <http://www.pakaas.net/fe.htm>. Acesso em: 02 fev. 2021.

desprovido de uma política governamental específica para o setor, se encaminha para a decadência (GÓES, 1997).

Em princípios da década de 1940, com o Acordo de Washington, entre EUA e Brasil, o governo se compromete num maior fornecimento da borracha amazônica às indústrias norte-americanas, além de sistematizar a produção do látex, minimizando os percalços do primeiro ciclo.

Em 1943, diante do isolamento da Malásia (grande produtora de borracha) pelos japoneses, se intensifica a demanda da borracha brasileira. Novamente, muitos nordestinos se mudam para a Amazônia, que na condição de reservistas para cumprir o serviço militar, são chamados de “soldados da borracha”, que ao invés de um fuzil recebiam sua gleba de seringueiras para a extração do látex, dando início ao Segundo Ciclo da Borracha (DANTAS, 2010; GÓES, 1997).

No período de 1941/1945, durante a 2ª Guerra Mundial, o Governo Vargas criou o SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), dirigido pelo Eng. Paulo de Assis Ribeiro, com a participação do então padre Helder Câmara na coordenação dos trabalhos de orientação religiosa dos “soldados da borracha”. Na época foram recrutados cerca de 50.000 trabalhadores nordestinos, com o objetivo de reativar a produção dos seringais na Amazônia e em grande parte das bacias hidrográficas de Rondônia (BINSZTOK, 2003, p. 9).

Neste período, mesmo com “desaquecimento do mercado mundial da borracha, a região não sofreu queda em matéria de povoamento, pois o trabalho de extrativismo prosseguiu a partir da coleta de castanha e ervas medicinais oriundas da flora amazônica” (GÓES, 1997, p. 49).

Financiada pela agência governamental norte-americana Rubber Development Corporation, o SEMTA, jamais cumpriu a meta de produzir sessenta mil toneladas do produto por ano, desta forma, os soldados da borracha foram abandonados à própria sorte (BINSZTOK, 2003, p. 9).

Bem antes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciar a colonização do território que hoje corresponde ao estado de Rondônia, muitos brasileiros adentraram as matas virgens da Amazônia. Lima (2001) enfatiza que anteriormente aos colonos (agricultores) do sul e sudeste:

estiveram aqui numa época de glória e abundância para alguns privilegiados, grandes contingentes humanos, fazendo um verdadeiro trabalho de conquista e pioneirismo. Contingentes de desbravadores feitos pela necessidade, pela procura de melhores condições de vida, sendo que aqueles receberam o nome de seringalistas e, estes, de seringueiros (LIMA, 2001, p. 15).

As principais áreas de seringais estavam localizadas nos afluentes do rio Madeira, sendo ocupada desde a embocadura até o interior onde havia mais árvores de seringa. Neste caso, a expertise dos antigos coletores de drogas foi reutilizada inúmeras vezes no afã de afugentar os indígenas arredios. Outro aspecto importante da localização dos seringais é com relação a situar-se em ilhas ou terras baixas, acometidos por períodos de enchentes, o que proporcionava uma grande quantidade de pescados e caças (PINTO, 1993).

Com o final da Guerra, em 1945, novamente ocorreu uma baixa na demanda por borracha nativa, o que levou o governo do Território Federal do Guaporé a criar as Colônias Agrícolas, a fim de evitar a debandada dos colonos. Destacam-se as colônias do Iata em Guajará-Mirim (1948), nas proximidades de Porto Velho, inicialmente foi implementada a colônia agrícola de Candeias (1948); posteriormente a Nipo-Brasileira e a Treze de Setembro (1954); a Paulo Leal (1959); e entre Porto Velho e a Vila de Calama, surgiu espontaneamente a colônia agrícola do Beiradão (DANTAS, 2010; CUNHA; MOSER, 2010).

Cunha⁴¹ e Moser⁴² (2010) ainda destacam que o insucesso para as colônias agrícolas está ligado ao tamanho das áreas disponibilizadas para o cultivo, de 25 hectares⁴³, o que inviabilizava a técnica de rotação de culturas para solos férteis; além da falta de fomento financeiro aos agricultores na compra de sementes, sacaria, veículos para o transporte e comercialização de seus produtos. Enfim, faltava toda uma logística a ser enfrentada. Destacam-se também mais duas colônias que surgiram até o final da década de 1960, a de Areia Branca, nas proximidades de Porto Velho e a de Periquitos, localizada entre Iata e Abunã.

Nesse meio tempo, em meados da década de 1950, foram descobertas as primeiras jazidas de cassiterita (estanho) na região de Ariquemes, originando desta forma, um grande contingente de pessoas para Rondônia com anseio de trabalhar no extrativismo mineral em diversos lugares do estado, à base do garimpo manual. Esse período ficou conhecido como o Ciclo da Cassiterita que perdurou basicamente entre 1958 e 1970. Com a alta produtividade dos

⁴¹ Eliaquim Timóteo da Cunha é professor de Sociologia, Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR. É bacharel em Ciências Sociais pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), mestrado em Antropologia Social (UFAM) e cursa doutorado em Antropologia Social (UFAM).

⁴² Possui graduação em História pela Universidade Federal de Rondônia (1992), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1995) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Universidade Federal do Pará (2006). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Rondônia.

⁴³ Com relação às medidas territoriais, em Rondônia prevalece o Alqueire Paulista, utilizado nos estados do MA, RO, ES, MG, PE, SC, RS, MT, GO e PB, correspondendo à medida de 110X220m, ou seja, 24.200 m², o equivalente a 2,42 hectares. Disponível em: <http://www.muner.com.br/medidasagrarias/medidasagrarias.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

garimpos, se fizeram necessárias a oferta de produtos e serviços diversos, assim sendo, um considerável quantitativo de agricultores se estabeleceu também nos arredores de Porto Velho, do mesmo modo como os garimpos (DANTAS, 2010; GÓES, 1997).

Para Ariquemes deslocou-se grande quantidade de homens ávidos por enriquecerem, em um sonhado “bamburro”; outros, comerciantes, postavam-se durante todo o ano, ocupando duas margens da rodovia, em verdadeiro “faroeste”. Ali ficavam os bordéis, casas de jogo e pensões em verdadeira promiscuidade com as famílias. Em 1971, o vilarejo sobre uma brusca interrupção em seu crescimento, quando é proibida a garimpagem manual, considerada predatória pelo Governo (SILVA, 1984, p. 15).

O fato é que a exploração mecanizada era mais promissora, portanto, o Ministério das Minas e Energia criou a Portaria Ministerial nº 195/70, de 31 de março de 1971, proibindo a garimpagem manual. Esta medida privilegiou um pequeno grupo de empresas de grande porte, de modo geral, multinacionais, encerrando assim, o Ciclo da Cassiterita, exportando o minério e os lucros advindos de sua exploração para fora do Território (DANTAS, 2010).

1.3 O INCRA e os Projetos de Colonização em Rondônia

Nas primeiras décadas do século XX, o acesso dos extrativistas da seringa, da castanha ou de outros produtos florestais a Porto Velho, partindo de Cacoal, (especialmente os seringueiros) se dava por via fluvial por meio do rio Machado.

Lurdes Kemper⁴⁴ (2006) explica que a borracha era encaminhada para Manaus. A alternativa mais viável para isto era chegar à cidade de Porto Velho pelo Mamoré e Madeira ou outros cursos de águas navegáveis como o rio Machado. Todos os anos esta viagem acontecia no início do período chuvoso (dezembro). O retorno acontecia em 3 ou 4 meses, ou seja, entre março e abril do ano seguinte. Em Manaus, os comerciantes negociavam e vendiam a borracha e adquiriam as mercadorias essenciais demandadas pelas populações nos seringais com o intuito de abastecer-se até a próxima viagem.

1.3.1 Meios de Transportes e a BR-364

Os novos meios de transportes terrestres exigiam a construção de extensas rodovias conectando povoados, vilas, cidades e projetos de assentamentos humanos em solos

⁴⁴ Lourdes Kemper nasceu em Santa Catarina em 08 de dezembro de 1959. Migrou para Cacoal em 1972. É licenciada em Pedagogia, atuou como professora na educação básica, além de ser escritora e artista plástica, foi vereadora entre 1989-1992 e 2001-2004. Ela se intitula “desbravadora”, dedicando-se à pesquisa de fatos e vultos, que marcaram a evolução histórica de Cacoal.

amazônicos como os de Rondônia nas décadas de 1970 e 80, por isso o governo federal investiu na abertura das BRs principalmente a 364, concluída na década de 80.

Compreender o processo de povoamento de Rondônia demanda observar que migração e colonização são conceitos distintos, do ponto de vista semântico. São termos geograficamente importantes: o primeiro são os “contingentes populacionais; e o segundo é o espaço (território, região, área, etc.) possível de ser ocupado pelos primeiros”. Assim, por conseguinte, migração é o deslocamento dentro de um mesmo país, de uma região para outra. “Enquanto que colonização significa a ação de ocupar e desbravar novos territórios dentro de um país independente” (LIMA; VELOSO, 2002, p. 53).

No caso de Rondônia, integrante da região amazônica, a efetiva reocupação ocorreu por meio da colonização, com todo um processo de planejamento e execução de projetos do Governo central. Neste sentido, o primeiro passo foi a construção de uma rodovia, inicialmente chamada BR-029 (LIMA; VELOSO, 2002).

Uma primeira tentativa de abertura de uma rodovia, seguindo os moldes da Comissão Rondon com as linhas telegráficas, foi realizada em meados da década de 1940 com Aluizio Ferreira, acontecendo da seguinte maneira:

Foi no dia 13 de janeiro de 1945: nesta data, Aluizio Ferreira, primeiro governador do Território Federal do Guaporé – menos de um ano, portanto desde sua instalação a 29/01/1944 – alcançou da FFAA a criação da 2ª Companhia Rodoviária Independente, cuja missão era construir uma rodovia de 2ª classe, que ligasse Porto Velho a Vilhena, no extremo sul do Território (cerca de 800 km), dando assim o primeiro passo concreto para sair do isolamento terrestre com o resto do Brasil (HUGO, 1995, p. 65)⁴⁵.

A intenção era formar uma rota entre capital Porto Velho e Vilhena, último município do estado, para desta maneira, tirar o Território do Guaporé do isolamento geográfico em que se encontrava. Esta rodovia não foi concluída no tempo previsto e permaneceu em péssimas condições de tráfego durante décadas.

No entanto, já no Governo de Juscelino Kubitschek, o governador do Território Federal de Rondônia, coronel Paulo Nunes Leal, juntamente com o presidente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) integrou a Caravana de Integração Nacional, percorrendo a rota Belém-Brasília, em princípios de 1960. Logo em seguida

⁴⁵ O professor Vitor Hugo foi um padre missionário salesiano, autor do livro “Os desbravadores” e “Cinquenta anos do Território Federal do Guaporé (1943-1956)”, e como pioneiro foi o primeiro Secretário do Estado de Rondônia para a cultura, o Esporte e o Turismo, criando a rádio Caiari. Também produziu o filme – Rondônia Hoje, na década de 1970, apresentando fatos, tradições e o patrimônio histórico regional. Faleceu em 2004. cf. Santos (2003).

conseguiu a aprovação pelo presidente JK da construção da rodovia Brasília-Acre (BR-029), através do Decreto nº 47.933⁴⁶ de (15/03/1960) (SILVA, 1984; LIMA, 2001).

Art. 1º Fica criada, no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a “Comissão Especial de Construção de Rodovia Brasília-Acre”, diretamente subordinada ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. §1º Incumbirá à Comissão Especial Pôrto Velho (RD) – Cuiabá (MT), da BR-29, de acordo com os estudos preliminares de traçado aprovados pelo Departamento Nacional de Rodagem (BRASIL, 1960).

Com este decreto fica sancionada e submetida ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a comissão incumbida da construção do trecho Cuiabá-Porto Velho, mas a missão não era nada fácil, pois apenas em meados da década de 1980 é que a BR-364 chegou a ser pavimentada.

Assim em 1960 foi iniciada a empreita de interligar Rondônia (junto ao Acre e Amazonas) ao resto do país por meio de uma rodovia. Entretanto afirma Kemper:

Essa rodovia seguiu o traçado ou teve como referência a picada da linha telegráfica (sofreu algumas alterações, principalmente quando foi pavimentada no início da década de 80). A princípio foram construídas apenas as pontes ou pinguelas de madeira nos pequenos rios e igarapés. Nos rios de maior volume de água, como Barão de Melgaço, Machado ou Ji-Paraná, Jaru e Jamari, a travessia era realizada em balsas (KEMPER, 2006, p. 41).

A estrada, se assim podia ser chamada, era um verdadeiro infortúnio geográfico, especialmente nas proximidades do antigo seringal Cacoal, como continua a descrição de Kemper.

Os inúmeros atoleiros, que se formavam no período chuvoso, eram outro obstáculo. Dentre eles, o famoso atoleiro do Muqui, com cerca de 10 km de extensão. Nesse local, segundo relatos, morreram caminhoneiros, principalmente vítimas da malária. Era freqüente, nessa época, utilizarem barcos para o transporte de pessoas e produtos no trajeto entre Pimenta Bueno e Ji-Paraná (KEMPER, 2006, p. 41).

Não obstante as difíceis condições estruturais da estrada, também os obstáculos climáticos e naturais, eram demasiadamente insalubres. Vale ressaltar que o “atoleiro Muqui”, famoso pelos imensos atoleiros é o atual município de Presidente Médici, localizado entre Cacoal e Ji-Paraná, era o seringal Presidente Hermes, concedido ao pecuarista Milton Rios. De certa forma, o atoleiro Muqui contribuiu para que houvesse a formação do município de Cacoal, devido à necessidade de estadia por parte dos viajantes enquanto perdurava o tempo chuvoso.

⁴⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-47933-15-marco-1960-387498-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Nesse ínterim, em meados da década de 1960, após uma análise pormenorizada das condições estruturais da BR-029, pela 4ª Seção do Estado Maior das Forças Armadas, o governador Paulo Nunes Leal confirmou a criação do 5º Batalhão de Engenharia e Combate (BEC), por meio do Decreto nº 56.629, com o intuito da construção e manutenção rodoviária, pelo Exército na Amazônia, e com sua sede em Porto Velho (LIMA, 2001).

A BR-364, originalmente BR-029, junto aos Projetos Integrados de Colonização tiveram um papel decisivo quanto às finalidades geopolíticas idealizadas pelo regime militar, no que tange a uma nova ordem territorial no estado de Rondônia (BINSZTOK, 2003).

Figura 07– Croqui da BR-364 a partir de Limeira



Fonte: Bate-Bola⁴⁷ Site (2012)

Portanto, foi com o primeiro governador do estado de Rondônia, coronel Jorge Teixeira de Oliveira, que junto ao presidente João Figueiredo, articulou a efetivação do trecho rodoviário pavimentado entre a cidade de Cuiabá e Porto Velho, a uma distância de 1.459 km⁴⁸, com um orçamento inicial de 35 bilhões de cruzeiros, tendo investimentos do Programa Polonoeste do governo federal e a participação do Banco Mundial. E posteriormente, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) teria a incumbência de estender o asfalto a rota Porto Velho-Rio Branco/AC numa distância total de 510 km (SILVA, 1984).

1.3.2 Os Projetos Integrados de Colonização (PICs)

Anteriormente, ressaltamos que o Governo Federal teve em diversos momentos, especialmente do século XX, interesse em povoar os territórios considerados como vazios

⁴⁷ Disponível em: <https://rodrigopiscitelli2.blogspot.com/2012/06/br-364-partir-de-limeira.html>. Acesso em: 21 abr. 2021

⁴⁸ Disponível em: http://www.distanciasidades.com/distancia-porto_velho-cuiaba-68256.html. Acesso em: 23 abr. 2021.

demográficos, no intuito de uma efetiva integração nacional. O fomento à colonização não levou em consideração às populações que já viviam na floresta produzindo sua vida e sua subsistência. Eliane Teodoro Gomes em sua dissertação (2019), explica:

[...] a colonização agrícola de novas terras ocorreu em espaços anteriormente ocupados por nações indígenas e grupos de seringueiros que tinham suas posses ao longo dos rios e igarapés por todo o território de Rondônia. Estes grupos, por sua vez, foram ignorados pelos programas governamentais de desenvolvimento para a região e conseqüentemente são expropriados da terra. Os projetos implantados não levaram em consideração essas organizações sociais que já faziam parte do contexto da Amazônia (AMARAL, 2001, p. 80)⁴⁹.

Não obstante, com a chegada dos militares ao poder através do Golpe de 1964, tomou força mais uma vez o ideal de povoamento, mais especificamente no Pará, Mato Grosso e o Território Federal de Rondônia. E o fato é de que havia quem precisasse de terras (GOMES, 2019).

No Nordeste os problemas fundiários que se explicitaram nas décadas de 1950 e 1960 estavam relacionados com o latifúndio improdutivo e produtivo, como as fazendas de cana-de-açúcar. Os fazendeiros, que haviam arrendado as suas terras a foreiros durante a crise da cana, passaram a expulsá-los durante o período da guerra (1939-1945) [...]. (GOMES, 2019, p. 38).

Nesse contexto, o nordeste protagonizava movimentos sociais por causa dos problemas fundiários com os trabalhadores nas fazendas de cana-de-açúcar e na região sul, com o esgotamento das terras e das áreas territoriais divididas em minifúndios na colonização dos imigrantes europeus se produzia um excedente de população sem terras. Foi entre as décadas de 1950 e 1960 que se definiram três organizações que lutavam pela Reforma Agrária no Brasil. Primeiro As Ligas Camponesas no nordeste; depois a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) no sudeste; e terceiro, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no sul.

Dados estatísticos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) demonstram que o território que hoje corresponde a Rondônia no decorrer do século XX, recebeu muitos migrantes de diversas regiões. A primeira fase, entre as décadas de 1920 e 1940, por meio das rotas das linhas telegráficas, foi caracterizada por migrantes do centro-oeste, sudeste e sul que chegaram ao território, havendo uma debandada com o declínio da borracha.

⁴⁹ José Januário O. Amaral é natural de Cruzeiro do Sul – AC, graduado em Geografia na Fundação Universidade Federal de Rondônia, mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), foi reitor da Universidade Federal de Rondônia entre 2007 e 2011, atualmente é professor da mesma Universidade.

No período que corresponde à década de 1950, os migrantes foram mais efetivamente de outros pontos da Amazônia, especialmente do Amazonas, bem como de nordestinos advindos do Ceará. Já entre as décadas de 1960 e 1970, a migração foi oriunda predominantemente do Amazonas, Mato Grosso, Acre e Paraná, e caracterizada pela busca de solos férteis, de preferência ao longo da BR-364 (CUNHA; MOSER, 2010).

Portanto, diante do panorama permeado de conflitos fundiários, e no advento da colonização fundiária, os camponeses foram direcionados para as frentes de expansão agrícola, especialmente na Amazônia. Para tanto, entre 1970 e 1984, é que o governo passa a criar os PIC's, para organizar e adequar a distribuição das terras na fronteira amazônica.

No processo de ocupação do território, que hoje corresponde ao estado de Rondônia, foram alarmantes os números de migrantes nas primeiras décadas da segunda metade do século XX: “o intenso fluxo inicial desordenado com a população de 1.800 habitantes em 1950 saltando para 14.000 em 1970 (INCRA, 1974) resultou uma série tensão social” (CUNHA; MOSER, 2010, p. 128). Fato que proporcionou ao INCRA um protagonismo forçado frente às demandas no intenso fluxo migratório em Rondônia.

Cunha e Moser (2010) ainda destacam a tradição agrícola de grande parte dos migrantes, especialmente dos oriundos do sul e sudeste. A propaganda oficial por parte do Governo Federal na efetividade da colonização através dos PICs, além da “propaganda” oral realizada entre familiares e amigos, que mencionava a gratuidade das terras ofertadas pelo INCRA. No que diz respeito à colonização por empresas privadas, Hervé Théry⁵⁰ (1976) afirma que no caso de Rondônia, foi bem restrita, apenas com a Calama S/A e a Itaporanga S/A.

Tendo como uma de suas incumbências prioritárias colonizarem para impedir a reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais e sindicais, o INCRA elaborou os Projetos Integrados de Colonização com 50 ha cada lote ou parcela. O primeiro a ser instalado foi o PIC Ouro Preto, no distrito da Vila de Rondônia, na época município de Porto Velho. A seguir veio o PIC Gi-Paraná em 1972, localizado entre Vila de Rondônia e Pimenta Bueno que viria a se tornar o município de Cacoal. Nas proximidades de Guajará-Mirim e com um grande contingente de colonos na Colônia Agrícola do Iata, implantou o PIC Sidney Girão, em 1972. Já em 1974 foi executado o PIC Paulo de Assis Ribeiro localizado na porção sul do Território Federal de Rondônia. Em 1975 é constituído o PIC Padre Adolph Rohl.

⁵⁰ THÉRY, Hervé. **Rondônia: Mutações de um Território Federal na Amazônia Brasileira.** Tese de doutorado a Universidade de Paris I. École Normale Supérieure. 1976.

Nos Projetos Integrados de Colonização cabia ao INCRA demarcar as parcelas, abrir as linhas, além de prestar assistência técnica e financeira aos colonos (CUNHA; MOSER, 2010; TEIXEIRA, 2015).

Em 1974 e logo em 1976 foram criados dois Projetos de Assentamento Dirigido (PADs) com lotes de 250 ha. Foi respectivamente o PAD Burareiro nas proximidades de Ariquemes; e o PAD Marechal Dutra entre Ariquemes e Candeias do Jamari. Nos Projetos de Assentamento Dirigido, o INCRA realizou a seleção dos colonos assentados e entregou a eles os títulos de propriedade. Por ser destinado aos médios e grandes empreendedores, nos PADs os interessados é que deviam possuir conhecimento agrícola, recursos financeiros e burocráticos.

Também foram criados três Projetos de Assentamento (PAs), o primeiro PA Machadinho, em 1982; o PA Bom Princípio, em 1983; e o PA Cujubim, em 1984. Nesta modalidade, os lotes eram de 50 ha, tamanhos menores para atender um maior quantitativo de famílias, cabendo ao INCRA à demarcação e a entrega dos títulos de propriedades (CUNHA; MOSER, 2010; TEIXEIRA, 2015).

No capítulo II enfocamos a integração entre os próprios migrantes, quando os poucos que chegaram com grau de magistério, se uniram a homens e mulheres idealistas partilhando conhecimentos como professores “leigos”, para educar a juventude radicada. Entre as inúmeras famílias, advindas dos diversos recantos do país, o desejo era o mesmo – um lugar para se construir uma vida melhor!

CAPÍTULO II

2 ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL EM CACOAL-RO (1972-2010)

Integramos a primeira linha de Pesquisa do ProfHistória:⁵¹ Saberes Históricos no Espaço Escolar, onde o enfoque se dá no processo de ensino e aprendizagem da História. Considerando as especificidades dos saberes e práticas mobilizadas na escola, investigamos o processo de ensino-aprendizagem da disciplina de História local nas primeiras décadas de constituição do município de Cacoal.

O eixo norteador desta linha de pesquisa foca nas condições de formação do estudante e do professor, devido ao fato de no limiar da colonização do estado de Rondônia, os primeiros professores serem leigos (não habilitados no nível superior), e, portanto, urgindo a necessidade do desenvolvimento da educação (especialmente a educação básica), bem como o exercício do ensino de História na escola, pensada como lugar de produção e transmissão de conteúdos, que atende a formas de organização e de classificação do conhecimento histórico por meio do currículo.

A abordagem partiu da perspectiva dos migrantes que já vieram com formação docente ou que se dispuseram à honrosa missão do ensino, e como ocorre essa inserção, destacando o ensino de História e mais especificamente, a História de Rondônia. Diante da formação proporcionada pelo ProfHistória, temos (nós professores da educação básica) como dever aprimorar nosso *modus operandi* nas salas de aula com um melhor ensino da História.

Tendo como parâmetro norteador para as instituições de educação básica no país, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁵², foi implementada diante dos conflitos comuns na elaboração de um currículo de âmbito nacional, nos aspectos teóricos, políticos, educacionais e ideológicos, num período obscuro da história brasileira, como bem descreve Caimi (2016):

Em países federativos como o Brasil, de grande dimensão territorial e de enorme diversidade regional e cultural, sabemos como são difíceis os consensos e como são complexas as tomadas de decisões acerca de uma estrutura curricular comum. A complexidade toma proporções ainda maiores se considerarmos o momento de profunda polarização política que vivemos no país, aliado a graves desigualdades econômicas e sociais que vêm sendo

⁵¹ Programa que tem como objetivo proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, com o objetivo de dar qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino.

⁵² A BNCC é descrita como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)” (BRASIL, 2018, p. 07).

enfrentadas. Sem espaço para adentrar em uma análise de conjuntura, é preciso ao menos registrar algumas (tristes) cenas da nossa época, como processo de *impeachment* da Presidenta da República, destituição de presidentes das casas legislativas, prisões de senadores da República, corrupção desenfreada e escancarada nos mais variados âmbitos da gestão pública, reações conservadoras de toda a ordem, retrocessos nos debates e conquistas sociais, trágico crescimento de movimentos como Escola sem Partido e Escola Livre, tentativa de cerceamento e até mesmo de criminalização do exercício da docência, dentre tantas outras situações que nos constroem, mas também nos impulsionam ao debate público e à luta coletiva. Essas cenas mostram o contexto de gravidade e acirramento em que se dá o processo de construção da Base Nacional, tarefa que por si só já é bastante polêmica e complexa (CAIMI, 2016, p. 87).

Em meio a esse alvoroço teórico-metodológico, a BNCC para o ensino fundamental foi concluída pelo MEC sob críticas da sociedade civil, em 20 de dezembro de 2017. Já a BNCC para o ensino médio foi aprovada pelo CNE em 04 de dezembro de 2018 (BARBOSA, LASTÓRIA, CARNIEL, 2019).

Neste capítulo da pesquisa seguimos uma abordagem qualitativa com importantes contribuições da metodologia da História Oral. Pretendíamos entrevistar 08 professores de história da rede pública que atuaram ou ainda atuam na educação básica. Porém, a pandemia do Covid-19 dificultou estas entrevistas e acabamos realizando somente seis, das quais quatro relatos analisamos em seguida.

A História Oral, segundo Cassab e Ruscheinsky (2004), foi introduzida no contexto acadêmico através da Escola de Chicago a partir de 1920, com o intuito de pesquisa. Porém, nas décadas seguintes foi banida dos ambientes acadêmicos, sendo substituída pelo aspecto quantitativo das fontes. Ressurgindo na segunda metade do século XX, desenvolvida por Znareschi na Polônia, onde a partir de então, procurou superar o subjetivismo impressionista e conquistou um lugar entre as correntes de pesquisa. A partir daí preocupou-se com o:

estatuto epistemológico, estabelecendo a análise do vivido e se constituindo em método de coleta de dados de indivíduos concretos. No âmbito da pesquisa, procurou romper com a ideologia da biografia modelar de outras vidas, para trabalhar com os trajetos individuais no contexto das relações pessoais (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 09).

Como metodologia de pesquisa, a História Oral tem tido uma grande expansão nas últimas décadas, o que se deve ao fato de muitas pesquisas e conseqüentemente, pesquisadores, que dela se utilizam, enfrentam dilemas frente a questões metodológicas, técnicas e teóricas (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004).

Buscamos construir uma visão mais abrangente do período histórico da colonização de Rondônia e do ensino da disciplina de História nesse processo. Tomamos como base os relatos orais de uma professora na década 1970, dois professores na década de 1980, dois professores na década de 1990 e um professor na década 2000.

No que tange à entrevista, como compreendê-la na metodologia da História Oral? Alberti assim responde: “Ora, do mesmo modo que uma autobiografia pode dizer que uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações implicadas na própria entrevista” (ALBERTI, 1996, p. 04).

Ela ainda explica que, enquanto na entrevista de história oral é necessário no mínimo dois autores, na autobiografia há apenas um. E, portanto, “mesmo que o entrevistador fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte do seu próprio relato – científico acadêmico – sobre ações passadas” (ALBERTI, 1996, p. 04).

Estar frente a essas mulheres e homens tão valorosos em suas próprias histórias, na entrevista nos interliga plenamente ao objeto estudado. Portanto, “parece pertinente destacar que um trabalho de ouvir atentamente as vozes das professoras inclui prestar atenção às pausas, aos silêncios mais longos e à euforia presentes na voz” (CUSTÓDIO, 2014, p. 115), e que demonstra toda a intensidade de suas histórias de vida.

Trilhamos este caminho porque entendemos que “o olhar do homem no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade”. Pois é o próprio ser humano que constrói suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história (DELGADO, 2009, p. 10).

Consideramos que, neste aspecto, o historiador é influenciado pelas representações e demandas de seu contexto histórico. Assim, sobre o sentido de representação, Roger Chartier afirma que “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 19-17). Neste aspecto, temos a importância da atuação do historiador, de modo a interpretar os fatos inscritos nas fontes sem, no entanto, modificar as memórias deixadas pelos humanos ao longo do tempo.

Considerando o direito dos entrevistados, na abordagem dos seus relatos orais que nos confiaram, não utilizamos o nome dos professores sujeitos desta pesquisa. Adotamos a referência a década de atuação dos mesmos. Exemplo: Professora A-70, Professora A-80, e assim por diante.

A primeira entrevistada foi a **Professora A – 70**, natural de Poções – BA. Já está com 67 anos de idade. Moraram alguns anos no Espírito Santo de onde migrou para Rondônia em novembro de 1976, com 23 anos de idade, junto com seu marido. Chegou em Rondônia, já formada no curso de Magistério (2º Grau) por isso iniciou lecionando nas séries iniciais (1ª a 4ª séries). Em 1984, iniciou a licenciatura curta em Letras, no período de janeiro e julho, pela extensão de uma faculdade do Pará. E, logo em seguida, concluiu a Licenciatura Plena, pelas Faculdades Integradas de Cacoal – UNESC, possibilitando-lhe a oportunidade de atuação no ensino fundamental II, 5ª a 8ª séries.

A segunda entrevistada foi a Professora A – 80, que é natural de Cajazeiras – PB. Hoje tem 62 anos, licenciada em História pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Migrou para Rondônia um dia após seu casamento, mais especificamente no dia 17 de fevereiro de 1984. O seu noivo era técnico agrícola e já morava em Rondônia, e como a própria professora mencionara, “[...] emprego realmente, lá no Nordeste, era muito fraco, muito difícil. Tinha que estar correndo atrás de político, e às vezes o político dava as costas. Você passava num concurso e não era chamado [...]”. Portanto, Rondônia constituiu-se como a esperança para a constituição de uma carreira profissional para uma professora formada em nível superior.

Já a terceira colaboradora entrevistada foi a **Professora A – 90**, natural de Apodi – RN. Está com 49 anos e também tem licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. Após concluir o ensino superior, migrou para o estado junto com outros 10 professores, que desde o início foram distribuídos entre Cacoal, Pimenta Bueno e outros municípios nas proximidades. Desde sua chegada, quando foi aprovada em concurso público, atua na educação básica estadual.

Por fim, o **Professor A – 2000**, com 53 anos, é natural de Rondonópolis – MT. Adere sua vocação ao magistério a partir da experiência com sua mãe, que atuou durante muitos anos na área rural de Rondonópolis. Iniciou sua docência em 1989, com uma turma de EJA, época em que apenas possuía o curso de Magistério. E concomitantemente, também era representante das editoras IBEP e NACIONAL. O Professor A – 2000 cursou três anos de Pedagogia, para depois de alguns anos afastado da vida acadêmica, iniciar a licenciatura em História. Sua migração para Rondônia ocorreu por influência de seu irmão no ano de 2005, quando fez o concurso para a Prefeitura de Ministro Andreazza (cidade próxima a Cacoal), sendo aprovado. E posteriormente, completando a carga horária de 60h como professor da Secretaria de Educação de Rondônia – SEDUC –RO.

Consideramos os relatos dos professores colaboradores do município de Cacoal, como fontes principais da análise neste capítulo. Seus relatos remetem às memórias de suas

experiências passadas, visitadas e reelaboradas diante do entrevistador no tempo presente através da construção de um relato que não é um retrato do passado, mas já é uma interpretação de acontecimentos de um tempo vivido como passado e se atualiza no momento da entrevista. Entretanto, quando nos deparamos com a descrição da formação do município de Cacoal, os relatos são “diversos”, sob o prisma de uma imensidão de variáveis. Destarte, é preciso compreender que:

as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, a suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1988, p. 17).

Neste sentido o relato não fala só do passado e talvez fale mais do momento presente vivenciado pelo narrador, que ao contar sua experiência escolhe o que, e como contá-la porque é um jogo de apresentação e ocultação que aponta para a forma como o entrevistado quer ser visto e reconhecido na história. Como destaca Thomson:

Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que me leva a um segundo sentido, mais psicológico, da composição: a necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver. [...] O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais (THOMSON, 1997, p. 57).

Perceber e fugir das armadilhas nos relatos das memórias (imagens, escritos ou orais) é o trabalho da crítica e da interpretação do historiador para construir o seu texto dissertativo. Pois, ainda sobre as representações, Chartier instiga que: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1988, p. 17). Como quando Michel de Certeau questiona o fazer História pelo historiador, logo a seguir, sua análise é categórica:

[...] Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada

“enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita* (CERTEAU, 1982, p. 56).

A produção do conhecimento histórico se constitui da articulação dos três elementos primordiais destacados acima, iniciando-se com o lugar social onde está inserido o historiador; a seguir os procedimentos de análise de documentos e de fontes; e por fim, uma forma genuína de escrita e de linguagem, enfim, uma narrativa. Neste processo o historiador vai costurando com as matérias primas das fontes e das teorias da escrita da história, a operação historiográfica.

Subdividimos este capítulo partindo dos temas mais gerais até os mais específicos, no afã de abordar as problemáticas da educação escolar em Cacoal e do ensino da disciplina de História, principalmente a história local pelos professores que a praticaram nas décadas entre 1970 e 2010.

2.1 “Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”

Na abordagem deste período analisamos obras de memorialistas locais, como Damião Moreira Nunes, Tereza Neide Nunes de Vasconcelos e Lurdes Kemper. As famílias migrantes tinham seus filhos que necessitavam estudar. A demanda por escolas era cada vez maior, mas no início não haviam profissionais formados para educar as crianças e jovens em fase escolar. Nisto, mulheres corajosas resolveram partilhar o conhecimento que tinham, mesmo que sem uma formação específica.

Relatou Lurdes Kemper a este respeito:

Os primeiros vestígios da educação ou de uma escola, segundo depoimentos de amigos moradores, somente ocorreu em meados da década de 60, quando se instalou, no Riozinho, a Serraria Atema. A dona de casa Rita Massari, esposa do administrador da serraria, utiliza um barracão para ensinar seus filhos e outras crianças a ler e escrever. Meses depois, aumenta o número de crianças, e então a professora Rita solicita a colaboração de sua cunhada **Alda Massari**. Convém ressaltar que esse trabalho era voluntário, e graças ao empenho de Rita e Alda Massari, em 29 de abril de 1970, foi publicada a autorização de funcionamento da Escola Nossa Senhora do Carmo, denominação dada por Rita e Alda Massari, devotas dessa Santa (KEMPER, 2006, p. 110).

Após estas primeiras professoras “leigas” darem início à educação, começam a surgir novas escolas, como continua Kemper:

A primeira escola da região de Cacoal foi a Escola **Nossa Senhora do Carmo**, localizada no Distrito de Riozinho, que iniciou suas atividades em meados da

década de 60. Em 1970, teve início as atividades na **Escola Rogério Weber**, na Fazenda Castanhal. No início do processo migratório e a formação de povoado, foi criada em 7 de novembro de 1972 a **Escola Isolada do Km 474 da BR-364**, denominada **José de Almeida e Silva**, a primeira escola da Vila de Cacoal, melhor dizendo, da Vila de Nova Cassilândia, nome do povoado, nesse período (KEMPER, 2006, p. 70, grifo nosso).

Antes de se constituir a primeira escola na atual cidade de Cacoal a autora fala de duas escolas criadas em outros espaços que hoje fazem parte do território do interior do município. Esta terceira escola seria construída na vila que na época ainda se denominava Nova Cassilândia. E como se apresenta na figura a seguir, a educação era imprescindível para todas aquelas famílias que chegavam com o sonho de um pedaço de terra.

Ainda apropriando-nos da figura 08, a revista *Veja* mostra os aspectos difíceis que muitas famílias tiveram de enfrentar para ter uma nova vida. No texto das memórias de Damião Moreira Nunes e Tereza Neide Nunes de Vasconcelos, salienta uma visão de aventura do migrante em busca de um porto seguro na Amazônia. Relata:

Ali ficamos até o ano de 1965, quando seguimos, no mesmo ritmo aventureiro, para a Amazônia, em busca de nosso novo porto seguro, a que demos o nome de Fazenda Castanhal. Um pouco do nome da família já íamos deixando para traz. Muitos amigos se entristeceram no dia em que falamos que deixaríamos tudo o que conseguimos até então e partiríamos para a Amazônia, uma região onde os índios ainda matavam gente, e os mosquitos parece que queriam devorar as crianças. De lá trouxemos, além das lembranças e saudades de tantas pessoas queridas, alguns amigos que nos seguiram e ajudaram a enfrentar o Território de Rondônia [...] (NUNES; VASCONCELOS, 2010, p. 179)⁵³.

⁵³ Este trecho dos memorialistas Damião Moreira Nunes e sua filha Tereza Neide Nunes de Vasconcelos, que em sua obra *Entre Carnaúbas, Mandacarus, Castanheiras e Cafezais – A saga de Clodoaldo Nunes de Almeida e sua família pelos caminhos do Brasil*, relatam a trajetória de Clodoaldo Nunes de Almeida e sua família, que oriundos do Ceará, percorreram diversas regiões, em diversas situações, até chegarem ao Seringal Castanhal, em Cacoal, no dia 05 de fevereiro de 1965, advindos de Glória de Dourados, Mato Grosso do Sul, e logo, tornando-se precursores na cultura cafeeira no território rondoniense.

Figura 08 – “E a terra era um sonho” (1977)



Fonte: Revista Veja, 1977. Arquivo Pessoal de Marcos Santilli (Facebook)

A terra para constituir uma fazenda estava no imaginário como um lar seguro impossível de realizar nos locais de origem dos migrantes que deixavam para trás parte da família, parentes, amigos e patrimônios construídos ao migrarem. A partida era razão para tristeza pelo que ficava, mas a esperança estava num local que ainda era terra dos índios e dos mosquitos. Índios que ainda matavam gente e mosquitos parecem que queriam devorar as crianças.

Na bagagem carregavam seus utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, sementes, animais, mas também levavam lembranças e saudades das pessoas que ficaram e o que lhes davam forças era a companhia de algumas pessoas amigas que vieram juntas para conhecer e morar no território de Rondônia. A terminologia revela que o narrador se posiciona na história como o conquistador de uma natureza bravia com muitos inimigos a combater (índios e mosquitos) para sobreviver e se impor sobre estas forças telúricas.

2.2 A migração e suas perspectivas

Os motivos da partida dos que chegaram a Rondônia aparecem tanto nos relatos dos memorialistas que escreveram e publicaram obras que citamos, como nos relatos orais de uma professora, que aos 23 anos de idade, natural de Poções – BA, radicada no Espírito Santo, decidiu vir com o esposo para a região de Cacoal em busca de trabalho que não havia onde vivia. Veio se efetivar no magistério em Cacoal assim que chegou. Contou ela:

Nasci na Bahia, fui morar no ES. Morei no ES muitos anos. Casei lá. Tive uma filha, depois foi que eu vim pra Rondônia, porque lá eu nunca tinha trabalhado. Então eu vim pra Rondônia e o companheiro também não tinha trabalho lá. Então viemos pra Rondônia buscar um trabalho aqui. Aí eu tinha

formação de professora. Não foi difícil, porque não tinha concurso na época, tinha trabalho, muito trabalho. Então cheguei em 76, em novembro, e quando foi em 77, março, já estava em sala de aula (Professora A – 70).

A Professora A-70 relata que apenas nasceu na Bahia, mas sua família foi para o Espírito Santo no sentido de construir uma história. Menciona que lá contraiu matrimônio, contudo, sem a oportunidade de trabalho, nem pra si e muito menos para seu esposo. Em mais um enfrentamento ao “desconhecido” decidem (ela e o esposo) partir para a terra das oportunidades – Rondônia, lugar que tinha muito trabalho, pois chegou no final do ano 1976 e quando foi em março já estava em sala.

Para compreender um pouco mais dessa situação, utilizamos a obra, **Rondônia em Contos**, em que a autodenominada pioneira Neusa Maria Perin Lima conta como era a educação na década de 1970: “As escolas eram superlotadas com 45, 50 alunos. Faltavam professores, por isso atuei como voluntária, pois via a necessidade de ajudar. Mas Cacoal foi crescendo e se expandindo com muita rapidez e valeu nosso sofrimento; pois aí está a cidade linda e próspera” [...] (LIMA, 2019, p. 53).

Nesse contexto, a falta de professores era comum em todo o Território Federal de Rondônia, uma vez que ainda estava no início de sua colonização massiva, a pioneira percebendo a necessidade de professores, teve a sensibilidade de tornar-se uma voluntária, sendo que em seguida, retomou os estudos tornando-se uma professora bem reconhecida no município.

A Professora A-70 morava num dos estados da região Sudeste quando era cruel a pouca oferta de trabalho pelo fato de ser uma área muito populosa e com alta oferta de mão de obra qualificada. Neste sentido, Rondônia era uma frente de expansão agrícola na Amazônia que funcionava como chamariz para obter terra (sonho do Nunes) ou emprego/trabalho (sonho da professora)⁵⁴.

Já a Professora A-80 contou como foi sua infância, seus estudos, como conheceu seu marido e como foi a migração dela para Cacoal, quando tinha 26 anos de idade. Ela disse:

Foi no ano que eu casei. Eu casei no dia 16 de fevereiro de 1984 e no outro dia, eu já embarquei para Rondônia. Minha vinda pra Rondônia foi assim. Eu comecei a namorar com o cunhado de uma prima. Ele estudava em Larvas da Mangabeira e uns amigos dele, que terminou antes do que ele, o curso de

⁵⁴ Nesta abordagem demonstra-se que Rondônia, no caso de nosso estudo, proporcionava oportunidades tanto para quem desejava trabalhar com a terra, como para profissionais das mais diversas áreas que ansiavam por uma vaga, no mercado de trabalho com pouca oferta, ou demasiadamente concorrido, em suas regiões de origem. Assim, no trecho, o sonho de Nunes representa o anseio pela terra, e a Professora A-70 faz parte do grupo dos profissionais em busca de emprego.

Técnico Agrícola, eles vieram pra Rondônia. Escolheram Rondônia pra vir morar e trabalhar. Era um campo que chamava. Não tinha concurso nessa época, em 80. Quando ele terminou, já estava se comunicando com os colegas, através de cartas e essa coisa toda. Aí ele sempre falava, que quando terminasse, ele viria para Rondônia. Eu só sabia que existia por causa do mapa (risos), só por causa do mapa. Mas eu jamais imaginava como era aqui, não tinha nem noção. Aí eu fiquei e vim depois de quatro anos, mas todo ano ele ia lá nas férias. Ele tinha férias no final do ano. Aí tirava logo férias de dois meses, dezembro e só voltava no início de fevereiro. E foi assim, quando foi que terminei minha faculdade em 83, ele queria que eu viesse antes, mas eu disse, não. Eu vou terminar minha faculdade. Aí terminei a faculdade e quando ele chegou lá em 84, já tinha terminado. Emprego realmente, lá no Nordeste era muito fraco, muito difícil. Tinha que estar correndo de político e às vezes o político dava as costas. Você passava num concurso e não era chamado. A gente não tinha essa, que era por nota e tal. Aí, casamos e eu vim embora, aos troncos e barrancos! (Professora A-80).

Por ter o noivo já trabalhando em Cacoal, desenvolvia planos para que ela viesse também, indo inclusive passar todas as férias no Nordeste. No entanto, a mesma só aceitou vir após concluir a faculdade. Até porque no Nordeste não havia oportunidades de emprego e mesmo os concursos eram por indicação política.

A Professora A-80 relata que “emprego realmente, lá no Nordeste, era muito fraco, muito difícil”, considerando que estava cursando nível superior, ainda assim não havia muitas perspectivas. Além disso, o noivo e seus amigos, técnicos agrícolas já viviam em Rondônia (Cacoal) e viam ali o destino certo para o desenvolvimento de uma carreira. Este panorama apresentado pela Professora A-80, transcorre durante a década de 1980. Foi uma década marcada por grandes transformações político-econômico-sociais no país, com o fim dos governos militares e o início de uma lenta redemocratização no Brasil.

Pedimos para que a Professora A-90 contasse um pouco da sua história de vida, como as lembranças mais marcantes até o momento em que decidiu partir para Rondônia e ela falou:

Eu saí de lá porque terminei a faculdade. Eu terminei minha faculdade em 93, fiz o concurso do estado do Rio Grande do Norte e fiquei aguardando ser chamada. E como minha prima assumiu a coordenação de ensino aqui em Cacoal, todo ano ela ia nos visitar e ficava convidando, faltava muito professor aqui na região norte, aqui em Cacoal também né (Professora A-90).

Concursada no Rio Grande do Norte ficou aguardando a convocação. Foi incentivada a vir trabalhar como professora na região Norte por uma parenta que de lá a visitava. Apelava, pois havia uma falta muito grande de professores. Desta forma, decidiu vir para Cacoal.

A metodologia da história Oral abordada por Alistair Thomson e Marieta de Moraes Ferreira mostra que há lugares de memória porque adensam e condensam os significados das experiências vividas. A história regional escrita por Amizael Machado, Francinete Perdigão e

Luis Bassegio, entre outros, possibilita compreender processos acontecidos e registrados nas memórias dos atores locais a partir das suas formas de valorar e significar.

Por esta ótica, note-se a importância do estudo da História Regional e Local no universo historiográfico, uma vez que ela aproxima o historiador do seu objeto de estudo. A narrativa deixa de ser fundamentada em temas distantes para se incorporar aos fenômenos históricos da região, conseqüentemente do município. Aquele passado distante, sede espaço para algo mais imediato (SILVA, 2013, p. 04).

Acerca desta narrativa descrita acima por Silva (2013), onde os temas distantes dão vez aos fenômenos históricos da região, é possível observar esta caracterização a partir da fala de Lima sobre a formação do povoado de Cacoal:

A cidade de Cacoal, sede do município de mesmo nome, um dos mais prósperos e importantes de Estado, por sua sólida economia em plena expansão, destacando-se como grande centro produtor agropecuário e industrial, surgiu na década de setenta, quando ao local começaram a chegar e se estabelecer os migrantes das regiões Centro-Sul, vindo através da BR 364, construindo suas barracas junto a de um seringueiro, que os construtores da rodovia aí encontraram em 1960 e as dos caminhoneiros e seus ajudantes, essas construídas para os abrigarem temporariamente, enquanto aguardavam o término do período chuvoso, dando-lhes condições de libertarem seus veículos dos intransponíveis atoleiros ali existentes [...] (LIMA, 1997, p. 110).

O primeiro reparo a fazer é que Lima (1997) afirma o início da história de Cacoal com a chegada dos migrantes do sul-sudeste e nordeste desconsiderando a presença anterior de inúmeros grupos indígenas. Chega a citar os seringueiros e os caminhoneiros como predecessores e enfatiza a circunstância climática e geográfica como fatores favoráveis à formação de um aglomerado de barracos. Os viajantes entrando em contato com os extrativistas formariam uma Vila e/ou um povoado.

Neste aspecto, concordamos com a concepção de Delgado (2009), de que tempo, memória, espaço e história caminham juntos, ratificando a ideia de que sem a possibilidade de mudar o que passou, o tempo se interpõe alterando ou confirmando o significado do passado.

Portanto, o discurso emblemático disseminado sobre o “vazio demográfico” amazônico, por meio de propagandas governamentais foi acatado por muitos migrantes do sul, sudeste e nordeste brasileiro que decidiram encarar o desafio de se apropriarem do novo “Eldorado”. Eles partiam de um lugar que era estreito demais para concretizar os seus sonhos e vinham com o desejo de uma nova vida, com ao menos um pedaço de chão para produzir sua subsistência ou de um emprego para construir sua história. O discurso em referência a “terras ociosas” se faz presente em diversas obras de memorialistas regionais.

2.3 Memórias da juventude, trabalho e migração

*Minha terra tem palmeiras
Onde canta o Sabiá,
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.*

Gonçalves Dias

Na “Canção do exílio” o poeta romântico das elites brasileiras sempre compara a terra que deixou com a terra onde se encontrava. A terra do passado era melhor que a terra do presente que interpõe muitos problemas, dificuldades e estranhamentos. Nas memórias de muitos migrantes que vieram para Rondônia no século passado parece que se dá o inverso.

Perguntamos à Professora A-70 para contar um pouco da sua história, onde nasceu, lembranças da sua infância, sua família tratando das experiências que considerava mais marcantes da sua trajetória de migração até sua vinda para Cacoal, a mesma respondeu:

Eu sou baiana. Nasci em Poções, que fica perto de Vitória da Conquista. Depois fui para o Espírito Santo, me criei no ES, e depois foi que eu vim pra Rondônia, porque na época era casada e o marido queria melhorar de vida. Veio pra Rondônia, e eu também vim em companhia dele, para Rondônia, para uma vida melhor [...] (Professora A – 70).

Apesar de ter nascido em Poções, lugar que ficou pouquíssimo tempo, ela assumiu a identidade de baiana e não de capixaba ou rondoniense onde viveu e trabalhou desde os 23 anos de idade. Sua migração foi uma sucessão de etapas em busca de “uma vida melhor”, o grande sonho do pobre e migrante. Não tendo terra nem trabalho no estado do Espírito Santo, a migração para a fronteira agrícola em expansão na Amazônia se apresentava no imaginário popular como a oportunidade de realizar o sonho.

O Território Federal de Rondônia recebia uma atenção especial do governo federal sob o comando dos militares com a abertura de rodovias, projetos integrados de colonização, propagandas e incentivos fiscais. A professora e seu marido vieram em busca de trabalho que não havia para eles no lugar de origem.

Também destacamos a constatação da narradora de que tendo formação profissional foi fácil encontrar trabalho nas escolas locais, pois ainda não havia uma estruturação da educação no estado e nem disponibilidade de profissionais da educação nos espaços da colônia em formação e consolidação.

Indagando a Professora A-80 sobre sua história e trajetória de vida, onde ela nasceu, como vivia sua família, quais eram as lembranças de sua infância que considerava importantes.

Ela relatou:

Nossa senhora (risos)! Pensei que você ia perguntando por tópicos. Mas, vamos lá. Sou de Cajazeiras. Nascida em Cajazeiras – Paraíba. Morei lá até os meus 26 anos de idade. Minha vida lá, foi uma vida simples. Não foi uma vida tão simples, porque meu pai foi um pequeno empresário. Graças a Deus ele começou, ele era mecânico na cidade, pequena. Cajazeiras, nessa época ainda não tinha esse desenvolvimento que tem hoje. Mas, eu estudei lá, tive a oportunidade de estudar. Estudei em escola particular, estudei em escola de freiras. Também tive uma educação excelente, tanto pela parte do meu pai, quanto da minha mãe. Sou filha única, mas nem por isso que eu tive esse privilégio, porque meu pai não tinha condições de pagar uma escola particular pra mim, que era essa escola de freira. Mas lá, como nessa época, os políticos eles davam, tinham uma quantidade de bolsa de estudos, que quem tinha mais aquela aproximação com eles. Ou com quem ia atrás mesmo, "olha eu quero estudar lá, eu tenho potência". Só que eles davam, Gunnar. Mas nesse sentido, você tinha que ter notas boas, porque senão no próximo ano você não conseguiria essa bolsa. Então, a escola particular assumia. Eles assumiam tudo, livro, uniforme, tudo. Graças a Deus eu tive uma vida assim, dentro da escola. Aí quando eu fui e fiz o primário e o que chamava o primeiro colegial, o ensino médio hoje, e depois eu fui pra faculdade (Professora A-80).

A Professora A-80 nascida na região Nordeste, migrou para Rondônia aos 26 anos de idade. Considera que teve uma boa educação por parte da família e a oportunidade de estudar numa escola particular (escola de freiras), onde cursou o primeiro e segundo grau. Em seguida fala que ingressou na faculdade e fez licenciatura em História. Um destaque é que a mesma, sendo filha única de um pequeno empresário, que tinha boas relações políticas, possibilitou o acesso dela a uma boa formação escolar, demonstrando assim, que nem todos tinham acesso a uma boa formação por falta de oportunidades.

A respeito da sua infância o relato centrou nas inúmeras brincadeiras que faziam com suas parentas, amigas e vizinhas.

E quanto à minha infância, nossa! minha infância foi muito boa assim, muito legal, brinquei muito. Embora eu não tivesse irmão, não tive irmãos, mas tinha a casa da minha prima Vera que até hoje sou considerada como irmã deles todos. Quando eu vou pra lá é aquela festa. Quando eu chego lá fico na casa de uma que tem lá, bem dizer, é excelente. A gente brincou muito, um pouco de cada coisa, um pouco de roda. Nessa época era isso. Passa o anel, essas coisinhas que a gente brincava que hoje não se brinca. Corri muito, brinquei muito de bola e calçada, pulei muita corda, esse tipo de brincadeira. E a rua que eu morava, também tinha muita criança. Então, quando juntava os dez da casa dela, comigo e outros. A turma ficava lá, quando dava nove horas, todo mundo entrava. Aí depois a TV, e aí foi mudando (risos). Mas essa foi minha história (Professora A-80).

O saudosismo resgatou na relatante, lembranças de sua infância que apesar de não ter tido irmãos, tinha as primas e as vizinhas, com as quais brincava muito. Até hoje quando retorna para a cidade, a alegria é emocionante e sua visita se transforma numa festa.

Na trajetória migratória, ela relembrou a situação da BR-364 para chegar em Rondônia por Vilhena, Pimenta e Cacoal.

Pois é, quando eu vim, ela ainda não estava concluída não. Tanto é que nós ainda passamos uma noite pra chegar em Vilhena, dentro do ônibus. Chegamos umas três da tarde, pra sair no outro dia umas oito da manhã. Tava interrompida, tinha caído uma caçamba. Não sei o que, aconteceu alguma coisa lá que estava aquela fila de carros. Aí ficou todo mundo dormindo dentro do ônibus. Descemos um pouco, porque ninguém aguentava ficar o tempo todo dentro do ônibus, mas passamos a noite dentro do ônibus, rindo, conversando e foi uma viagem completamente diferente. E pronto, passou Pimenta, mas ainda não estava concluída. Depois que eu cheguei aqui, com poucos meses, foi que ela foi inaugurada. Inclusive, eu cheguei até no dia da inauguração, ainda conheci o Jorge Teixeira. Veio de longe, mas veio (Professora A-80).

A Professora A-80 relata que em sua trajetória de vinda, assim como muitos outros migrantes, também veio de ônibus, até chegar a Vilhena, onde os percalços se tornariam mais intensos, precisando pernoitar para depois seguir viagem. Destaca-se em seu relato o fato da BR-364 ainda não ter sido concluída, pois sua vinda se deu no mês de fevereiro de 1984, poucos meses antes de sua inauguração. Quando a entrevistada menciona Jorge Teixeira de Oliveira, está se referindo ao primeiro Governador do Estado de Rondônia, que naquele momento compareceu à inauguração da pavimentação da BR-364.

À Professora A-90 pedimos que contasse um pouco da sua história de vida, como as lembranças mais marcantes até o momento que decidiu partir para Rondônia e ela falou:

Eu nasci em Apodi, no Rio Grande do Norte. Minha mãe tinha uma preocupação em formar os filhos. Nós somos em cinco. Ela tinha essa preocupação e ela conseguiu formar os cinco filhos. Ela só estudou até o 5º ano, mas como ela tinha essa preocupação, nós também tínhamos em realizar esse sonho da minha mãe. Eu tinha o sonho de ser professora, professora de História. E você perguntou da minha infância. Eu tive uma infância, minha infância foi boa (Professora A-90).

A Professora A-90 inicia seu relato mencionando que a preocupação de sua mãe era formar todos seus filhos. Por isso ela estudou para realizar o sonho de sua mãe e o seu, que era ser professora de História. Conta que no Nordeste sua vida na infância era muito boa.

Ela continuou narrando que veio “direto para Cacoal. Cheguei em 1997, aí fiz o concurso, passei e em seguida fui chamada. Vim de avião até Porto Velho, depois de ônibus até aqui” (Professora A-90).

2.4 O imaginário sobre a Amazônia

No fragmento do relato da Professora A-70, transcrito a seguir, chamamos atenção sobre o imaginário das populações de outros estados a respeito da Amazônia e dos estados que a compunham.

Na época eu tinha 23 anos e tinha duas filhas. Como a minha mãe achou que Rondônia era o fim do mundo, que só tinha onça, só tinha essas coisas, então eu deixei uma filha, e aliás, eu deixei as duas filhas no Espírito Santo, com minha mãe. E depois de certo tempo, de alguns meses, foi que eu fui buscá-las. Chegando, conhecendo o lugar, vendo que não era aquilo que o pessoal comentava, que tinha uma estrutura, aí foi que eu fui buscá-las. Mas por exemplo, a energia só tinha de 6 da tarde até às 22:00h, ou seja, das 18:00 às 22:00h, e durante o dia tinha a questão de duas horas também. A questão da energia em Rondônia nesse período era seríssimo, cada um tinha o seu motor, depois foi que foi chegando a estrutura. E naquela época também, a gente gastava do Espírito Santo até aqui, em torno de dez dias, porque os ônibus que vinha, de Cuiabá pra cá era chão, e os ônibus atolava, e a gente ficava muitos dias na estrada atolado. Foi melhorar em 1984, quando começou a estrada de, a BR-364 a ser asfaltada. A BR-364 era estrada de chão, muito difícil, até quando eu fui fazer o contrato em Porto Velho, em 77, no começo de 77, mês de março aqui chovia até junho era muita chuva. Que era seis meses de chuva, eu fui pra Porto Velho, eu levei uma semana pra ir a Porto Velho e voltar, porque na época o contrato de professor era assinado em Porto Velho, porque na época era Território Federal de Rondônia. Tanto é que eu sou professora federal. Ele era ex-Território, passou a estado em 1981 (Professora A – 70).

Na década de 1970 muitos brasileiros representavam “Rondônia ainda como o fim do mundo”, terra de onças, cheia de perigos e sem infraestrutura pública ou privada para um mínimo de dignidade e conforto da população que vinha para colonizar aqueles espaços, e foi com essa visão que a Professora A-70 migrou para o Território de Rondônia. Deixando, inclusive, suas duas filhas com a mãe e veio conferir se era verdade o que comentavam.

A resposta foi dúbia. Se de um lado se desmentiu para ela a ideia de “fim de mundo” e terra de onças ferozes, ela se deparou com a precária energia elétrica, estradas cheias de atoleiros nos períodos das chuvas que prolongavam o tempo das viagens de ônibus ou de caminhão. Mesmo assim, a Professora A-70 decidiu que esta seria a terra onde construiria sua vida e de sua família, o que a levou a retornar ao Espírito Santo e trazer a suas filhas. A questão da estrada só foi resolvida em 1984 com o asfaltamento da BR 364 com recursos do POLONOROESTE financiado pelo Banco Mundial para obras em Mato Grosso, Rondônia e Acre.

Os memorialistas Damião Moreira Nunes e Tereza Neide Nunes de Vasconcelos, citados anteriormente expressam uma interpretação e representação semelhante, como - terra onde os índios ainda matavam gente - e os - mosquitos parece que queriam devorar as crianças.

Ela observa a mudança climática ao se referir ao período das chuvas que era mais longo de outubro a junho do ano seguinte. A condição das estradas também interferia na sua vida por causa dos contratos de trabalho na escola que eram assinados na capital Porto Velho e levava uma semana para ir e voltar. Seu contrato foi de professora federal porque chegou no tempo em que ainda era Território Federal.

Estes elementos que aparecem na narrativa da professora compõe a memória de uma experiência social compartilhada por uma grande parte da população e também aparece em outros relatos de atores que participaram desta mesma vivência. Os autores que trabalham com relatos de memória reconhecem que um relato pode ser subjetivo de um narrador, mas a construção da narrativa expressa relações sociais vividas por uma coletividade, por isso, é memória social. O relato conecta biografias e experiências múltiplas vividas num espaço e tempo diferente do presente.

2.5 A caminho de Cacoal-RO

Ainda a Professora A-70 contou como ficou sabendo da existência da colônia Cacoal:

Antes, o meu pai tinha vindo aqui passear porque nós tínhamos alguns amigos do ES que tinham vindo embora pra cá. Um amigo fazendeiro do ES tinha vindo embora pra cá e disse que era muito bom, que os sítios, fazendas eram baratas e meu pai lá no ES era fazendeiro, e ele queria ampliar o comércio dele, a fazenda. Ele veio pra Rondônia e por coincidência faleceu em 76. Como ele já conhecia e, eu vim pra cá em 76 por indicação dele e dos amigos que tinham aqui em Rondônia, ou seja, Cacoal. Cheguei em Cacoal, e estou em Cacoal até hoje (Professora A – 70).

A divulgação dos projetos de colonização da Amazônia não só acontecia pelos meios de comunicação de massa como rádio, televisão, jornais e revistas, mas também através das relações sociais diretas de parentesco, amizade e conterraneidade em conversas e diálogos. Encontramos muitos relatos neste sentido além deste da professora que relembra que antes dela vieram conhecidos e o pai para reconhecer o lugar e os projetos.

O sonho do sitiante ou fazendeiro era ampliar sua área de terra para crescer sua produção agrícola ou pecuária. Porém, o sonho de outros trabalhadores desempregados ou mal empregados era encontrar trabalho bem remunerado, como foi o caso da professora e do marido. Chegaram em 1976 e se fixaram em Cacoal onde estão até hoje.

Além das informações dos amigos e parentes, também havia a propaganda do Governo para incentivar a migração. Ela contou:

Olha, nós tínhamos televisão preto e branco. O que passava lá fora, do Brasil, era repetido aqui com três dias. A gente assistia a um Jornal Nacional que já tinha acontecido três dias, quando chegava em Rondônia, mas eram divulgados vídeos em canais de televisão, de rádio, mesmo de jornal chamando pessoal pra vir pra Rondônia, pra ganhar terra. Tanto é que tinha que ser casado pra ganhar a terra. Começou com 42 alqueires de terra, depois veio pra 22 alqueires de terra. A gente não, meu companheiro não era de área rural, então a gente não pegou sítio. Ele trabalhava como construtor e eu como professora (Professora A – 70).

A mídia social chamava “gente sem terra para a terra sem gente” prometendo dar 42 alqueires para famílias ou casais. O Governo Federal por meio do INCRA elaborava os Projetos Integrados de Colonização – PICs, traçando os travessões e estradas vicinais e dos dois lados demarcavam os lotes enumerados com as picadas e os marcos nas linhas e travessões. Mas todo PIC também integrava um espaço urbano. Assim entre os migrantes nem todos vinham por causa dos lotes de terra, mas por causa dos serviços urbanos que se criavam como oportunidades de emprego como ela contou.

A Professora A-80 contou que soube de Cacoal através do namorado e seus amigos, e nem sabia se havia alguma propaganda governamental para que as pessoas viessem para a Amazônia e Rondônia. Ela se expressou assim:

Não que eu saiba. Quando eu vim eles já estavam aqui. Meu esposo já trabalhava aqui, já estava. Ele tinha trabalhado em Espigão, Porto Velho, mas quando eu vim, ele já estava fixo em Cacoal. Só que ele me falava, que realmente, não tinha estrada, chovia muito, tinha muito lameiro, barro. Eu conheci mesmo, Cacoal. Conheço hoje as outras cidades, porque a gente viaja, mas já cheguei e fiquei aqui mesmo, nessa linda cidade (risos). Agora, outras pessoas já vem, não gostam daqui, gostam da capital, eu não. Eu só fui na capital assinar o contrato, que nesse tempo assinava lá. O contrato quando eu vim, assinava lá (Professora A-80).

Apesar dos muitos incentivos e propagandas por parte do governo federal para a colonização de Rondônia, ainda assim, a relatante desconhecia tais incentivos, apenas o fato de que na região as chuvas eram intensas e que a estrada de acesso era de “muito lameiro”. Em sua descrição fica evidente que em sua migração, o destino já era certo – Cacoal, devido seu marido estar estabelecido e com trabalho no município.

A Professora A-90 ao contrário dos outros entrevistados já não lembra de propagandas do Governo Federal com o intuito de motivar as pessoas a migrarem para Rondônia, acerca disso afirmou: “na verdade quem me incentivou foi minha prima” [...]. “Eu vim, fiquei na casa da minha prima. Fiquei um ano morando com ela. Aí quando passei no concurso que fui convocada, foi que passei a morar só” (Professora A-90). O convite da prima e não as

propagandas motivaram a sua migração em busca de trabalho na educação. Seu relato foi bastante lacônico.

2.6 Receptividade e integração na “comunidade” de Cacoal

Nem sempre existia uma razão especial para vir e escolher o lugar para se estabelecer. A Professora A-70 relatou que ficou em Cacoal, mas não havia outra razão para isto do que as pessoas conhecidas e parentes que já viviam no local antes deles chegarem.

Na verdade, eles moravam aqui e ficava fácil pra gente ter um local de chegada, de amparo, uma referência. Foi baseado nisso que eu fiquei em Cacoal e gostei também da região de Cacoal, do lugar. Logo comecei a trabalhar, fiz amizades, então foi por referência dessas pessoas mesmo. Depois veio parente meu, veio tio, aí ficaram aqui também, foram chegando os parentes (Professora A – 70).

A localidade já era chamada Cacoal quando chegaram. O relato mostra como se reconstitui um ambiente familiar ou comunitário que produz a sensação de amparo, de segurança, de referência num mundo estranho, como era a dinâmica de fronteira onde se “encontram diferentes sujeitos socioculturais” com suas experiências diversas de temporalidades.

Chegar num lugar onde o migrante encontra conhecidos, assume um trabalho, faz amizades e interage com as diversas pessoas conhecidas ou não, reconstrói as referências culturais em outros termos e parâmetros, germina raízes num lugar que com o tempo passa a ser seu novo lar e domicílio. Gostar do lugar não se refere apenas a um espaço com sua paisagem natural, mas a uma forma de vida social que nele se produz ou reproduz.

No começo da vida no local, a recepção e a acolhida pela população já estabelecida parecem que eram bem animadoras e hospitaleiras, mas em relação às autoridades, a professora relata como se fosse muito autônoma e independente de favores políticos:

Nunca tive muita questão de política não. Eu nunca fui de tá atrás desse pessoal representante de município, de prefeito, vereadores. Toda vida fui de fazer o meu trabalho, de tá lá na sala de aula, de cumprir meus horários. Nunca fui de ficar atrás de autoridades não. Mas tinha o prefeito Catarino, que tinha as filhas, que eu conheci. Na época que eu cheguei aqui foi Catarino Cardoso, e ele doava terrenos também. Mas não tive essa facilidade de ganhar esse terreno, porque tinha que fazer o alicerce. Ele te dava o terreno, mas você tinha que fazer o alicerce, e na época a gente não tinha condição de fazer esse alicerce. Quando comecei a trabalhar eu fiquei seis meses sem receber salário. Foi muito difícil o começo em Rondônia. Depois que começou a vir o salário, porque na época era o MEC, você era pago pelo MEC. Era o MEC que pagava

os professores, e depois foi que aí regularizou e não faltou mais o pagamento (Professora A – 70).

Até meados de 1977, o Território Federal de Rondônia era composto apenas por dois municípios, Porto Velho e Guajará-Mirim, quando foram criados concomitantemente 5 municípios, Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena, Pimenta Bueno e Cacoal, que teve como primeiro prefeito o Sr. Catarino Cardoso dos Santos⁵⁵.

Observa-se que a região, ainda que distante dos grandes centros, a política se fazia presente. Entretanto, a Professora A-70 afirma que sempre optou por se dedicar ao trabalho, não possuindo interesses políticos, apesar de ser amiga das filhas do prefeito. Havia ainda a doação de terrenos aos colonos pelo prefeito, porém, a mesma não manifestou interesse devido à sua condição financeira, já que a exigência era construir no terreno o alicerce da casa. A narrativa omite que os terrenos eram da prefeitura, portanto eram patrimônio público e não do prefeito.

Quando ingressou no magistério, demorou 6 meses para receber seu primeiro salário, o que era comum no Território Federal, e isso tornou muito difícil o começo de sua vida em Rondônia, por ser servidora federal, contratada e recebendo seus proventos pelo Ministério da Educação – MEC. Considerando-se as longas distâncias, principalmente entre Rondônia e Brasília, os funcionários públicos (muitas vezes) recém chegados, passavam por adversidades diversas, como a adaptação ao meio amazônico e a falta de proventos por um longo período, no início de sua atuação.

Na chegada da Professora A-80, a acolhida das pessoas da cidade e das escolas lhe pareceu muito boa. Ela comentou:

Foi assim. Quando eu cheguei pra trabalhar, eu vim trabalhar onde é hoje o supletivo, antigo supletivo que hoje é o CEEJA. Foi a primeira, mas eu fui muito bem recebida. Quando eu fui falando de onde eu era, aí já falavam você é nordestina, seu sotaque é do Nordeste. Aí já ia contar como é que eu vim, como é que eu tive coragem de vim, que era filha única, aquela história toda. Mas fui bem acolhida, os vizinhos, a vizinha era uma senhorinha que também era do Nordeste, já me trazia prato de comida. Ela só fazia comida nordestina, por incrível que pareça, a senhora que eu conheci primeiro. Aí ela já trazia assim, coisa pra mim, fazia cuscuz. Eu assim, não tinha muita prática de cozinha, porque quando a gente casa, a gente não tem aquela prática (risos). Aí, nossa! muito bem acolhedores, tanto ela como o marido dela. As vizinhas todas se ofereceram. Depois vieram alguns amigos do meu esposo, também

⁵⁵ De Espinosa – MG, migrou para Cacoal em 1973. Tornou-se um dos líderes da comunidade e em 26 de maio de 1974 foi nomeado administrador da Vila de Cacoal. A figura humilde, mas aguerrida, contribuiu significativamente para o progresso da Vila, que alcançou sua emancipação político-administrativa em 1977, quando então foi nomeado como primeiro prefeito, permanecendo no cargo até 19 de abril de 1978 (KEMPER, 2006).

qualquer coisa. Aí pronto, fui conhecendo o pessoal. O diretor dava apoio pra gente no que precisasse, se estava gostando. Sempre assim, dava força mesmo pra gente (Professora A-80).

A receptividade por parte das pessoas foi um destaque, especialmente seus vizinhos, que mesmo tão distante, faziam comidas típicas do nordeste, além do seu sotaque que não passava despercebido. Destaca ainda o CEEJA como sua primeira escola, recebendo o apoio da gestão escolar no que era possível. Portanto, na década de 1980 já havia uma preocupação pela educação não apenas das crianças e adolescentes, mas também pelos jovens e adultos que por uma razão ou outra não tiveram a oportunidade de completar a educação elementar a fim de capacitar o sujeito para a produção, isto já estava prescrito na lei da Reforma nº 5.692/71, quando no art. 24, traz a criação do supletivo, e como objetivo primordial deste: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria (BRASIL, 1971).

Apesar dessa boa acolhida, teve problemas e desafios como as saudades do nordeste, da família, da casa de alvenaria com banheiro. Teve medo dos mosquitos que transmitiam a malária⁵⁶. Teve até vontade de desistir e voltar para terra natal, como relatou.

Então, desistir, isso aí eu pensei desde que saí de lá, disso eu me arrependi. O que é que eu vou fazer. Porque eu tinha um casamento, em tudo, eu tinha um casamento, como era que eu ia deixar o marido e ir embora. Eu tinha que vir, e ter que enfrentar o que acontecesse. Pra mim, foi a falta lá do lugar de onde eu nasci. Falta da família, a distância. Aí aqui eu vim, fui morar em casa de madeira, que não morava lá no Nordeste, não tem casa de madeira. Esse tal de "mictório", meu Deus, isso acabou comigo (risos). A minha casa, e de todo mundo lá, era de alvenaria. Aí quando eu cheguei aqui era de madeira. Embora fosse bonitinha, bem feitinha, mas casa de madeira, eu achei, meu Deus! E falta de energia, lá no Nordeste, não tem essa falta de energia. Eu comprava meio quilo de carne..., né? As coisas estragavam, era uma fase... lembrar um pouco disso aí. E as doenças, tinham eu acho a malária. Quando eu cheguei aqui, não podia ver um pernilongo, que eu achava que era o da malária, muito medo mesmo. Eu queria até que meu marido botasse aquelas telas nas casas, pra não entrar pernilongo. Mas aí depois, eu fui me adaptando, fui conversando com o pessoal, tinha aquele pessoal da SUCAM, que passava e olhava, dedetizava a casa. Fui me adaptando aos poucos, mas a malária era a principal, que eu me lembro (Professora A-80).

As lembranças da Professora A-80 são intensas e saudosistas, embora tivesse vontade de desistir, o casamento foi o ponto chave para que a mesma permanecesse na cidade. Então,

⁵⁶ A malária é uma doença ocasionada por um protozoário do gênero *Plasmodium*, ocorrendo muitas vezes pela picada do mosquito (fêmea) *Anopheles*, muito comum entre o amanhecer e o anoitecer. Considerada uma doença tropical, esta doença é comum nos lugares de clima quente, onde também há o favorecimento por parte do clima quente para uma melhor reprodução dos mosquitos. Disponível em: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/doencas/malaria>. Acesso em: 30 jun. 2021.

decidiu enfrentar os seus medos, como o estranhamento de morar em uma casa de madeira sem banheiro, a falta de energia para a manutenção dos alimentos, situações que lhe rememoravam o conforto deixado no Nordeste. O seu principal medo era com relação ao mosquito propagador da malária, mesmo com os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM).

Nesse período, eram comuns os agentes da SUCAM permanecerem por alguns dias nos povoados, visitando as residências e dedetizando-as, pois, a propagação da malária através dos mosquitos era grande e aterrorizadora à população. O interessante é que para além do trabalho de desinfestar, os agentes ainda tinham o trabalho de conscientização às pessoas, que por sua vez resistiam à dedetização por medo do desconhecido frente à sua saúde com relação ao veneno, o que na realidade, não passava de um grande equívoco.

Já a Professora A-90, no concernente aos principais desafios na sua chegada e permanência, revelou que foi um só:

Foi a saudade, professor! Porque a minha mãe, ela ficou. Foi assim. Eu passei no concurso, passou, foram três meses sem salário. E a minha mãe foi quem me subsidiou neste período. Pensei em desistir por conta da saudade, mas fui bem recebida, como eu falei pra você. Quando eu vim já tinha família. Malu minha prima, ela me deu todo o apoio. E nós viemos, ela conseguiu trazer 10 professores e distribuiu aqui em Cacoal nas escolas de Cacoal (Professora A-90).

A Professora A-90 cita como o único desafio para permanecer aqui, foi enfrentar a saudade da sua mãe. Como foi muito bem recebida e tendo uma prima que lhe deu apoio e sendo subsidiada pela mãe, nos meses que ficou sem receber o primeiro salário, resistiu à saudade e permaneceu na nova missão.

2.7 O momento da chegada e o “sonho” era uma realidade

A Professora A-70 conta que o lugar chamado Cacoal era assim denominado porque “[...] o cacau aqui era nativo. A região de Cacoal tinha muito cacau. Baseado nisso, eles deram o nome de Cacoal”. Esta referência à origem do nome se encontra também em outros relatos. Como destaca Kemper (2006, p. 232) “[...] foram encontrados nos arquivos da igreja católica na Paróquia de Humaitá, município do Amazonas, documentos onde constam o nome do Seringal Cacoal. Dentre os documentos estão os relatórios datados de 1936, do Padre Ângelo Cerri, que percorreu a região evangelizando [...]”. A professora lembrou também o momento marcante da chegada do migrante em Cacoal, dizendo:

Engraçado, quando a gente chegava, aqui tinha um sistema de som que anunciava quando a gente chegava em Cacoal. Anunciava: "chegando a fulana de tal, que tá procurando fulano". Muito legal aquela época. Não tinha asfalto, não tinha nada, tudo era chão, chovia muito. Tinha o INCRA que era um órgão do Governo que quando essas pessoas chegavam, ia lá nesse escritório do INCRA e se cadastrava pra ganhar as terras. Aí depois de um número cadastrado, aí eles saíam pras linhas, aqui fala linhas, e dividia as terras, "aqui é seu, aqui é seu, aqui é seu", e a pessoa tinha que ficar lá dentro um tempo pra fazer uma abertura, pro INCRA tá passando, vistoriando e dizendo, realmente... mas naquela época não tinha carro não, era tudo no piquete, era tudo a pé mesmo (Professora A – 70).

Neste fragmento ela retoma o tema dos que precedem na migração, porque aqueles que chegam procuram pelos que já conhecem e estão no lugar. Ela achou engraçado que isto se dava através do sistema de som instalado na vila e acresce que era legal aquele tempo quando as ruas ainda eram chão batido, cheias de buracos e lama quando chovia muito.

A autointitulada pioneira⁵⁷ Neusa Maria Perin Lima, na obra *Rondônia em Contos*, também menciona o sistema de comunicação da vila: “Notícias através da televisão? Nem pensar! Os rádios também não sintonizavam. Um alto-falante do falecido senhor Geremias tocava e dava as notícias do Jornal Nacional com quase 10 dias de atraso” (LIMA, 2019, p. 52-53). O que demonstra que em certos aspectos a comunidade era unida, pois afinal todos do povoado eram migrantes.

Primeiro, afirma que não havia nada naquele lugar neste tempo. Depois informa que havia a presença do governo através do escritório e do pessoal do INCRA, cadastrava os que queriam terra, abria as estradas dos travessões e linhas, demarcava os lotes, levava o pessoal cadastrado para ocupar seus lotes enumerados e fiscalizava o pessoal para que ocupasse o lote e começasse a trabalhar.

Pouco tempo depois, em 1972 o INCRA autorizou a colonização privada na Amazônia, até então competência exclusiva do INCRA, a qual seria promovida por cooperativas de colonização na Amazônia. O INCRA criou um cadastramento de imóveis rurais, de arrendatários, de parceiros e de terras públicas, alimentado através de levantamentos periódicos, inquéritos e pesquisas de documentação, o qual fornece os dados indispensáveis à caracterização das propriedades, como a forma de ocupação e exploração (GOMES, 2019, p. 76).

É relevante destacar a atuação do INCRA, entre as décadas de 1970/80, no processo de ocupação de Rondônia, não sendo o único gestor da colonização, mas o de maior

⁵⁷ No início da introdução é abordado o conceito do pioneirismo caracterizado pelos migrantes, oriundos de diversas partes do país, destacando-se por atuar em diversos setores nas frentes de expansão, neste caso no território que viria a se tornar estado de Rondônia.

representatividade. E a Professora A-70 ainda relembra que, não havendo carro tudo tinha que ser feito a pé. O exemplo que ela contou foi de seu parente:

Eu tinha um tio, na época que ganhou terra ali perto de Nova Estrela. Ele ia a pé daqui lá, porque não tinha condições financeiras também. Até pra abrir um lote era muito difícil porque não tinha dinheiro pra abrir um lote. Quem tinha, hoje tem fazendas grandes, quem não tinha, muitos deles vendiam, ganhavam terra e vendiam a preço de banana e ficavam sem nada (Professora A – 70).

Apesar das Propagandas governamentais serem atraentes, na realidade as condições oferecidas eram bem diferentes, muitas adversidades eram enfrentadas pelos migrantes, pois não havia transporte para locomoção e, conseqüentemente, os colonos percorriam uma longa distância a pé da Vila de Cacoal até as terras atribuídas pelo INCRA.

Outro fator negativo eram as condições financeiras, pois os colonos não tinham dinheiro para desmatar o lote para posterior produção. A escassez de recursos financeiros levou muitos a venderem suas terras, ficando sem nada e frustrando seus sonhos. Enquanto que para alguns, a realidade era descrita acima, para outros, que tinham dinheiro para desmatar seus lotes, são hoje grandes fazendeiros.

Ela relembra e conta que os principais problemas na sua chegada eram as estradas que provocavam o prolongamento do tempo de viagem e dos transportes e que às vezes deixavam o comércio local sem o abastecimento dos produtos básicos industriais que vinham de fora.

Nunca pensei em desistir não, foram inúmeras as dificuldades, mas não pensei. Como o contato com a família na época era por carta, você tinha que mandar carta, aí depois, foi que a BR, pegando e sendo asfaltada que as coisas foram melhorando. Mas nós tivemos falta de gás, nós tivemos falta de açúcar, nós tivemos inúmeras dificuldades por causa da estrada que o acesso a Rondônia era muito difícil de Cuiabá pra cá (Professora A – 70).

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas, como a falta de itens básicos incluindo açúcar e gás, devido à dificuldade de acesso e a distância entre Cuiabá e Rondônia, pois a estrada ainda era de chão, a Professora A-70 afirma jamais ter desanimado a ponto de desistir, mesmo com o pouco contato com a família, pois a comunicação na época era somente por cartas.

Neusa Maria Perin Lima também destaca a carestia no acesso aos produtos básicos na década de 1970: “As dificuldades que enfrentávamos foram muitas. Alimento e gás eram muito difíceis de serem encontrados e, quando chegavam, vinham de bote pelo rio Machado com preços altíssimos, o que nos forçava a cozinhar no relento com lenha, o que era dificultado em tempos chuvosos” (LIMA, 2019, p. 52).

A ideia do “Eldorado” não fazia muito sentido quando os colonos se deparavam com a realidade amazônica. Muitos retornaram para suas regiões ao perceberem que aquilo que o Governo propagava, na realidade era muito diferente. A difícil situação em que encontravam as terras e os lugarejos, sem a mínima infraestrutura, somando-se a isto, as imensas distâncias entre os vilarejos e os centros com maior desenvolvimento.

Não obstante, ainda percebendo que os locais escolhidos para morar, não possuíam escolas com o mínimo de estrutura, que quando tinham um professor, tratava-se de um professor leigo, foram questões determinantes para o retorno de muitas famílias para suas regiões de origem. Somente após a BR-364 ter sido asfaltada é que a vida foi melhorando aos poucos.

Quando a Professora A-80 chegou, em 1984, a cidade já se chamava Cacoal, que ela considerou uma cidade já bem desenvolvida porque tinha várias instituições e empresas de serviços na época.

Cacoal era uma cidade bem, assim, já tinha Banco do Brasil. Só não tinha assim, as ruas não eram bem asfaltadas ainda. Não tinha umas pracinhas bonitas como tem hoje, esses parquinhos pra crianças, faculdade não tinha. Pra você subir aquela rua do Clodoaldo as professoras que trabalhavam lá. Gente! eu nunca tinha trabalhado lá, eu tinha colegas, Gunnar, e eu também fazia isso. A gente levava as sandálias de trabalhar, a gente ia de havaianas e a sandália de trabalhar ia dentro de uma sacola dentro de uma bolsa, ou até deixava na escola, porque a lama dava quase no joelho, muito barro, muita dificuldade, falta de energia. Eu trabalhei muito à noite, muito mesmo. Nessa época, tinha 20 aulas de manhã, era 40 aulas, 20 aulas de manhã, 20 à tarde. Eu sei que era 40 (Professora A-80).

Em suas lembranças, a Professora A-80 mostra as tenebrosas condições no trajeto até sua escola, além da quantidade de aulas em sua carga horária semanal, dando ênfase nas 40 horas, ainda assim, ela considerava Cacoal uma cidade desenvolvida.

2.8 Entre a formação e o magistério nas novas terras

A Professora A-70, diferentemente do Espírito Santo, e apesar de sua formação de ensino médio na época segundo grau em magistério, ela conta que não teve dificuldades para obter aulas nas escolas locais.

Quando eu cheguei aqui só tinha magistério, em 1984 eu comecei a fazer uma faculdade de Letras, uma extensão do Pará que vinha só no período de férias, que era julho e janeiro. Eu fiquei muitos anos sem ir no Espírito Santo porque estudava nesse período de férias. Fiz essa licenciatura curta e depois fui fazer na UNESC a licenciatura plena. Trabalhava nesse período, que eu só tinha magistério, só com séries iniciais, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série. Então, depois que eu tive

a licenciatura, comecei a trabalhar de 5ª a 8ª. Aí começou a melhorar também (Professora A – 70).

A sua formação em ensino médio magistério possibilitou à Professora A-70 assumir uma turma de séries iniciais. Em 1984 surgiu a oportunidade de cursar uma faculdade de Letras à distância, que era uma extensão paraense no período de férias. Nessa época ainda a legislação educacional dava abertura para que fosse feita a licenciatura curta ou plena. Com a LDBEN 9394/96, em seu art. 62 ratifica que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena (...)”. Após uma complementação, a professora conquistou o tão almejado nível superior, podendo assim lecionar de 5ª a 8ª séries, melhorando gradativamente sua qualidade de vida.

Ainda a Professora A-70 relatou que nas décadas de 1970 e 80, muitos migrantes chegavam só com ensino fundamental e médio e eram contratados como professores.

Nós tivemos professores que foram contratados com o ensino de 5ª a 8ª, nem tinha magistério e nada e foram contratados. Mas, eles tomaram consciência de que deviam melhorar e foram melhorando porque apareceram vários programas, vários incentivos que os ajudaram muito e eles sabiam, que se eles estudassem, como funcionário federal, como professor ou professora federal, que eles teriam um aumento salarial. Isso estimulava muito a estudar mais, a fazer como eu, que cheguei com magistério, fui estudando e cheguei à pós-graduação (Professora A – 70).

Muitos dos migrantes que chegaram entre 1970-80, somente com o primeiro grau e pouquíssimos com o segundo grau, eram contratados como professores, ficando conhecidos como “professores leigos”. Motivados por oferta de melhores salários, os mesmos enfrentaram o desafio de se habilitarem através dos programas oferecidos pelo Governo Federal, como o Logos II em 1977, que era um programa de habilitação de professores ao magistério (2º grau). Na consciência de que deveriam continuar seus estudos, muitos destes, buscaram uma formação superior, a exemplo da entrevistada, que concluiu uma pós-graduação.

A Professora A-80 menciona que o magistério nunca foi sua primeira opção. Ao contrário, queria outra profissão como segue seu relato acerca de sua formação profissional:

Não, eu não fiz magistério, embora, aliás, eu nem queria ser professora. Eu queria ter feito nutrição. Não existia na minha cidade, mas a pequena faculdade que tinha lá só tinha pra Letras, História, Geografia e Estudos Sociais. Era bem pequena a Faculdade Federal que tem até hoje. Hoje tem Medicina, tem nossa, cresceu assim, que não fui mais lá depois que eu vim pra cá. Não cheguei nem a visitar mais, mas aí não teve opção. Porque meu pai não aceitou, eu sair de casa, porque eu era filha única e tal. O meu curso de ensino médio, vou dizer, era técnico de laboratório, mas nunca cheguei a exercer. Aí fui fazer o curso de História e comecei a gostar. Vou fazer História, não tem outra opção, aí fiz. Passei logo na primeira, graças a Deus. Estava

bem preparada. No primeiro vestibular eu passei, primeira vez, tem gente que faz dois, três e lá na Federal você sabe como é difícil (Professora A-80).

Tendo segundo grau em Técnico de Laboratório, a Professora A-80 pretendia cursar nutrição. Porém, como sua cidade era do interior e possuía um campus com alguns cursos de licenciatura na universidade federal, prestou vestibular para o curso de História. Sendo filha única seu pai não deixou que morasse fora de casa. No decorrer do curso, se identificou com a História e se tornou professora.

Assim, Licenciada em História entrou no magistério com seu primeiro contrato, somente um ano após sua chegada em Cacoal.

Não. Eu fiquei um ano. Eu trabalhei ali onde hoje é o Pingo de Gente. Sabe onde é? Perto do Clodoaldo. Ali sempre foi uma crechezinha do município. Eu cheguei e fui direto aonde era a Secretaria de Educação, não, era a CRE. Aí eu fui lá e a secretária me falou que ia demorar, não sei o que...que não estava contratando. Eu digo, ok, tá bom! Aí eu, não sei o que deu na minha cabeça, eu ficava em casa sozinha. Pensei: Vou conhecer essa cidade e saí. Subi ali pro lado do Clodoaldo, era uma escola. Era a Carlos Gomes, que era completamente diferente. Aí pensei, meu Deus, como vou trabalhar numa escola dessas. Aí cheguei nessa creche e comecei a conversar, e inclusive a diretora lá era do Nordeste, de Campina Grande. Comecei a conversar com ela, que eu já tinha trabalhado, lá em Cajazeiras, tinha trabalhado cinco anos, na casa do menor, lá. Que era assim, as mães deixavam pra ir trabalhar, e aí tinha as mesmas atividades. Então, ela disse, acho que vou precisar de uma pessoa, mas é só meio período. Eu venho, não tenho filho. Fico em casa o dia todo. Meu marido sai de manhã só chega de tarde. Assim, comecei a trabalhar com ela. Nisso, eu fiquei uns seis meses. Aí com seis meses saiu meu contrato, mas saiu como eles chamavam, Patrimônio. Eu já tinha entregue meus documentos na Secretaria de Educação. Esse Patrimônio era num outro setor. Ia começar da raiz tudo... Aí meu marido disse, não, nós não vamos não. Lá só tem mato, vamos começar do zero. E aqui ele já estava estabilizado no serviço dele. Ele prestava serviço na CIBRAZEM, nessa época era CIBRAZEM, não era IDARON. Aí eu fui lá, disse não, pra esse lugar não vou aceitar não. Aí depois, saíram pra Porto Velho, daí eu fui lá, nessa época o Bianco, não sei se era secretário, não sei o que ele era. Meu marido foi e falou com ele, "olha, eu moro em Cacoal", ele não era Governador ainda, "mas eu não vou poder ficar aqui não. Moro em Cacoal, se o senhor puder dar um jeito aí". Aí ele disse: "vamos ver". Eu sei que eu fiquei uma semana em Porto Velho pra resolver. Aí eles me transferiram pra cá (Professora A-80).

Como a Professora A-80 estava se sentindo ociosa e sozinha, decidiu sair para conhecer a cidade, conheceu uma escola (estadual, por sinal) que não causou boa impressão, em seguida conheceu uma creche e em conversas, se identificou com a diretora, que coincidentemente também era da Paraíba, de Campina Grande. Nesta creche, foi contratada, permanecendo por seis meses, quando fora chamada para assinar o contrato do estado para lecionar num local

chamado “Patrimônio”. Contudo, após negociações políticas e por seu marido já estar estabelecido em Cacoal, conseguiu ser transferida para o município.

Conversando sobre a sua formação para o magistério, a Professora A-90 relatou que seu curso “Foi licenciatura. Eu fiz o ensino médio. O primeiro vestibular que eu fiz foi pra História. Eu passei na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN. Chegando aqui, fiz o concurso em 97, e passei direto pra licenciatura” (Professora A-90).

Então no final da década de 1990 ela já chegou com licenciatura plena e não era mais uma professora leiga como nas duas décadas anteriores ao assumir aula por concurso. Indica um sistema educacional estadual já organizado que atraía professores com formação no ensino superior como as colegas que também vieram com ela. Isto também supõe uma outra qualidade no ensino de história.

O Capítulo III, intitulado Memórias e funções do ensino da História de Cacoal prossegue a temática até o momento abordado, sob a memória e contribuições dos professores, que leigos ou licenciados, contribuíram significativamente para o desenvolvimento educacional no município.

CAPÍTULO III

3 MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DO ENSINO DA HISTÓRIA DE CACOAL-RO

Neste capítulo, foi possível acrescentar mais duas entrevistas com professores da disciplina de História, a fim de complementar as primeiras quatro entrevistas realizadas anteriormente. Desses dois professores, o primeiro, chamado de Professor B-80, iniciou seu magistério como professor leigo, em princípios da década de 1980. O segundo colaborador, chegou a Rondônia no final da década de 1980, e iniciou sua docência, já em 1990 e assim o designamos de Professor B-90.

Discorrer acerca das memórias e funções do ensino da História exige compreender o significado de termos como “memória”. Barros (2011, p. 317) diz que “memória, na sua designação mais habitual, vulgar e cotidiana, corresponde muito habitualmente a um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, ou aquilo que um indivíduo representa como passado”. Foi nesta concepção, acerca da memória dos professores colaboradores que pautamos nossos estudos, relacionados ao ensino de História em Cacoal.

Nesse sentido, entendemos a impossibilidade de uma memória exclusivamente individual, pois as lembranças dos indivíduos são construídas partindo de sua relação de pertencimento a um grupo. Sendo assim, a memória individual pode ser compreendida como um ponto de convergência de várias influências sociais na constituição das mesmas. Portanto, entende-se como memória coletiva o trabalho de um determinado grupo social, realizado, articulado e localizado em lembranças sociais comuns. Passa então, a ser um acervo de lembranças compartilhadas por serem o conteúdo de memórias coletivas (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

Em princípios dos anos 1980 a necessidade de professores no recém-criado estado de Rondônia, oportunizou uma nova profissão a diversos migrantes, como no caso do Professor B-80, que assim relata:

Então, quando iniciei minha atividade como professor, eu morava na zona rural. Eu era leigo. Tinha apenas a 8ª série de estudo e comecei sendo professor leigo. Depois de alguns anos, eu fiz o magistério através de um Plano Educacional específico pra Rondônia, que se chama Logos II, pra bem depois fazer a licenciatura em História. Eu comecei minhas atividades em 1982, como professor. Só que eu cheguei em Rondônia em 79. Eu era bastante jovem ainda, pra fazer a atividade. Era na verdade um agricultor. De agricultor eu passei a ser professor (Professor B-80).

O Professor B-80 vivenciou uma realidade socioeducacional onde a falta de profissionais habilitados impulsionava a contratação e atuação de professores leigos. No caso,

iniciou sua docência apenas com a 8ª série do ensino fundamental. A oportunidade de formação lhe foi proporcionada por uma política pública educacional, o Programa Logos II, que habilitou professores no magistério. Estando já na carreira prosseguiu sua formação concluindo a licenciatura em História. O Professor B-80 destacou o fato de ele trabalhar como agricultor e iniciar sua carreira docente muito jovem.

Compreende-se a história de vida do Professor B-90, especialmente no concernente à sua atividade docente no estado de Rondônia, analisando seu relato:

Então professor, eu cheguei em Rondônia no final dos anos 1980, iniciando os anos 90. Foi naquelas festividades, naquele período. É [...] eu tinha graduação já. Terminei o curso na Federal da Paraíba, no Campus 5, em Cajazeiras. Eu tinha terminado no 88/2, ou seja, no ano de 1988 segundo período. Aí, professor, em 89 a gente procedendo aquela questão de documentação, burocracia. No final do ano, resolvemos vir pra Rondônia, onde soube que teria um concurso por aqui. Eu não tinha parentes, mas vinha com um amigo, também licenciado, só que professor de Matemática. A gente resolveu se aventurar. Ele tinha uns conhecidos aqui. Viemos para Cacoal, a princípio para morar em Nova Brasília, que é hoje a Ministro Andrezza, na época distrito de Cacoal. Então, esse foi nosso primeiro passo aqui. Chegando aqui a gente prestou o concurso logo no início de 1990, no mês de janeiro mais precisamente. Em março, professor, na verdade no dia 01 de março de 1990, eu já comecei a atuar aqui em nosso estado, na escola Bernardo Guimarães. Naquela época professor, havia uma certa dificuldade pra gente lotar toda nossa carga horária, na nossa disciplina, na Educação Moral e Cívica, OSPB e também História, e era também iniciando nossas atividades nessas condições (PROFESSOR B-90).

Este professor foi atraído pela oferta de concurso público. Chegou ao final da década de 1980 e logo se efetivou como professor nas ciências sociais e humanas em escola estadual de ensino fundamental e médio. Na década de 1990 enfrentava a mesma problemática de hoje em relação à carga horária, assumindo várias disciplinas e trabalhar com diversas turmas.

3.1 As escolas, os professores e os alunos

O número de professores que atuavam nas escolas/salas de aula naqueles primeiros tempos parece ter sido muito reduzido, por isso sobrecarregava os que eram contratados por 40 horas semanais. A Professora A-70 disse:

Era difícil. O número de professores era pequeno. Todos tinham 40 horas, porque o número de alunos era grande e o número de professores, pequeno. Tinha que ter 40 horas. Tanto é que esses professores federais, todos eles foram contratados com 40 horas. Era muito difícil porque o material pra você

trabalhar era mimeógrafo⁵⁸ a álcool, era muito... o quadro negro. Você tinha que dividir o quadro, fazer divisões pra atender uma turma, atender outra. Você trabalhava com duas, três séries na mesma sala. Depois foi melhorando, ficou só com uma série, mas aí você trabalhava todas as disciplinas. E foi complicado, essa questão, especialmente o material didático. O livro do aluno quando tinha, e quando não, era tudo no quadro. Você tinha seu material, porque trouxe ou porque conseguiu de alguém. Depois que foi melhorando e hoje que está uma beleza (Professora A – 70).

Sendo o número de professores bastante reduzido e o número de alunos muito grande, exigia-se dedicação exclusiva dos professores. Atuavam 40h/a semanais. Todos eram contratados com 40h semanais. A elevada carga horária, as salas multisseriadas e a escassez de material didático oferecido sobrecarregavam o professor.

Nas escolas rurais, o professor desenvolvia a atividade docente, preparava a alimentação dos alunos e limpava a escola. Nesse contexto, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), criada pela lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, no auge da Ditadura Civil-Militar⁵⁹ que “assombrou” o país durante duas décadas, alastrando uma onda de terror, opressão e violência (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

O FNDE foi criado para melhorar a infraestrutura das escolas e desenvolver políticas públicas educacionais. Hoje os principais programas vinculados ao fundo são: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Salário Educação, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional da Biblioteca da Escola (PNBE) e Proinfância. O FNDE também tem a incumbência de repassar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) aos estados (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

Entretanto, ainda que já tivesse sido implementado o FNDE, ainda assim, não era uma realidade para Rondônia, ou pelo menos, para Cacoal. A professora ainda relata que com o decorrer de alguns anos, e com a chegada de mais professores, houve uma melhoria que

⁵⁸ Cf. o dicionário Michaelis: equipamento utilizado na produção de cópias de estêncil que, ao ser umedecido com álcool, transfere para o papel o texto e/ou o desenho gravadas nesse estêncil; duplicador a álcool, hectógrafo. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mimeografo>. Acesso em: 24 abr. 2021.

⁵⁹ A Ditadura Civil-Militar no Brasil ocorreu no período entre 1964 e 1985, quando setores da sociedade civil e militares se uniram destituindo por meio de um golpe de estado ao presidente, fechando o congresso nacional e o poder judiciário, instauraram uma ditadura, um sistema de censura, repressão e sem liberdades e direitos políticos e individuais, sob o governo de uma junta militar.

possibilitou um professor para cada turma, porém este trabalhava todas as disciplinas, e mais uma vez, o problema era a questão do material didático.

Na época, as distinções entre SEMED e SEDUC ainda não estavam bem claras e definidas como a Professora A-80, relatou. “[...] tinha distinção assim, tinha gente que era a disposição do estado e tinha gente que era à disposição do município, que aos poucos foi se organizando e um pessoal também da classe federal” (Professora A-80).

Na década de 1980 já não havia mais tanta falta de professores, o que foi dificultando o acesso aos contratos. Ela explicitou:

Até que não tinha. Tinha falta de professor, mas como eles iam chegando os imigrantes. Só que você naquela época também era meio difícil. Não mudou muito não. Quanto a essa coisa de você pegar aquele monte de disciplina. Eu, quando eu cheguei, depois eles implantaram História de Rondônia, Geografia de Rondônia, não existia gente pra dar aula de História de Rondônia e Geografia de Rondônia, Filosofia. Eu dei aula dessas coisas aí tudinho. Eu dei aula. Eu comecei a dar aula como Moral e Cívica, **Estudos Sociais**. Entendeu? Minha trajetória começou com essas disciplinas. Aí de repente entrou filosofia, fiquei louca! (Professora A-80, grifo nosso).

A menção aos Estudos Sociais nos remete à reforma da educação brasileira com a LDB de 1971 realizada pelos governos militares que suprimiu os estudos disciplinares de História e Geografia e os uniu como Estudos Sociais.

A referência da Professora A-80 aos estudos sociais, educação moral e cívica e OSPB aponta para uma instituição da ditadura militar no currículo ensinado no cotidiano das escolas. Denuncia a compreensão restrita e ideológica dos formuladores da educação nacional.

A História, como outras disciplinas na atualidade, faz parte do cotidiano e do modo de ser da escola, com professores específicos para ministrá-las. Pois, a História enquanto disciplina vem sendo desenvolvida no Brasil desde o século XIX e enfrentou vários momentos com fortes reveses (BITTENCOURT, 2008).

Neste contexto, tem-se que:

a história do ensino de História tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores brasileiros, notadamente a partir da década de 80 do século passado, quando se debatia a reforma curricular que visava substituir os Estudos Sociais pela História e Geografia. A História escolar é apresentada por essas pesquisas com abordagens diferentes, predominando uma análise preocupada em denunciar o caráter ideológico da disciplina e a forma pela qual o poder institucional manipula ou tem o poder de manipular o ensino, submetendo-o aos interesses de determinados setores da sociedade. Outros estudos, sem desconsiderar aquele caráter ideológico, preocupam-se em analisar as contradições manifestadas entre a História apresentada nos currículos oficiais e nos livros e a história ensinada e vivida por professores e

alunos, buscando incorporar as problemáticas epistemológicas e a inserção da disciplina na “cultura escolar” (BITTENCOURT, 2008, p. 59).

Beatriz Boclin Marques dos Santos destaca que durante a ditadura civil-militar com a promulgação da Lei da Reforma 5.692/71 foram promovidas diversas mudanças nos currículos, com grande impacto no ensino de História, quando há a substituição da História e da Geografia pelos Estudos Sociais como disciplina obrigatória, no ensino de primeiro grau, foi aí que aconteceu o primeiro grande golpe contra a disciplina de História, perdurando até a década 1980 quando inicia-se o processo de redemocratização no país (SANTOS, 2011).

Na concepção da Professora A-80, na década 1980 já não havia tanta falta de professores. Porém, ainda era muito difícil, pois os professores deveriam ser polivalentes, para ministrar diversas disciplinas (atualmente não se encontra muito diferente).

Deveriam ser “polivalentes” devido ao fato de que em 1983, o município de Cacoal possuía cerca de 120.000 habitantes. Portanto, havia 360 escolas rurais e apenas 10 na cidade, com um total de 25.163 alunos entre 1º e 2º Grau. Essa grande quantidade de escolas urbanas e rurais até 1983, devia-se à área de abrangência do município de Cacoal, abarcando os futuros municípios de Rolim de Moura, Santa Luzia, Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste e Ministro Andreazza (KEMPER, 2006).

Nesta década ainda havia muitos problemas relacionados ao material didático, por falta de manuais, os professores tinham que produzir e custear seu próprio material no mimeógrafo.

Eu sei que a gente tinha os livros. Daqueles livros a gente tirava texto. Este material você trabalhava com mimeógrafo e mimeógrafo borrava tudo. Aquele álcool dava tontura de tanta folha. Eu tirei muito do meu salário pra tirar cópia pra fazer apostila pra aluno, pra hoje que tem xerocadora, ninguém passou por isso. Hoje se falta papel, acham um absurdo (Professora A-80).

A professora se refere mais uma vez ao material didático que ia além do livro. Apesar das dificuldades ela mostra um aspecto importante que os professores produziam seu material com tecnologias diferentes das atuais e muitas vezes com recurso próprio.

A Professora A-90 referiu-se à produção de materiais didáticos ainda na década de 1990, enfatizando que na preparação das aulas ela “produzia o material. Não tinha livro didático para os alunos. A gente produzia o material e trabalhava muito em grupo porque não tinha livro” (Professora A-90).

Quando a professora menciona que não havia livros, está se referindo ao ensino médio, não eram ofertados livros didáticos pela SEDUC/RO, pois nesse período o Fundo Nacional da

Educação abrangia apenas o ensino fundamental, conseqüentemente, para o ensino médio ainda havia restrição quanto à merenda e materiais didáticos.

3.2 A questão étnica nas primeiras décadas em Cacoal

No dicionário Houaiss, o termo *étnico* é descrito assim: “relativo a etnia; pertencente ou próprio de um povo, especialmente de um grupo caracterizado por cultura específica” (HOUAISS, 2011, p. 407). Portanto, quando tratamos o conceito de *etnicidade*, logo nos deparamos com o conceito dado por Fredrik Barth que diz respeito a “uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores” (BARTH, 1998, p. 141).

Assim, em sentido estrito, observa-se a composição étnica dos seus alunos, quando a Professora A-70 diz:

A questão racial! A questão étnica, o professor naquela época era valorizado. Os alunos tinham um respeito muito grande pelo professor. Quando você dizia uma coisa eles respeitavam aquilo que você dizia. Então, mesmo tendo na época essa discriminação, a gente falava "apelido", mas a gente contornava bem. O professor tinha autoridade pra resolver essas questões. A gente resolvia bem essa questão, é antigo isso. Essa questão da discriminação vem de muito tempo mesmo. Quanto à composição étnica, os índios naquela época, na época de 77 quando eu comecei a trabalhar, eu não tive nenhuma sala que tivesse índio (Professora A – 70).

Ao ser questionada sobre a composição étnica dos alunos, a Professora A-70 afirma que não havia problemas, uma vez que tinha autoridade e autonomia para resolver todas as questões surgidas no espaço escolar. Referindo-se que até então, o professor era valorizado e respeitado pela comunidade e a palavra dele era decisiva, estava fazendo uma crítica a situação atual dos professores nas escolas. E quando surgia algum indício de discriminação, a situação era contornada com facilidade. Na atualidade, o contexto é bem distinto do mencionado pela Professora A-70, quando se trata da valorização aos professores e muito pior com relação à indisciplina e respeito aos profissionais da educação como um todo.

Naquela época, não se encontravam estudantes indígenas nas escolas públicas, os mesmos não frequentavam a escola. A experiência desta professora começou quando o contato efetivo entre os Paiter Suruí e Francisco e Apoena Meireles, aconteceu em 7 de setembro de 1969, ou seja, não tinha passado nem uma década do contato.

No fragmento que segue a Professora A-70 mostra sua compreensão a respeito dos indígenas, que com o decorrer do tempo, aproximam-se da cidade, passando a frequentá-la mais vezes. Ela relatou como eram tratados quando tinham contato com os não índios, porque naquele tempo ainda não estavam sob a tutela da FUNAI ou ONGs.

Uma razoável interação entre os indígenas e o branco demorou um considerável período de tempo, com a perda de muitas vidas, de ambos os lados.

Porque quando eu cheguei aqui, os índios, eles eram "selvagens". Eles vinham pra cidade e o pessoal, o Divino Cardoso, tinha na época o Plano da Economia, que sempre teve aqui. Ele dava roupas pra eles. Eles andavam ali com aquela roupa, quando eles saíam na estrada eles jogavam a roupa tudo fora. Eles não tinham esse trabalho de hoje da FUNAI e de outras ONGs, que faziam esse trabalho naquela época. Eles eram bem naturais, então eu não tive em sala de aula nenhum indígena, mas eu tive pretos, brancos, amarelos, eu tive (Professora A – 70).

A professora abordando a cultura e os costumes dos Paiteer Suruí mostra seu estranhamento e inicia com um julgamento sobre o outro, “eles eram selvagens”. Viviam nas selvas, andavam nus e eram bem naturais. Vinham para a cidade provocando múltiplas reações nos que se consideravam civilizados, que como se não bastasse a invasão de suas terras, também lhe impunham seus costumes, suas culturas – como vestimentas do branco – mesmo com o clima quente da região.

Ela utiliza, compartilha o discurso do colonizador, que leva a civilização aos selvagens. Um discurso unilateral, já que os sentimentos e emoções com os quais o autóctone percebe “o invasor” passa despercebido. E ainda, mesmo que os povos originários estivessem em seu habitat natural, tornavam-se estranhos ao modo de vida do branco.

Barth (1998) quando problematiza o conceito de etnicidade, descreve as dicotomias existentes:

Aquele estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomizações Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais (BARTH, 1998, 141).

Um aspecto interessante é que a professora destaca a falta de políticas públicas voltadas para as populações indígenas, ou talvez, o desconhecimento das mesmas, e dos órgãos incumbidos desta missão. Neste sentido a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) substituiu o

SPI. Instituído através da Lei nº 5.371⁶⁰, de 5 de dezembro de 1967, que propunha no art. 1, o respeito ao índio, às instituições e comunidades tribais, além de proporcionar as garantias de posse e usufruto dos recursos naturais das terras em que habitassem.

No início do século XX, ainda com Marechal Rondon, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), foi criado pelo Decreto nº 8.072, em 20 de junho de 1910. Já em 1918, ficou apenas como Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Ressaltamos que o SPI sucedido pela FUNAI manteve inúmeras fragilidades com relação ao seu papel social, mas a antropóloga Betty Mindlin garante que sem a FUNAI, os Paiteer estariam totalmente dizimados:

É evidente que sem a atuação da FUNAI os Suruí já teriam perdido há muito seu território. A atração os dizimou e desorganizou; mas deixados ao seu destino, teriam simplesmente sido exterminados por seringalistas ou invasores, como ocorreu com tantos grupos – um exemplo disso são os Karipuna, que eram quarenta pessoas encontradas em 1976 e hoje são apenas oito [...] (MINDLIN, 1985, p. 132).

As lembranças da professora sobre a relação dos indígenas com a população migrante que chegava para ocupar o local não foi pacífica porque os índios reagiam a invasão de seus territórios pelas fazendas. Ela relatou:

Eu lembro que eles tiveram, eles tinham na época, hoje o Riozinho (que ali era uma vilazinha), em cada linha tinha uma comunidade indígena. Tinha várias linhas, tinha comunidades indígenas, que teve problemas com fazendeiros que estavam invadindo a área deles. Houve até morte na época, isso em 80 e 81, teve até morte de fazendeiro, devido a esse problema de invasão da terra dos índios. Eles demarcavam da maneira deles, não era como hoje, que o Governo diz "essa área é sua", naquela época não tinha. Eles tomavam conta ali, era tudo mato mesmo, eles tomavam conta ali. Os fazendeiros iam desmatar e tinha esses atritos. Hoje não, graças a Deus, tá mais estruturado, mas naquela época foi muito difícil (Professora A – 70).

No início da década de 1980, a professora lembrou vários conflitos vividos entre os índios e os fazendeiros devido à invasão de suas terras. Não havia o mínimo de complacência por parte dos fazendeiros pelo espaço ocupado pelos índios. Eles vinham, ocupavam e demarcavam ao modo deles, ignorando completamente as orientações do INCRA. Considerando que o próprio instituto já havia incentivado a ocupação de terras indígenas, como descrito a seguir por Mindlin:

⁶⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/15371.htm. Acesso em: 23 abr. 2021.

[...] cabe ao INCRA e ao Governo do Território o assentamento de colonos, sem o que o problema social de Rondônia acaba por recair sobre a área indígena. Até 1976 ou 1977, o próprio INCRA estimulava a entrada de colonos em áreas indígenas, em sua incapacidade de controlar a distribuição de terras, e sempre na expectativa de liberação das áreas indígenas interditas [...] (MINDLIN, 1985, p. 132).

O relato de Mindlin (1985) evidencia os problemas na capacidade logística do INCRA para controlar a quantidade de migrantes que chegavam diariamente e ainda indica como o próprio instituto desqualificava as comunidades e terras indígenas.

Assim, a partir dos conflitos com os indígenas se produziu uma visão negativa sobre a periculosidade deles que se expressava em medo:

Porque eles chegavam na cidade e todo mundo fechava as portas, porque, o que eles queriam, eles carregavam tudo que você deixava. Porque naquela época as casas eram tudo de madeira em Cacoal e não era cercada não. Era tudo aberto e normalmente você tinha uma prateleira lá fora com pratos. Eles chegavam, você tinha que esconder, porque eles carregavam aquelas coisas tudo. Roupas que estavam no varal. Não sei pra que eles queriam aquilo, pano que estava no varal. Eles levavam tudo. Eram bens domésticos que os selvagens levavam, na época (Professora A – 70).

O relato retoma a ideia dos indígenas como selvagens que invadiam casas e levavam tudo que queriam. Ela indica o desconhecimento por parte da população sobre a história e cultura indígena Paiter Suruí presentes. O preconceito cria estereótipos cada vez mais negativos com relação aos originários e alimenta o imaginário do autóctone como hostil e inimigo.

Considerando a cultura da reciprocidade do dom e contra dom dos indígenas, eles aprenderam com os brancos que invadiam seus territórios e tomavam tudo que eles queriam. O relato da colaboradora ainda enfatizou, quando diz, “porque eles chegavam à cidade e todo mundo fechava as portas”, evidenciando a selvageria que impunha medo e terror aos colonos.

Indagada sobre a composição étnica dos alunos na escola onde lecionou, a Professora A-80 afirmou:

Tinha essa mistura de todos. Agora não, agora depois de quando eu fiquei em sala 22 anos, foi mudando. Só ficou o branco e o negro. O índio sumiu mais, pouquíssimo. No início tinha mais, inclusive teve até um acontecimento na porta da minha casa, que eles andavam pedindo roupas, essas coisas. Ela passou e eu estava com o rádio ligado, as portas tudo aberta. Chegou uma índia na minha porta e começou a falar... Eu fiquei maluca, corri pra fora, deixei ela na porta, e corri rumo da rua, atrás de uma vizinha com medo (risos). Joguei o ferro no chão (risos). O meu marido chegou e disse, "tu é doída mulher, a índia, a coitada foi é ficar com medo de você". Então, da mesma forma a gente via mais índios, via bastante e também tinha na escola. Mas hoje não, houve uma diminuição grande do índio e também tem essas escolas

indígenas. Eles começaram a se formar também. A própria aldeia tem escola. Foi mudando e ficou só o branco e o negro (Professora A-80).

Ela reconheceu que havia uma mistura na composição étnica do povo e dos alunos nas escolas (brancos, negros e índios). Retomou o tema da paz e tranquilidade na cidade, pois os terrenos e as casas de madeira não eram cercadas. Também demonstrou que o estranhamento e medo dos índios já figuravam no imaginário dos colonos antes de se estabelecerem em Rondônia e Cacoal. Ela o expressou diante uma índia com uma criança que chegou à porta da sua casa, quando disse: “Eu fiquei maluca, corri pra fora, deixei ela na porta, e corri rumo da rua, atrás de uma vizinha com medo (risos)”.

Ela enfatizou ainda que nos primeiros anos a quantidade de indígenas era maior, “[...] via mais índios, via bastante e também tinha na escola”, ainda que o estereótipo estivesse inculcado em seu imaginário. Relembrou também que no decorrer do tempo houve uma diminuição do número de indígenas nas escolas da cidade devido à criação de escolas nas próprias aldeias.

Já na concepção da Professora A-90 a composição étnica das turmas de alunos era heterogênea como ela laconicamente expressou: “É! era assim. Tinha aquela miscigenação entre brancos, negros e índios, em Cacoal” (Professora A-90).

Naquela década, a população indígena era mais numerosa, e ainda vivia com mais confiança e maior liberdade de vida, por isso a Professora A-90 percebia claramente a miscigenação racial, predominante em todo o território nacional. Entretanto, ali tornara-se mais latente, tendo em vista que o território já era habitado por povos indígenas, bem antes da chegada dos colonizadores europeus. Sobre a população negra, a professora fez poucas ou quase nenhuma referência.

3.3 Políticas Públicas para a Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF/1988).

Comentando os incentivos governamentais para qualificar a educação escolar, Professora A-70 se refere a alguns projetos ou programas de formação de professores que aconteceram.

Até trabalhei com o Logos II. Nós tínhamos o Logos II, depois veio esse PROHACAP. Eu cheguei a trabalhar, num programa, de dois anos, que

chamava Pró-Formação, que era um programa de formação de magistério pra professor. Mas o governo se preocupou muito em trazer esses programas, pra ajudar esses professores, que eram "leigos", na época. Que a falta de professores, não sei te dizer a data exata, mas Rondônia teve uma falta de professor muito tempo. Todo o Brasil tem, mas Rondônia foi bem complicada essa questão de professores. Eu acho que até hoje tem questão de professores de física, química, matemática, ainda tá difícil até hoje. Então, naquela época tinha esses programas que o governo oferecia pra ajudar o professor a se habilitar pelo menos no magistério. Aí teve uns que foram à frente, que foram pra faculdade, teve outros que não (Professora A – 70).

Através de incentivos governamentais, os professores leigos tiveram a oportunidade de se formarem no magistério pelo Projeto Logos II (1977), inclusive a Professora A-70 atuou como professora do projeto e reconhece a preocupação do governo em oferecer esses projetos para a formação dos professores na época.

Destaca-se ainda a falta de professores no estado de Rondônia, desde os tempos de sua chegada aos dias atuais. Ressaltando que no estado de Rondônia essa demanda é ainda mais acentuada que nos demais estados brasileiros. Acerca do Logos II, foi extinto em 1994, sendo substituído pelo Projeto FENIX e posteriormente pelo PRÓ-FORMAÇÃO, que subsidiava aos professores leigos (KEMPER, 2006).

Na narrativa a seguir ela mostra a preocupação dos professores com o futuro de sua aposentadoria. Porque a atividade educativa era pesada nestas condições que viviam e atuavam nas escolas.

Naquela época tinha também a questão da aposentadoria. Viviam doido pra aposentar. Aposentava com 25 anos na época. Eu por exemplo, aposentei em 2004. Peguei uma reforma de que teria que trabalhar 25 anos, mais 20%. Então eu aposentei com 28 anos de contribuição e na época eu tinha 48 anos de idade. Era nova, mas a gente não tinha nenhuma orientação de sindicato, ou mesmo de uma pessoa. Você completava o tempo e estava doido pra aposentar, também não sei. Naquela época a gente tinha 40 alunos dentro de sala de aula, com dois turnos. Não era fácil você trabalhar. Então, você vencía o tempo, você estava querendo se aposentar porque não estava aguentando mais (Professora A – 70).

Muito cansados, devido à pesada carga horária a qual os professores eram submetidos, então buscavam se aposentar assim que completava o tempo de serviço, alheios a quaisquer outros direitos que porventura tivessem por falta de informações, já que alguns não buscavam mais orientações em seu sindicato.

Ressalta-se que a organização dos servidores da educação no estado, se deu após o fim da ditadura civil-militar, e com a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, quando em fevereiro de 1989 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores em educação do

estado de Rondônia (SINTERO)⁶¹, e em novembro de 1989 foi fundado o Sindicato dos Servidores Federais do Estado de Rondônia (SINDSEF)⁶².

Além das políticas de formação de professores, nem sempre o incentivo dos pais aos filhos que estudavam era efetivo. Mas havia um reconhecimento dos professores por parte dos alunos jovens e adultos como ela contou:

Tínhamos um outro programa que chamava Educação Integrada, que já era pros jovens. Tinha muitos jovens que vieram pra Rondônia e não tinham escolaridade. Então, aí tinha essa Educação Integrada, que era pra jovem de 16 anos, de 18 anos, sempre era a noite. Eu trabalhei com a Educação Integrada, com esses jovens e adultos, pra poder ajudá-los na escolaridade. Tinha sala que tinha 30 alunos. Eles tinham um carinho tão grande com o professor, comigo, que no dia dos professores faziam festa. Ah! como era bom o dia dos professores, como tinha festa. Dois, três dias de festas... e os presentes, quantos presentes de gato, de pica-pau, tudo de porcelana, daquele material branco. Foi muito bom o período de trabalho. Naquela época a gente era valorizado pelo aluno! (Professora A – 70).

Trata-se de educação de jovens e adultos na Educação Integrada que depois foi substituída por outros projetos como EJA. No contexto em que a Professora A-70 se encontrava, além dos programas de formação para os professores leigos, também era oferecida escolarização aos jovens a partir de 16 anos, no período noturno. Havia muitos analfabetos entre os migrantes, adultos e jovens, por isso a quantidade de alunos sempre era numerosa.

O respeito pelo professor era cultivado entre as famílias de forma que os profissionais se sentiam valorizados e reconhecidos. Um exemplo dessa demonstração de carinho era que o dia dos professores era comemorado intensamente por vários dias.

O reconhecimento da prática da valorização ao professor naquele tempo fazia parte da cultura da sociedade brasileira, por isso não pode ser atribuída unicamente à influência da ditadura militar, mas a cultura dos pais que educavam os filhos para respeitarem e valorizarem as pessoas mais velhas, as autoridades e os professores.

Eu não acho que seria a questão da ditadura militar não. Eu acredito, tenho certeza disso, que os pais dos alunos tinham limites. Eles davam limites para os filhos, e outra coisa, naquela época não tinha celular. A televisão como eu disse, era um receptor, as informações chegavam aqui, três dias depois. Então as crianças brincavam muito, brincavam de pipa, de carrinho de rolimã, de pique... eu já até brinquei com alunos, de pique, formava ali um time, de queimada, formava... os alunos só queriam queimar o professor (risos). Meu Deus do céu, que vida boa era essa, que maravilha, foi boa demais! Muito bom, muito bom (Professora A – 70).

⁶¹ Disponível em: <https://sintero.org.br/page/historia>. Acesso em: 27 abr. 2021.

⁶² Disponível em: <http://www.sindsef-ro.org.br/historia/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

A Professora A-70, sabiamente, atribuiu a atitude respeitosa dos alunos às famílias que por sua vez eram mais bem estruturadas e viviam no contexto histórico mais restrito e com menos acesso aos meios de comunicação como a televisão e celular. O interesse pelo rádio ou a comunicação escrita era escasso. Enfim, a oralidade era à base da cultura popular, pois as tecnologias de comunicação e o acesso a elas eram raros.

As famílias conviviam mais e as crianças brincavam livremente. A professora demonstrou uma visão muito perspicaz ao atribuir os méritos da educação das crianças aos pais, porque há os que querem creditá-la à ditadura militar. A ditadura foi um período de censuras, repressões e punições quando o respeito se produzia pelo medo, o oposto da liberdade.

Precisamos compreender que:

a ditadura foi se instalando gradualmente com censura à imprensa, fechamento do congresso nacional, supressão dos partidos políticos, repressão aos movimentos sociais populares nas ruas e fábricas, prisão de lideranças estudantis, operárias, sindicais e políticas (MELGAR, 2020, p. 08).

A ditadura impôs a opressão, suprimiu as liberdades e assim acabou a democracia:

[...] Foram criadas instituições para dar aparência de democracia. [...] A partir de 1968 com o AI 5 houve uma agudização da repressão, das prisões, torturas, mortes, exílios voluntários ou impostos. O legislativo e o judiciário foram amordaçados e a grande imprensa foi subserviente (MELGAR, 2020, p. 08).

Apesar disso a professora relativizou a influência da ditadura militar no cotidiano da população, na passagem de Território para estado de Rondônia. Ela se referiu ao primeiro governador nomeado, ao ser criado o Estado, como um governante exemplar.

Nós tivemos um governador aqui, o Coronel Jorge Teixeira, que foi um exemplo de governo em Rondônia. Não sei se precisar a época que foi, o ano exatamente, mas foi o que deixou uma marca. Mas não vejo, a questão do militar, na política interferindo pra melhor ou pra pior. Eu acho que o militarismo, eles são muito, é ... categóricos, de regras, de disciplina. Apesar, de que estamos precisando de disciplina. Os alunos hoje estão precisando disso, mas eu não vejo que o regime, que o militarismo vai consertar isso não (Professora A – 70).

Apesar de ser um militar, o coronel Jorge Teixeira governou de 10 de abril de 1979 a 4 de janeiro de 1982, tendo sido o último governador do Território Federal de Rondônia e o primeiro do novo Estado de Rondônia, foi reconhecido como um exemplo de governo, frente aos governos anteriores, conforme a visão da Professora A-70.

Que atributos são os de um “governo militar” ditatorial? Na visão da entrevistada, o militarismo é muito categórico e rigoroso, mas destacou que não seria a disciplina dos militares

que concertaria a indisciplina dos alunos. Hoje os governos propõem criar cada vez mais escolas cívico-militares como solução para a criminalidade e a indisciplina de alunos, desconsiderando assim a ampliação de políticas públicas na educação, a fim de oportunizar mão de obra qualificada ao mercado de trabalho, e emprego aos jovens e adultos qualificados, diminuindo assim as desigualdades sociais no Brasil.

As Políticas Públicas de formação de professores ou de formação continuada que a Professora A-80 conheceu no tempo de seu magistério foram várias, como ela narrou:

Então, tinha essas mesmas, chamadas sessão de estudos, que é hoje essas formação que vocês têm, mesma coisa. Tinha, mas eu acho, na minha opinião, era mais. O governo investia mais. A gente fazia muitos encontros, na própria escola. Fazia muito encontro. Elas, a supervisora ia pra Secretaria de Educação e lá ela fazia o curso. Ou fazia em Porto Velho e quando ela chegava, juntava das disciplinas, fazia por disciplina ou fazia ao todo, conforme fosse o curso que ela tivesse lá. Se fosse por disciplina, ou se fosse pra toda a escola, mas assim. Eu só lembro do PROHACAP. O PROHACAP foi um estudo assim, bem... bem puxado mesmo, que o pessoal fizeram. O Logos quando eu cheguei, lá tinha o Logos II, mas a minha área já era outra. Já entrava, era outra coisa. A forma como eu ensinava, o supletivo, o aluno estudava aquele módulo. História era 10 módulos e ele já terminava (Professora A-80).

A Professora A-80 enfatizou a formação que o estado oferecia tanto por área quanto geral, através de encontros promovidos pela própria escola ou pela Secretaria de Educação. Avaliou o PROHACAP, cursado por seus colegas, como bem exigente.

O comportamento dos alunos no início de seu magistério parece que era mais “disciplinado, passivo e domesticado” pelo medo, mais do que é hoje. Disse a professora:

O aluno era mais respeitador. Ele temia o diretor. Existia essa regra na escola. O Projeto Político Pedagógico o que dizia era praticado. Hoje não tem mais. Se tinha três dias de suspensão, qualquer um de nós podia dar se desobedecesse sua aula. Se fosse um aluno que se tornasse matador daquela aula, uma semana, duas semana. Então, tinha aquela punição que ele temia... "ah, lá vem o professor"! Se a gente dissesse que ia chamar o diretor, já dava uma melhorada. E hoje isso não existe. Está mais complicado você trabalhar com o jovem hoje devido a isso aí, está mais complicado. Eu acho que os pais cobravam mais. Hoje o pai diz, "oh, eu não aguento esse menino em casa"! Naquela época não dizia isso, "quando a gente chegar em casa você vai ver" (Professora A-80).

A disciplina e o respeito às hierarquias que regiam a cultura dos pais naquele tempo também se reproduziam no Projeto Político-Pedagógico das escolas, o que no concernente à disciplina dos alunos, era colocada em prática. Os professores tinham autonomia para atribuir ao aluno a penalidade que entendessem ser pertinente conforme os moldes do PPP. Quando essa decisão do professor era desrespeitada pelo aluno, a figura do diretor impunha respeito.

Acrescenta ainda, que os pais cobravam e acompanhavam mais, diferentemente da realidade atual, que dizem não ter o controle dos filhos quanto ao comportamento e disciplina nos estudos.

A Professora A-90 já qualificada não trouxe muitas informações sobre as Políticas governamentais para a formação de professores em Rondônia. Somente insinuou: “Se não me engano, em 98/99 o Governo implementou o PROHACAP, em parceria com a UNIR e, mesmo assim, não supriu a demanda” (Professora A-90).

Ela chegou no final da década de 1990, por isso desconhece as políticas públicas de formação e aperfeiçoamento de professores, oferecidos pelo governo estadual. Reconheceu que o PROHACAP⁶³ foi uma contribuição importante da SEDUC/RO, ainda que não supriu a demanda de professores. Ainda havia um grande número de professores leigos, tanto que a lei nº 9.424/96 estabelece incentivo para a capacitação desses professores e define prazo para que obtenham uma licenciatura, como demonstrado a seguir:

Art. 9 - § 1º Os novos planos de carreira e remuneração do magistério deverão contemplar investimentos na capacitação dos professores leigos, os quais passarão a integrar quadro em extinção, de duração de cinco anos. § 2º Aos professores leigos é assegurado prazo de cinco anos para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes (BRASIL, 1996).

A valorização da educação escolar dos filhos pelos pais parece que era diferenciada no meio rural e urbano. Ela relatou a este respeito a sua experiência e a de suas colegas:

Olha, professor, eu creio que minha colega foi para o distrito de Novo Paraíso, e ela teve muita dificuldade. Não tinha o trabalho do orientador ir até o aluno, era o próprio professor. O professor saía, buscava os alunos. Os pais, alguns davam apoio e outros não. Diziam que os filhos não iam mais estudar, que iam trabalhar, mas aqui em Cacoal não tive essa dificuldade, até por ser zona urbana. A dificuldade que minhas amigas enfrentaram, nos distritos, eu não enfrentei aqui em Cacoal (Professora A-90).

Com o relato da professora, observa-se a diferença de comportamento entre as famílias urbanas e rurais, demonstrando que os que vieram para a cidade com o intuito de serem autônomos como comerciantes ou, até mesmo empregados no comércio ou servidores públicos, por isso educavam os seus filhos para um futuro melhor por meio do estudo escolar. Ao passo que, os que foram para a zona rural tinham intuito de trabalhar a terra, o que acrescido as grandes distâncias, dificultava o acesso à educação formal das crianças e jovens. Contudo, no decorrer do tempo, houve uma melhora gradativa nas políticas públicas educacionais, abrangendo a zona urbana e rural, como a construção de escolas em distâncias menores,

⁶³ O Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos (PROHACAP), foi aplicado entre 2000-2009, em Rondônia.

formação de professores, implementação de transporte escolar rural e da modalidade Educação do Campo etc.

3.4 O ensino de História local e seus diversos desafios!

A História Local constituída fundamentalmente como a caracterização de um determinado povo e sua história pode ser assim descrita:

A História Local é utilizada em muitos países e já se constitui em uma tradição, ainda assim, deve ser definida. Quando realizada por amadores, ela é um gênero de publicações que pretende dar conta das especificidades de uma cidade, região, etnia, não tem como público alvo a Academia, mas sim, os grupos aos quais se refere (DONNER, 2012, p. 224).

Ainda acerca do conceito de História Local, Donner (2012) utiliza-se da definição dada por Gourbet (1992), afirmando:

Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um *county* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, uma *bailiwick* ou *pays* francês). Praticada há tempos atrás com cuidado, zelo, e até orgulho, a história local foi mais tarde desprezada – principalmente nos séculos XIX e primeira metade do século XX – pelos partidários da história geral. A partir, porém, da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegaram a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada (GOURBET, 1992, p. 70 apud DONNER, 2012, p. 224).

Desta forma, a Professora A-70 explicita que ela não contava a história local aos seus alunos porque no currículo esta história só entraria nos anos posteriores. Disse:

Trabalhei com 4ª série. A gente trabalhava assim, não trabalhava específico a história de Cacoal. A gente trabalhava a História do Brasil, quando chegou a Família Real, quando as Capitânicas Hereditárias, que o Brasil foi dividido. Essa história do Brasil, de modo geral. Nessa época, que eu trabalhei, a gente falava assim, da área de Cacoal, da população de Cacoal. Essas coisas assim, específicas, que Cacoal tinha, de muita pouca coisa da História de Cacoal que a gente trabalhava. A gente trabalhava mesmo, com o livro que vinha, com história do Brasil, só o Brasil mesmo, as Capitânicas Hereditárias, essa divisão pra facilitar a vida. Lembro disso até hoje, 15 capitânicas pra poder facilitar a administração do Brasil. Essas capitânicas não deram certo. Só ficou duas que deu certo... essas coisas eu lembro lá na 4ª série. Aí depois, que fui trabalhar de 5ª série em diante, aí eu trabalhei só com português e redação, depois fui pro ensino médio, com português e literatura (Professora A – 70).

Por não haver livro de história regional, no decorrer da década de 1970/80 a professora fazia uso do que tinha à mão para que pudesse ministrar suas aulas de História Regional, uma

vez que nesse período não havia produções sobre a História de Rondônia, pois as primeiras publicações ocorreram na década de 1990.

Além disso, o Território Federal de Rondônia tinha sido desmembrado do Mato Grosso e Amazonas, fazia pouco mais de três décadas. A Professora A-70 relata que se esforçava para, na aula de História Geral, ensinar o máximo de conhecimento aos alunos, utilizando o pouco que conhecia e lembrava sobre a história política, factual e cronológica que ela aprendera.

O ensino de História regional entrava bastante nas comemorações de festas e feriados nacionais. A celebração destas festas contribuiu para o desenvolvimento de uma identidade Cacoalense nos 43 anos de emancipação, porque:

A gente mostrava muito essa questão da história de Cacoal na época da criação de uma coisa ou de outra, no dia 07 de setembro. Porque, desde que cheguei aqui que, a gente tinha o 07 de setembro, tinha a parada que falava, tinha o desfile dos alunos. As escolas de modo geral, nem que fosse um tambor só, ia pra rua no dia 07 de setembro. Nesse dia 07 de setembro eram colocadas faixas com alusão ao Hino de Cacoal, mas isso já foi depois. Não lembro da criação do Hino de Cacoal, um hino bonito, não sei se você já viu...a gente pode até pesquisar. Colocava lá o nome de quem compôs o hino, colocava em faixas o que foi feito na administração daquele prefeito, o que foi criado. Esse 07 de setembro era pra mostrar essa valorização, o desempenho do estado, do prefeito. As coisas eram mostradas, muito no 07 de setembro, e era bom, muito bom. Os alunos gostavam de desfilar, adoravam estar ali na frente, aquelas bailarinas, aquelas meninhas com aquele bastão, pulando, dando cambalhotas, era muito lindo (Professora A – 70).

Nas comemorações alusivas ao dia da independência, dia 7 de setembro e aniversário de emancipação político-administrativa, que aconteciam e ainda acontecem com desfiles e diversas manifestações cívicas se apresentava uma história política de Cacoal e de Rondônia, desde a época de sua criação até os dias atuais.

O período preparatório certamente animava os discentes e docentes nas escolas semanas antes dos feriados e desfiles. Ocorria sempre a participação dos alunos e professores das escolas municipais. Cada escola era responsável por preparar alegorias e apresentar uma parte da história e cultura do município. Exemplo, o Hino de Cacoal e o Hino Nacional, no propósito de empreender tanto nos alunos quanto nos funcionários, um ufanismo e patriotismo exacerbado.

No concernente ao ensino da História local na educação básica, o Professor B-80 relata a escassez de materiais didáticos, como descrito a seguir:

É..., de Cacoal nós temos pouquíssimo material para estar ensinando aos alunos. Se não me engano temos uma pessoa que escreveu um livro contando a História de Cacoal, que na verdade ela também não é uma historiadora formada, ela é uma pedagoga. E buscamos alguns "pioneiros" pra fazer umas palestras sobre a formação de Cacoal (Professor B-80).

O Professor B-80 mostra a precariedade com que é apresentada a História recente do município de Cacoal. Talvez por falta de sistematização das pesquisas e produções historiográficas acadêmicas já elaboradas sobre o município, como também pode ser por causa da escassez desta produção.

Assim, nem os professores vislumbram o processo histórico em que estão inseridos. Recorrendo às memórias e narrativas dos chamados “pioneiros” para palestrarem sobre o passado e a formação de Cacoal.

Consideramos um ponto importante a menção a memorialistas locais, que assim como os professores leigos, não havendo historiadores, contribuíram significativamente como fontes para a escrita da História local.

Sobre o assunto em questão ensinado nas escolas, e o material didático disponível, o professor ratificou:

Então, aí é que está. Nós não temos um material didático, disponível na escola. Nós temos, o único livro que nós temos é Cacoal, sua gente. Onde ali conta desde a formação de Cacoal... Mas um número restrito, pouquíssimos exemplares pra tá trabalhando nas bibliotecas, muito pobre de material didático (PROFESSOR B-80).

Na minha experiência pessoal e nos relatos dos professores o principal empecilho, no ensino de História regional (local), é a falta de material didático disponível para os professores de História e Geografia de Rondônia.

Ainda mais, temos que considerar que boa parte dos docentes são oriundos de outras regiões. Assim, a abordagem da História local, ocorre como um “fardo didático”, numa hora/aula semanal e sem um manual didático de apoio para a disciplina.

Formada em História na Paraíba a Professora A-80 teve que aprender a contar a história da formação do estado de Rondônia e do município de Cacoal, como a história local. No relato ela mostrou as dificuldades que teve para fazer este tipo de ensino de história.

Foi igual eu falei pra você. Foi uma disciplina que eu peguei. Um pouco difícil pra mim. Tive muita dificuldade, porque na época não existia os livros. Aí tinha aquele pessoal de Porto Velho, que escrevia, já era mais antigo do que nós né? E vendia uns livrinhos assim, pra poder a gente ir estudando e pesquisando, porque não tinha internet nessa época, pra gente pesquisar como hoje, a História e a Geografia de Rondônia. Mas aí, aos poucos a gente foi estudando, foi estudando e aprendendo junto com eles. Mas é, foi contada de uma maneira simples mesmo. Foi contado como foi o primeiro prefeito, como que do Território passou pra estado. Quem foi primeiro prefeito, quando ocorreu a primeira eleição, que antes não tinha eleição, aí depois da Constituição, foi escolhido pelo voto, que antes era escolhido por uma reunião,

não sei como era, era escolhido um administrador ali e cuidava da cidade. Quando eu cheguei já estava bem avançado (Professora A-80).

Sendo licenciada em História, a Professora A-80 teve bastante dificuldade para lecionar os componentes História de Rondônia, o material escasso e o acesso eram difíceis. Com muito esforço, através de buscas e pesquisas, a mesma conseguia trabalhar passando as informações básicas para os alunos. Indica ainda uma historiografia política bem tradicional baseada na história cronológica dos governantes, exaltando as suas realizações.

Formada em uma universidade do nordeste, não estudou a história de Rondônia dentro da história do Brasil, logo, não saberia da história regional. Como poderia ensinar? Teve que buscar e aprender.

Outro aspecto do relato mostra que ela ignora aspectos da história recente do Brasil e de Rondônia. Primeiro como o Território Federal de Rondônia era governado por um interventor nomeado e posteriormente, já houve a nomeação dos interventores nos estados fronteiriços pela ditadura militar e dos prefeitos nos municípios que faziam limites internacionais. Para haver eleições diretas e livres somente após a constituição de 1988.

Apesar destes limites ela considera que a contribuição do ensino da História local é importante para o desenvolvimento do município e conta como esse ensino pode contribuir para tal.

Com certeza o ensino da história local ajudou, não só eu, mas os demais que chegaram antes de mim. Foi quem construíram Rondônia. Têm uns que moram na capital também, mas o município nós ajudamos a construir. E continua ainda, os filhos e os netos. Já contamos pros filhos e agora vamos contar pros netos, como é e como chegou... É igual a energia, não tinha, não tinha, não tinha. Hoje que nós temos energia, hoje a gente tem internet, canal de TV. Antigamente a TV, você ligava o jornal, e pra coisa que tinha passado há dois ou três dias. Notícia de dois ou três dias, pra você saber. É tanto que o povo dizia que a gente nem morava no Brasil (risos). Então, isso tudo é contribuição, desenvolvimento. Mercado, a situação de comércio, loja, de tudo... a história da escola. Quando eu comecei a trabalhar, coitada ali da Honorina, não tinha muro, as janelas eram só o vidro. Você chegava e só abria, não tinha nem uma gradezinha, pra dizer assim, você não tinha. Mas também a cidade era uma cidade pacata, não tinha muito crime, não tinha muito roubo, essas coisas... Hoje não! Ela cresceu também nesse lado, esse lado da bandidagem. Mas antes, as escolas era assim, na merenda, a merenda era um pouco escassa também. A gente chegava na sala, hoje essa sala vai trazer batatinha, essa outra vai trazer tomate, a outra ia trazer...e assim juntava pra fazer a sopa deles, e os alunos hoje, reclamam de uma merenda de qualidade (risos) (Professora A-80).

A escola Honorina Lucas de Brito é uma escola estadual de ensino fundamental e médio, localizada no bairro BNH, próximo ao centro. A Professora A-80 relata a escassez dos alimentos para a confecção da merenda escolar, fazendo-se necessária a contribuição dos

alunos. Comparando aos dias atuais, em que a mesma considera ser uma alimentação de qualidade e quantidade suficiente para os alunos.

Referindo-se ao desenvolvimento do município, a mesma ressalta a importância do ensino da História Local nesse processo, pois relembra as dificuldades enfrentadas no passado, citando como exemplo a falta de energia, os canais de televisão que dificultava o acesso às informações. E entende que o conforto e o desenvolvimento tiveram a contribuição de cada cidadão que chegou e ajudou a construir.

Neste sentido ela já aponta para outros aspectos da história local como a economia, as relações sociais e culturais, e o cotidiano como elementos que constituem a história da população do lugar que somente uma historiografia social, econômica ou cultural leva em consideração ao escrever.

Abordando o ensino da história local da formação do município de Cacoal a Professora A-90 contou como era organizado o currículo do ensino fundamental:

Professor, na época que eu cheguei aqui, trabalhei com ensino fundamental. O senhor sabe que história de Rondônia, é só no ensino médio, no 3º ano. Então, a gente não tinha muito, não trabalhava com os alunos de 6º a 8º ano essa questão da história local. Foi feita uma pesquisa da história da escola Clodoaldo, mas geral do município, só no ensino médio (Professora A-90).

A professora explica que História de Rondônia era trabalhada como disciplina somente no ensino médio, por isso no ensino fundamental II não entrava o conteúdo acerca da História Local, de forma bem discreta foram realizadas algumas pesquisas sobre a História da escola Clodoaldo Nunes de Almeida, porque homenageia um personagem considerado “pioneiro” de Cacoal.

Sendo profissional com licenciatura plena em História ela avalia a contribuição do ensino da história local para o desenvolvimento do município e para a constituição de uma identidade cacoalense nas novas gerações, afirmando:

Sim, os mais jovens já são daqui. Eles contribuem na formação de uma memória coletiva. [...] Olha, o estudo da História, ajuda no desenvolvimento do senso crítico do estudante. Eu encontro, Gunnar, alunos que me agradecem. E acabei influenciando minha filha. Ela faz o 2º ano do ensino médio e é apaixonada pela História (Professora A-90).

A Professora A-90 destaca a importância da História local, que é construída pelos indivíduos e valorizada pelos jovens, pois ela contribui para o desenvolvimento crítico e a construção de uma memória coletiva.

Ao ser questionado sobre a atuação do historiador, quando escreve e ensina a História, principalmente na educação básica, o Professor B-90 argumentou:

Muito bem, o historiador que tem o papel importantíssimo na construção da historiografia, na ciência mesmo, histórica. Ele precisa ouvir elementos da sociedade, buscar o material, digamos assim, buscar as fontes, né, professor? Para que ele possa construir recorte. Digamos que a gente fosse, no processo de colonização vamos dizer aqui, no município de Cacoal, partindo da ocupação entre a BR-364, e como estamos falando de Cacoal, com um recorte para a Rodovia do Café. Você tem que ouvir relatos de diversas pessoas, tanto oral, como também buscar as fontes pra estudar os ancestrais, essa questão da ancestralidade aqui nossa, né? Ainda é pouco conhecido, é pouco estudado essa questão mesmo até cultural, a história não fica limitada, como eu disse, a fatos, ela precisa muito mesmo, do auxílio da Sociologia, da Antropologia, das diversas outras ciências pra poder contar, é... pra que o historiador possa exercer seu ofício, dentro de uma margem que a gente chama de imparcial e verdadeira, autêntica. Pra poder aí chegar ao seu objetivo. Todo o trabalho histórico, todo o trabalho do historiador, ele precisa deixar margem, margem pra que você possa, na dialética, com outras informações, realmente complementar, discordar. Mas nunca pode também deixar de ser uma fonte, como eu digo, verídica, aonde esses complementos não tirem assim, o brilho do seu trabalho (Professor B – 90).

O Professor B-90 quando reflete acerca do papel do historiador, fundamenta excepcionalmente a ação de construir a História, como diz “ouvir elementos da sociedade, buscar o material [...] fontes, para que ele possa construir [...]”, em todo um processo, em que outras ciências como a sociologia e a antropologia deverão e poderão auxiliar na construção de uma narrativa verdadeira.

Ele considera a historiografia como ciência que deveria ser imparcial. Parece que contraria o que Certeau (1989) propôs na operação historiográfica. Sempre há o lugar social de onde o historiador olha, analisa, fala e escreve. Por isso, seu relato e sua interpretação das fontes não são inquestionáveis, mas será plausível de questionamentos.

Ele mostra, como professor de História, o quanto valoriza e considera relevante a fonte de informações sobre um grupo ou comunidade de pessoas para a construção da História de uma comunidade. O historiador não pode considerar somente os aspectos objetivos, materiais, positivistas, mas também necessita investigar aspectos da subjetividade das memórias e da cultura imaterial ainda presentes na atualidade para compreender a nossa ancestralidade.

A respeito do ensino da História de Cacoal desenvolvido nas escolas, bem como os materiais didáticos disponíveis, o Professor B-90 relatou:

Professor, aí eu pego um gancho naquilo que a gente falava. Realmente ainda é pobre nesse quesito. Eu, até antes de responder ao questionamento, pegaria como referência a história dos povos indígenas locais, me reportando, por exemplo, aos Suruís. A gente de conhecimento mesmo, de incentivo, do

município, do próprio estado, professor, e aí cabe antes de qualquer coisa, citar os suruí (Professor B-90).

No fragmento do relato, o professor alerta para as ricas culturas existentes em nosso estado de Rondônia, como é o caso dos Paiter Suruí. Ele aponta um desconhecimento mesmo entre as pessoas com conhecimentos acadêmicos a respeito destas populações indígenas e suas histórias e culturas. Questionamo-nos como ensinar estas histórias sem ter pesquisas e conhecimentos sobre estas populações?

O entrevistado traz à tona outro grupo sociocultural que vive no município e cuja história e tradições ainda não foram estudadas na história do Estado de Rondônia. Considera um desafio à pesquisa dos professores de história as ricas práticas e memórias dos pomeranos em Rondônia como argumentou:

Mas eu vou citar uma outra situação bem interessante, que é de uma comunidade que eu tive o prazer de trabalhar com eles. Mas o nosso trabalho às vezes se perde um pouco, professor, porque você tem carga horária extensiva, e não dá pra se fazer um trabalho de resgate. Por exemplo, da cultura desse povo que citei agora, lá da linha 21 e adjacências, que são os Pomeranos. Um povo de uma riqueza excepcional, e uma contribuição fantástica, inclusive no município de Espigão do Oeste, mas tem uma parcela interessante aqui em nosso município de Cacoal. E isso, professor, vai se perdendo, porque é um povo que tem uma história, toda uma tradição, desde a sua chegada ao Brasil, depois vindos para o Espírito Santo e de lá para cá, com suas tradições, a sua cultura, todos nós aqui conhecemos, quem não foi, por exemplo, ou não ouviu falar da Festa Tradicional da Linguíça, essa coisa toda (Professor B-90).

Estes relatos do professor abrem uma série de questões para a pesquisa e o ensino da História local. Esta história não começa nem termina com os colonos que chegaram nas décadas de 1970 em diante. Houve os indígenas e outros extrativistas antes e depois chegaram os pomeranos e outros grupos distintos com relevantes trajetórias de vida e manifestações culturais que enriquecem nossa História regional.

Outro aspecto relevante no relato indica a preocupação do professor de história com a responsabilidade social dele como pesquisador, para “resgatar”, registrar as memórias, documentar as experiências dos diversos grupos sociais, étnicos e culturais que vivem no município e estado para que se possa produzir com estas fontes uma historiografia que incorpore a vida das populações trabalhadoras, pobres e periféricas e não trate apenas o passado das elites que se consideram “pioneiros”, políticos, militares, comerciantes, fazendeiros ou empresários.

Ele propõe um professor profissional da história que saiba ensinar a história e ao mesmo tempo seja um produtor de conhecimentos historiográficos porque investiga as fontes das memórias deixadas pelas populações através do tempo passado. Porém, constata e denuncia um

empecilho para tornar isto realidade em Cacoal e Rondônia: a carga excessiva de trabalho dos docentes. Ele problematizou da seguinte forma:

Mas aí, professor, eu quero dizer que há de acontecer, tem de existir uma briga, do futuro dos jovens, futuros professores de História aí, no sentido de reduzir uma carga horária, sendo que esse professor teria que dar uma contrapartida de trabalhar o resgate junto a esses povos da nossa história. Porque mais uma vez, professor, infelizmente ela (a historiografia) é pobre. É claro que o profissional tem que buscar também, professor, mas você já sabe como que é. Uma carga horária exaustiva, como eu já citei, os baixos soldos, até parece que tô falando de militar, mas vamos. E querendo ou não, isso influencia. Salário, todo professor hoje, você sabe muito bem, ele não tem dedicação exclusiva. Se for do estado ele é obrigado ter aula no município, na rede particular. É uma questão de sobrevivência, e tem também sua vida social né, professor? Mas enquanto para isso, seria interessante aqui eu já coloco, professor, como alternativa, uma possível, vamos dizer assim, contribuição do município e do estado, para que os profissionais dessa área pudessem estar fazendo um resgate. Inclusive, professor, pegando alguns desses patrimônios⁶⁴ como eu falo, por exemplo, [...] também deixando, como alguns que tem mais de 50 anos aqui de Cacoal (Professor B-90).

O Professor B-90 falando do ensino da História local, evidenciou as limitações para ser efetivado, quando o docente sobrecarregado de aulas em sala e a remuneração baixa, tem que trabalhar mais para sobreviver. Neste sentido ressaltamos que no estado, para a carga horária de 40h, 32h/aula são ocupadas efetivamente em sala de aula.

Esta jornada extensa de trabalho se amplia e completa por causa dos baixos salários que incitam os profissionais a buscar horas extras ou mais empregos para uma vida um pouco melhor. Assim, o professor de história, não tendo dedicação exclusiva com tempo para a pesquisa, não pode exercer de forma completa a profissão de historiador. Ele até sugere algumas propostas para chegar a isto:

Eu acho que cabe aí, professor, um resgate nessa contribuição. Claro que não é somente a fonte oral, digamos assim, que faz a história, fontes documentais, livros, né, professor? Como que um professor de História não tem tempo para visitar museus, que não tem arquivos, né? Então, creio, mestre, que é preciso repensar urgentemente, uma nova forma de ensinar a História, inclusive resgatando esse trabalho de alguns contribuidores como já citei, as contribuições da Lurdes Kemper e de outros personagens pra que a gente possa estar deixando um patrimônio, um legado para as futuras gerações (Professor B-90).

⁶⁴ Os patrimônios que o Professor B-90 se refere são os monumentos históricos que fazem parte da História de Cacoal em todo o processo de sua formação enquanto município, como por exemplo: o Teatro Municipal, a construção de um Museu Cacoalense, a revitalização da Biblioteca Pública municipal com acervo genuinamente cacoalense etc.

Apesar de problemático o conceito, o professor sugere um “resgate” da nossa História por meio das fontes documentais, livros e monumentos, com participação dos professores/historiadores, para produzirem um legado (uma historiografia como história escrita) para as futuras gerações.

Sobre a implementação da História de Rondônia no currículo estadual, o Professor B-90 a relatou assim:

Beleza, professor, como você diz, na verdade foi no [...] ano de 93, 94, por exemplo, eu trabalhava na época. Eram os cursos como técnico de contabilidade, mas aí tínhamos também as disciplinas História de Rondônia, Geografia de Rondônia no ensino médio. Então, em princípios da década de 90, essa disciplina ela tem uma carga horária de 01 aula semanal. Querendo ou não, eu acho pouco, professor, pra se trabalhar a História de Rondônia. E você levaria inclusive pelo Referencial Curricular, que tínhamos a disposição, levava-se muito tempo trabalhando, muito, por exemplo, a Capitania do Mato Grosso, até chegarmos definitivamente na transformação do estado que ocorre em 1981. Ou seja, professor, realmente como eu digo, ainda é incipiente, muito pouco, né? Os componentes pra que a gente faça um trabalho melhor. É claro que a gente também pode dizer, colocando na nossa conta também, uma determinada parcela de responsabilidade nessa questão. Mas como eu digo, geralmente o professor tem uma visita, em História de Rondônia no 3º ano, de alunos que estão se preparando pra ENEM, pra outros concursos, e você tem uma visita de 45 minutos agora né? Isso lá, numa quarta aula da quinta-feira, então, sobretudo com alunos da noite, que a gente trabalhou muito com esse aluno do noturno. Até porque o ensino médio é mais, que tinha mais, participativo geralmente era do noturno. Apesar de estar acontecendo essa mudança recente, por exemplo, a escola Clodoaldo tem o ensino médio integral. Por exemplo, dá pra se fazer um trabalho. Haja visto, que esse aluno passa o dia na escola, é de certa forma melhor. Professor, como eu disse, eu creio se não aumentar a quantidade... mas é preciso inserir esse estudo também na outra fase de ensino, desde o fundamental. Talvez, dentro da própria História, como contribuição bimestral, não sei, teria que se ver uma forma pra se estudar isso. Mas que a gente desse mais ênfase ao relato da nossa própria história (Professor B-90).

O Professor B-90 menciona que em princípios da década de 1990 haviam os cursos técnicos, como contabilidade, administração, entre outros. Contudo foram inseridas nas grades deles as disciplinas de História e Geografia de Rondônia.

Ele também destacou a carga horária restrita a uma aula semanal, o que não é diferente até hoje. Apenas no 3º ano do ensino médio com uma h/aula. Mencionou também o fato de a aula estar disposta nos últimos horários e dias da semana, tornando o trabalho muito mais difícil.

Em relação aos conteúdos, citou que havia uma sequência exaustiva. Iniciava-se desde a Capitania do Mato Grosso até a formação e formatação do estado de Rondônia, em 1981. Ele apontou que a inserção do ensino em tempo integral nas escolas favorece este panorama porque

fortalece o ensino de História com ricas possibilidades para um melhor ensino de História Geral e local.

Estes professores de história que colaboraram conosco nas entrevistas percebem, acertadamente, que o tempo para as aulas, os materiais didáticos disponíveis, a remuneração dos docentes e a necessidade de estudo e pesquisa são elementos fundamentais para o avanço do ensino de história para a formação crítica cidadã dos discentes com consciência histórica.

3.5 O ensino de história na formação de uma identidade local

A questão da identidade abordada por Stuart Hall (2003) pressupõe a existência de um “eu” individual frente aos mundos culturais “exteriores”, ou seja, o elo entre o mundo pessoal e o mundo público. Neste aspecto ao projetarmos o nosso eu nessas identidades culturais, também ficamos permeados de seus significados e valores. Assim, “a identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura. Estabilizando os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2003, p. 11-12).

O sujeito segundo Hall (2003) é capaz de assumir diferentes identidades em diferentes momentos. E não obstante essas identidades caracterizam-se por não serem unificadas, por serem contraditórias e avassaladoras, movendo o indivíduo, bem como sua identificação frente ao mundo, de modo contínuo. Ter em mente uma identidade permanente ao longo da vida caracteriza-se como uma confortadora narrativa de nós mesmos. Por conseguinte,

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2003, p. 13).

Quando se pressupõe a constituição de uma identidade coletiva no município de Cacoal, questionamos e propomos esta reflexão de Hall (2003) aos professores colaboradores. Obtivemos diversas perspectivas, como vemos a seguir.

A Professora A-70 considera que já há uma identidade cacoalense nas novas gerações, quando relata:

Ah sim. Eu tenho um filho com 39 anos, nascido em Cacoal. Tenho dois netos de Cacoal. Cacoal tem sua identidade própria sim, com certeza. A alimentação, a cultura, tanto é que nós temos até um órgão da prefeitura. Os próprios indígenas, com seus artesanatos, esse pessoal que faz esse trabalho

com garrafas pets, que a gente vê no natal, que enfeita a praça, que divulga. Então, Cacoal já tem sua identidade, sim (Professora A – 70).

A entrevistada afirma que já se constituiu uma identidade própria nos cidadãos de Cacoal, pois isso é facilmente reconhecido pela cultura, alimentação, artesanatos indígenas. Além de diversos memorialistas que criaram pequenas obras, registrando memórias, crônicas, valorizando as riquezas, os acontecimentos, a força e o vigor do povo morador do município.

Todas estas práticas e representações vêm ao encontro do pensamento de Rüssen quanto à pesquisa histórica:

Um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente perspectivas (teorias) referentes ao passado humano. A pesquisa se ocupa principalmente da realidade das experiências, nas quais o passado se manifesta perceptivelmente, ou seja: de “fontes”. [...] A pesquisa é, por conseguinte, o processo no qual se obtém, dos dados das fontes, o conhecimento histórico controlável (RÜSSEN, 2007, p. 104).

Le Goff (1993) diria que a memória, fontes deixadas pelos humanos, através do tempo, analisada sistematicamente pelos profissionais da história, transformadas em narrativas configuram a historiografia que por sua vez questiona interpretações e identidades anteriores e institui novas.

A professora citada reforçou a ideia de que a identidade cacoalense pode ser percebida e visibiliza-se em diversos eventos:

[...] Nós temos a festa do café. Cacoal é considerada a capital do café. Nós temos aí, duas datas que lembram essa festa do café. Temos uma feira, onde eles fazem todos os derivados do café, tem a rainha do café, escolhida. Cacoal tem a parte cultural muito desenvolvida. Agora, nesse período da pandemia, de fevereiro pra cá. Temos muita coisa que é feito em Cacoal, e divulgado em Cacoal. A gastronomia é uma delas, por exemplo, com o tambaqui, tem várias (Professora A – 70).

Estas tradições de Cacoal precisam ser analisadas e interpretadas com a teoria da “invenção das tradições” de Hobsbawm e Ranger (2008). Cacoal produzir café em vastas lavouras é um fato socioeconômico que precede o fato político e cultural de afirmar que é capital do café em Rondônia.

A partir de determinado momento histórico alguém com poderes atribuiu-se o direito de nomear e impor o reconhecimento histórico de capital do café. Esta ideia se consolida com uma série de práticas e eventos festivos, com visitas de autoridades estaduais e federais que incentivam o investimento na produção deste produto.

Os resultados são indústrias de café com selo de qualidade reconhecido nacionalmente e a consolidação das festividades alusivas à produção do café, com bailes e diversas apresentações artísticas, onde também é escolhida a rainha do café.

Hoje, em Cacoal, há uma base material e política (economia do café) sobre a qual se inventou uma tradição imaterial. Uma identidade sempre é uma construção em que se elegem determinados valores, interesses, pessoas ou realidades que se pretende promover e lembrar como se fossem de todo grupo, comunidade ou sociedade local, regional, estadual, nacional ou global.

Pode acontecer que com o passar do tempo esta base material desapareça e a produção imaterial continue se reproduzindo, não mais como tradição que inspira novas práticas no presente, mas como folclore, uma repetição ritual ou cultural do passado.

Mesmo no período de pandemia, foi possível a divulgação de muitos eventos culturais, em Cacoal, por meio das redes sociais. Destacando a gastronomia pela alta produção de peixes (tambaqui).

Questionamos o Professor B-80 acerca das contribuições do ensino da História local na formação do município de Cacoal, ele respondeu:

Pra sermos bastante realistas, pra falar de Cacoal, ela não tem muita ênfase, porque ela é cobrada, a História local, apenas no ensino médio. No ensino do 6º ao 9º ano, por exemplo, você não aborda o ensino municipal, a História da formação de Cacoal. Eu, pelo menos não vi nenhum professor trabalhando a História local no fundamental. No modo geral, a História Geral, trabalha um pouquinho de História de Rondônia. Mas é mais a História Geral, aquela que já vem estabelecida pelo programa. A História seria importante, mas como a sociedade em si, ela não dá ênfase à História, então acaba sendo um curso evasivo, momento em que o aluno não dá total interesse ao curso. Na verdade, não é nem o interesse, mas a necessidade, a importância que o curso seria pra ele (Professor B-80).

O Referencial Curricular do estado de Rondônia (2013) estabelece as disciplinas de História e Geografia de Rondônia apenas no 3º ano do ensino médio, que o Professor B-80 descreve esta ausência de uma disciplina no decorrer do ensino fundamental.

A representação da História regional, não unicamente de Cacoal, mas de Rondônia como um todo, durante toda a educação básica está contemplada, em diversos momentos, aspectos históricos e memoráveis.

Exemplo, em datas comemorativas, como a emancipação do município de Cacoal, festas tradicionais, como a Festa do Café, que são valoradas as comidas típicas que compõem as diversas culturas que entrelaçadas, formam a diversidade do povo de Cacoal. Assim como

também fazem parte as homenagens a cidadãos memoráveis dos tempos da constituição do município, como é o caso de Clodoaldo Nunes de Almeida, o precursor no plantio de café na região e que dá nome a uma escola estadual e a um dos principais bairros da cidade.

Enquanto História como formação profissional, o professor não expressa um posicionamento tão positivo quanto ao reconhecimento e valorização da História como conhecimento científico crítico. Ele considera, a partir de sua experiência pessoal, que a sociedade e os estudantes desconhecem a importância do estudo da História, o que torna a aula de História pouco apreciada nas escolas e a própria formação acadêmica.

Considerando o tempo e as novas gerações já nascidas no município a Professora A-80 acredita que já se constituiu uma identidade cacoalense. Ela o expressou assim: “Eu acredito que sim. Eu tiro pelas minhas meninas. Elas nasceram aqui. Não querem ir embora. Então, estou falando assim, porque acredito que têm muitos que também falam isso...”foi aqui que eu nasci, é aqui que eu vou ficar, é aqui que eu vou estudar, que vou trabalhar” (Professora A-80).

Nas atuais condições oferecidas pelo município, que é destaque no estado devido à infraestrutura básica existente, os jovens ali nascidos sentem orgulho do lugar. Trata-se de um sentimento de pertencimento a este local. Não cogitam a ideia de sair, como citou no exemplo de suas filhas. Têm a consciência de que tendo a oportunidade de formação acadêmica e acesso ao mercado de trabalho permanecerão no município que favorece esse suporte. Assim, os jovens demonstram o sentimento de pertencimento a uma coletividade com a identidade cacoalense.

O ensino de História da formação da colônia e do município de Cacoal foi apreciado assim pelo Professor B-90:

Professor, então, a colonização, que ainda é muito recente do nosso município, não tem como deixar de levar em consideração, sobretudo, de Cacoal, como você diz, o trabalho de grandes (personagens). Vamos dizer assim, do trabalho [...] dos guarda-fios, mais adiante, não tem como deixar de levar em consideração o trabalho do Marechal Rondon, e mais recente, da década de 1970 pra cá, não tem como deixar de levar em consideração a vinda desses migrantes, de todos os estados do Brasil, sobretudo capixabas, paranaenses, e também uma parcela de nordestinos e de outros estados brasileiros, principalmente relacionados à agricultura. Não tem como desvincular da questão agrícola do nosso estado, sobretudo nessas primeiras décadas que a gente cita, com relação, às décadas de 1970/80/90, e alguma transformação como você cita também professor, na questão de 90, o município, não só ele mas a grande maioria dos municípios do nosso estado, formando uma grande mudança, não diferente do restante do Brasil, um processo de êxodo urbano (Professor B-90).

Neste fragmento do relato, o professor evidenciou que não somente Cacoal, mas o estado de Rondônia faz parte de uma colonização recente. O Professor B-90 destacou que no estudo e ensino da história local não se poderia esquecer grandes personagens dessa História.

Exemplificou: 1º lembrou os guarda fios dos telégrafos; 2º os feitos de Rondon; 3º os migrantes “anônimos”, das décadas recentes, que contribuíram inestimavelmente no desenvolvimento do estado. A partir de um pedaço de chão que lhes faltava em seus estados e se tornou possível, em Rondônia, com a agricultura e criação de animais, entre outras atividades laborais. Destacando-se a agricultura, pois nas palavras do professor, nas primeiras décadas a agricultura foi o cerne para a migração originada em diversos pontos do país, rumo a Rondônia.

Ele também abordou a evolução da cidade de Cacoal, rememorando os aspectos marcantes que a cidade possuía da época de sua chegada até os dias atuais. Contou este processo nos seguintes termos:

A cidade de Cacoal, por exemplo, passou por uma transformação, acelerada. É porque em 90, lembro professor, que tinha inúmeras ruas nessa cidade, aqui estou me reportando à sede do município [...] havia pouca infraestrutura. Lembro que a gente tinha chegado, a empresa de telefonia que tinha uma certa dificuldade. A gente fazia ligação com poucos telefones aqui ainda, mas tinha a Teleron (Professor B-90).

Conta que ao chegar à cidade de Cacoal, na década de 1990, esta ainda era carente de infraestrutura de ruas e comunicação telefônica, mas logo acrescentou:

Essa cidade evoluiu muito nesse aspecto urbano. Podemos dizer que essa colonização mais recente, em meados da década de 90 pra cá e o início do século XXI, de 2000 pra cá, [...] foi dotada de uma infraestrutura sólida, com qualidade, conhecimento, muita qualidade, né professor. [...] tem várias faculdades hoje, vários cursos (Professor B-90).

O Professor B-90 demonstra um otimismo, um tanto quanto ufanista, muito parecido com a propaganda oficial. Cacoal se transformou profundamente nas quatro décadas de existência como município. Avançou na estrutura física, mas também a cidade teve avanços significativos na educação, devido aos diversos cursos universitários presentes na esfera pública e privada.

Porém, a transformação mais profunda que ele percebeu e relatou estaria acontecendo na economia do campo:

E podemos dizer, professor, que essa transformação também, ela é prejudicial, sobretudo nessa questão do campo, porque aqui atravessam. Quando eu cheguei, havia um ciclo muito forte do café. E passamos, então, a ver ali, a acompanhar, uma nova onda na economia do estado, sobretudo no campo, que era o ciclo do gado. Há uma grande transformação. A gente sabe que aquele pequeno produtor [...] mas aí muitos deles resolveram embarcar nessa situação, nessa aventura, da criação de gado. E você sabe, professor, que os donos de fazendas com áreas mais amplas, muitos deles começaram a fazer uma migração no estado. Municípios como São Francisco, Buritis, dentre

outros, o próprio São Miguel que já estava na revolução da ocupação, passa também a receber muitos migrantes, além de que muita gente sai para o Mato Grosso (Professor B-90).

Ele considera que houve uma mudança de ciclo econômico no campo, passando-se rapidamente de uma agricultura familiar diversificada para a pecuária mesmo nas áreas de pequenos proprietários. Porém, ao adotarem a criação de gado foram pressionados a venderem seus lotes a criadores mais capitalizados e migraram para a cidade ou para outros municípios de Rondônia e Noroeste de Mato Grosso.

Observamos que o professor anotou o processo contraditório e conflitivo do ponto de vista social e econômico do processo de melhoria da infraestrutura urbana, e o novo ciclo econômico no campo como excludente e concentrador de terras provocando deslocamentos de populações agrícolas que deixam o município. Ele aponta duas consequências importantes neste processo:

Então, professor, isso vai de certa forma, transformando a zona rural, vai invertendo esse processo populacional [...] Sabendo que [...] a cidade passava por uma transformação muito grande. Cacoal, podemos dizer que caminha, a passos largos pra ser uma metrópole da região norte (Professor B-90).

A reconfiguração da economia da zona rural gera o êxodo rural devido à substituição da lavoura de café pela criação de gado promovendo, desta forma, uma intensa onda migratória no próprio estado e até para o Mato Grosso.

Na outra ponta, as melhorias na estrutura urbana e o êxodo de agricultores para a cidade, reterritorializa esta população nos bairros, transformando rapidamente a cidade de Cacoal numa urbe grande, conforme a expressão que utilizou numa futura metrópole da região norte.

3.6 A História na constituição de um povo

Concluindo sua entrevista a Professora A-70 fala das funções da história para vida das pessoas e da sociedade.

A História contribui demais. Vivo falando pra meus netos. A História, como agora esse momento que nós estamos passando é uma coisa que vai ficar na história pro resto da vida, porque nunca tinha acontecido. Não me lembro, com a idade que eu estou, com 67 anos, eu nunca passei por uma situação dessa numa pandemia no Brasil. Está acontecendo no mundo, mas relaciono ao Brasil que eu moro. Então, tenho dito pros meus netos, pra meus filhos, que a História é marcante, ela fica mesmo. Ela tem que ser lembrada, contada pras outras pessoas, pros próprios filhos. Tem que ser contada essa história. Várias outras histórias do Brasil, que nós temos aí, dos nossos governantes, desse período que passou de militar para democrático. Aquele período das

caras pintadas é muito, muito importante, que eles tem que ter conhecimento, mas uma História verdadeira, uma História real, que seja divulgada (Professora A – 70).

Ela não distingue a memória da História (disciplina). Até parece que a história é o mesmo que relato ou narrativa dos acontecimentos vividos e depois contados para serem lembrados pelas futuras gerações.

Considerando a História fundamental para a construção da identidade e a formação do senso crítico, ela salienta a necessidade do registro dos acontecimentos para garantir que os fatos históricos sejam documentados como fontes, estudados, conhecidos e posteriormente divulgados às futuras gerações.

Ela citou alguns exemplos, entre eles a Pandemia da Covid-19, não se lembra de ter vivido algo parecido, em toda sua vida. Por isso defende a História como narrativa verdadeira para que a sociedade tome conhecimento dos fatos como aconteceram.

Este foi o esforço de toda a historiografia historicista, pensando a História disciplina como ciência cuja objetividade estaria na análise crítica interna e externa das fontes. As produções teóricas dos historiadores sobre a epistemologia do fazer História problematizaram estas concepções como superadas e consideram a História no máximo com outra cientificidade que não a da física social.

Por isso que hoje a maioria dos historiadores e cientistas sociais e humanos reconhecem seu lugar social de produção, e a impossibilidade da neutralidade, porque o trabalho de seleção das fontes, das interpretações teóricas e da construção das narrativas historiográficas é realizado por um sujeito cuja subjetividade intervém nestas etapas da produção do conhecimento histórico.

O relato trazido à tona pela Professora A-70 nos remete a uma ideia historicista da História. Deixando de observar a memória do indivíduo comum e analisando fontes históricas das mais diversas, o historiador interroga e/ou interpreta os fatos registrados nelas. Ele problematiza e contrapõe as informações a outras fontes.

Por conseguinte, toda historiografia é um esforço de interpretação, criando uma narrativa baseada nos dados que as fontes possibilitam, mas o historiador impreterivelmente preenche lacunas onde não há documentos, argumentando, problematizando e hipotetizando sobre o que e como possivelmente possa ter acontecido.

A disciplina de História como componente curricular e seu papel na educação básica foi destacada pelo Professor B-80 nos seguintes termos:

Ela é uma disciplina bastante interessante, porém não tem o foco que mereceria. Toda escola não dá ênfase à História, em si, ela se prevalece mais em Língua Portuguesa e Matemática, e esquecendo de História. Ou seja, para as escolas, a História não tem sentido nenhum. É assim que eu vejo a disciplina. Então, falando de Rondônia, nós temos pouquíssimos historiadores que escrevem História. E o historiador como professor, ele tem que seguir as diretrizes de um livro didático que já está preestabelecido pela escola. Então ele não tem muito o que fazer, a não ser seguir aquele livro. Quando um professor começa a mudar muito a escola já começa a cortar o professor.

O ponto de vista expresso pelo Professor B-80 é bastante negativo em relação à compreensão que os demais professores têm da disciplina de História. Considera equivocada a escola que não dá ênfase à História enquanto disciplina em detrimento da Língua Portuguesa e da Matemática.

Podemos dizer que ele exagerou ao afirmar que a disciplina de História para a maioria das escolas não tem sentido nenhum, pois na nossa experiência observamos que ela é muito bem aceita pelos alunos, inclusive pela comunidade escolar. Trata-se de uma disciplina que vislumbra o passado, que desperta a curiosidade e o interesse.

No entanto, fica muito a cargo do professor torná-la mais instigante, com especial apoio do livro didático que cada vez mais tem se tornado um aliado do professor frente ao conhecimento histórico.

Não se pode negar que a situação descrita pelo professor, como no caso da criticidade do docente da disciplina de História ser tolhida, prevaleça em instituições específicas. Porque não podemos esquecer que vivemos em tempos tenebrosos de negacionismo da ciência e do conhecimento por parte do governo central.

Acerca de uma ampliação dos estudos da História de Cacoal ou do estado de Rondônia, o professor instiga assim:

Então, seria bastante interessante que os historiadores, que os professores de História, tivessem cursos relacionados à preservação ambiental, preservação de patrimônio histórico. Por exemplo, Cacoal não preserva nenhum patrimônio da época de sua formação. Se você pegar o município de Cacoal, não tem nenhum edifício tombado. Não tem nenhum ambiente tombado onde nós tivemos vários segmentos, principalmente no livro de História de Cacoal, conta alguns prédios que seriam, deveriam ser tombados pelo IPHAM, por órgãos competentes. Aí acaba se perdendo a História de Cacoal no decorrer dos anos (PROFESSOR B-80).

O poder público não se empenha na manutenção do patrimônio histórico, relegando ao esquecimento boa parte da memória das populações que construíram a economia, a sociedade, a cultura, as artes, a vida religiosa e a política da cidade e do município. O relato evidencia certa

indignação do Professor B-80 em relação ao desleixo do poder público local com o patrimônio edificado de Cacoal.

Ele sugere o desafio aos governantes para propiciarem a formação dos docentes de História para a preservação do patrimônio histórico. Esta preocupação e cuidado falta na sociedade local. Isto decorre, talvez, até de uma cultura, em que o poder público não investe em políticas públicas educacionais que favoreçam o despertar desses valores.

No entendimento da Professora A-80 a importância do conhecimento histórico na vida dos alunos e da sociedade é contribuir no presente para construir o futuro, a partir do conhecimento de como foi vivido o passado, num processo que continua e que nos envolve no presente. A História como conhecimento é o estudo, no presente, do processo passado, vivido e realizado pelos seres humanos num determinado lugar e tempo, através dos cacos, restos, registros, as memórias que se tornam história pelo trabalho criterioso de análise, interpretação e narrativa do historiador.

É assim, você não vai dizer que História só estuda o passado e o presente. É um processo, um processo de conhecimentos, de investigação. Então, nesse processo você traz os fatos, passados, presentes e os atuais, dos nossos dias. Eu acho que minha contribuição foi essa, mostrar pra eles o que aconteceu no passado, trazendo de volta também para o presente, como é hoje. O que aconteceu hoje, pode ser a história dele mesmo, do próprio aluno. A minha história, a sua, a história de um povo, do indígena, de um jogador de futebol, de viagem, entender que História é tanto um processo na nossa vida, como é um processo de conhecimento. Você pode estudar o passado, mas sempre você tem que também trazer o presente pra poder entender (Professora A-80).

A Professora A-80 sente-se parte da História local por ter contribuído com suas aulas, onde informava sobre o passado, fazia relações com o presente, demonstrando que a construção da História, primeiro é um processo contínuo vivido e depois no estudo do historiador se transforma em conhecimento escrito, historiografia.

Schmidt afirma o que o professor faz ao ensinar História:

Em relação à transposição didática do procedimento histórico, o que se procura é algo diferente, ou seja, a realização na sala de aula da própria atividade do Historiador, a articulação entre elementos constitutivos do fazer histórico e do fazer pedagógico. Assim, o objetivo é fazer com que o conhecimento histórico seja ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo do fazer, do construir a História. Que o aluno possa entender que a apropriação do conhecimento é uma atividade em que se retorna ao próprio processo de elaboração do conhecimento (SCHMIDT, 2017, p. 59).

A autora destaca também, que cada cidadão, cada povo constrói um processo histórico. O recurso ao passado por meio do estudo da historiografia possibilita o entendimento da

História do presente. Ela promove a manutenção e o avivamento da memória sociocultural sobre o passado de um povo. Considera este como um dos papéis preponderantes do professor de História que, como educador, deve preparar os alunos para entender o significado do conhecimento histórico.

Bittencourt (2008) utiliza-se da concepção de transposição didática de Yves Chevallard, que sendo especialista em didática da matemática, assim a descreve:

Entende ser a escola parte de um sistema no qual o conhecimento por ela reproduzido se organiza pela mediação da “noosfera”, conceito correspondente ao conjunto de agentes sociais externos à sala de aula – inspetores, autores de livros didáticos, técnicos educacionais, famílias. Esses agentes garantem à escola o fluxo e as adaptações dos saberes provenientes das ciências produzidas pela academia (BITTENCOURT, 2008, p. 36).

Assim retomando a ideia da Professora A-80 quando se refere à “construção da História ser um processo contínuo”, percebemos que a disciplina escolar depende do conhecimento científico e erudito, sendo necessário uma didática para realizar a mediação do conhecimento, para que não haja distanciamento entre a produção científica e aquilo que deve ser ensinado.

Buscamos o conceito de transposição que, no dicionário Houaiss, consiste: “no ato ou efeito de transpor-se” (HOUAISS, 2011, p. 923). Nesta operação de ensino, o professor necessita de uma didática objetiva e ser responsável por metodologias para abordar, da melhor maneira possível, o conhecimento científico na escola. Por isto se destaca a importância do papel do professor (BITTENCOURT, 2008).

O Professor B-90 quando instigado a explicar sua concepção da História, faz a seguinte abordagem:

Muito bem professor, vamos aqui por parte. É importante falar, como disse a você na questão da importância do ensino de História. A História, eu considero um dos grandes patrimônios da humanidade, de um povo. Lamentavelmente, professor, o ensino de História da forma como ele é cobrado, nos estados, nas federações, também nos municípios, no Brasil, ele é cobrado de uma forma sistemática e, digamos assim, de maneira que você cumpra ainda, aquela função de uma História positivista. É ainda um pouco de decoreba, apesar dos avanços que digamos assim, tem tido nos últimos anos, principalmente depois da implantação da nova LDB de 1996. Esse ensino digamos assim, tem avançado mais pra uma História materialista, dialética, né professor (Professor B-90).

Ele reconheceu no seu relato que obtiveram melhorias quanto ao desenvolvimento do ensino de História, mas demonstrou uma preocupação no que tange à desvalorização da disciplina de História quando todos os órgãos do estado responsáveis pela educação escolar cobram dos professores um ensino que ele denominou de “positivista” ao decorar conteúdos.

Contraopondo a esta visão tida como “positivista”⁶⁵, o que na realidade caracteriza o historicismo, para o Professor B-90 a LDB deu vazão a uma prática de ensino de uma História mais materialista e dialética.

Parece que ainda não chegou a prática do ensino da historiografia problematizadora da escola francesa dos *Annales* ou da história cultural como descrito a seguir:

A História que é contada é como eu disse, de forma que onde você ouve, opina, mas também valoriza o conhecimento local da população, as suas origens, a sua luta. Mas infelizmente, o ensino de História não é levado tão a sério ainda, em alguns estados do Brasil, particularmente em Rondônia. Quando a gente tem, eu lembro aqui professor, voltando a nossa chegada, por exemplo, quando a gente diz qualquer um, com todo o respeito, qualquer profissional de qualquer outra área, dava aula da disciplina de História. Parece que não havia assim, um compromisso sério com essa disciplina, que como eu disse, é um patrimônio da Humanidade. O povo sem história fica até difícil de definir, não tem identidade, não tem raiz, o povo que não conhece a sua própria história (Professor B-90).

O Professor B-90 demonstra sua preocupação para com a falta de reconhecimento da disciplina de História que é fundamental para a humanidade, sabendo-se que para projetar o futuro é preciso conhecer o passado, pois a História é uma construção da humanidade. Em sua análise pondera que no estado de Rondônia ainda há uma lacuna imensa relacionada a História como constitutiva da consciência de um povo, da sua identidade a partir de suas raízes socioculturais.

As contribuições do ensino de História para o desenvolvimento do município de Cacoal que o Professor B-90 destacou, foram:

Nós temos a contribuição de uma historiadora que fez um trabalho interessante, a professora Lurdes Kemper, com sua história, sua gente. Enfim, de certa forma, esse trabalho de investigação, de resgatar mesmo a questão das origens desses novos habitantes, desses habitantes do município. Então esse trabalho dos historiadores, de certa forma, tem contribuído muito também, no crescimento, para o desenvolvimento do nosso estado, do nosso município em particular. Agora, professor, eu creio que nós temos um vácuo, muito grande, por exemplo, a questão do museu, do resgate ainda de alguns monumentos vivos desse município. Por exemplo, nós fizemos muito é... e às vezes a gente não tinha aquela preocupação em gravar, não tinha esses instrumentos que a gente tem hoje (Professor B-90).

Enfatizando a obra da professora Lurdes Kemper, ele cita a importância do resgate das origens dos habitantes para o município. Compreende também que o trabalho dos historiadores

⁶⁵ Para José Carlos Reis o Historicismo, por mais complexo que seja o termo, tem como tema central a especificidade do conhecimento histórico, as condições de possibilidade e de autonomia das ciências do espírito. [...] “O seu esforço foi o de demarcação do campo epistemológico específico das ciências do espírito” (REIS, 2002, p. 21).

é de extrema relevância para o desenvolvimento do estado e do município, em particular, mas expressa sob a vaga ideia de “crescimento” sem qualificá-la.

No entanto denuncia a negligência do poder público quanto à valorização do patrimônio histórico do município, o que afeta o processo de manutenção das memórias das populações locais em diversos aspectos. Cita como exemplo destes prejuízos, a falta de registros, mesmo por parte da escola, dos professores, que não têm a preocupação de registrar ou lhes faltam meios e mecanismos adequados para fazê-lo.

O Professor B-90 ao falar sobre a História de Rondônia descreve os mecanismos que utiliza para alcançar o interesse de seus alunos e das famílias deles, vejamos:

Mas trabalhando a disciplina de História de Rondônia, por todas as escolas onde passei, a gente busca através das famílias desses alunos, dentro da ancestralidade deles, dos avós, dos próprios pais, retratarem um pouco da história deles, trazendo as suas lembranças, recordações, desde a vinda, da chegada desses povos até aqui. E quando eu digo, cabe aí um trabalho de museologia desenvolver alguma coisa nesse sentido, um grupo de historiadores. Agora eu incluo a Vs. Excelência por estar aí, com um mestrado nessa área, como uma das correntes que daria pra trabalhar, pra que a gente tenha o resgate dessa história tão bonita, tão interessante, que às vezes eu chamo uma verdadeira epopeia. Só pra pegar como exemplo, professor, e eles se sentem muito bem. Os alunos, os pais, enfim... quando você conta essa história, ou quando eles mesmo vão contar perante sua turma, falando dessa aventura que muitas vezes se gastava 15, 20 dias pra se chegar da região sul do Brasil até aqui em Cacoal, por exemplo. Levava-se semanas, muitas vezes com carros atolados, nesse trecho Cuiabá pra cá, do Mato Grosso. É uma história, que sem dúvida nenhuma, que o trabalho nosso do historiador é, não pode ficar só na narrativa. Ele precisa realmente ser documentado, ser digamos assim, sistematizado, pra que a gente possa ir na frente, não perder de vista esse resgate, esse trabalho aí pra que possa trazer uma contribuição com relação à cultura (Professor B-90).

O Professor B-90 dá um indicativo interessante a respeito do ensino da história local que leva em consideração as diversas histórias de vidas de seus alunos, de suas famílias. Orientados pelo professor de história em sala de aula, os discentes buscam nas suas famílias, as narrativas orais e outros documentos que apontam que vieram de diversas regiões do Brasil. Migrando, chegaram e compõem a própria população do município de Cacoal.

No relato, o professor insiste que é preciso o resgate da História local, que por vezes é tão esquecida e destaca nisto o papel imprescindível dos historiadores. Referindo-se à trajetória migratória dos colonos rumo a Cacoal, ele a descreve como uma verdadeira epopeia, repleta de dificuldades, como os inúmeros atoleiros entre Cuiabá e Cacoal, heroicamente vencidos.

Também enfatiza o papel do historiador como sujeito protagonista nos registros da História, contributos à cultura e conhecimento do povo. Durante a entrevista nos lançou um

convite e um desafio de construirmos juntos, um projeto museológico e de pesquisa histórica entre os professores de História em Cacoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetar um tema a ser estudado, por meio de uma pesquisa como o desta dissertação, é um tanto quanto desafiador, principalmente quando se está fora do ambiente acadêmico há quase uma década, neste período, voltado para o magistério na educação básica. O fato de ser desafiador não significa que não seja instigante, especialmente quando o tema em questão é o ensino de história na educação básica, na constituição da história local.

Refletindo acerca do local onde resido e trabalho, o município de Cacoal, localizado a 479 km da capital Porto Velho, considere sua história muito interessante, no que se refere ao seu processo de colonização. Localizado à margem do traçado das linhas telegráficas de Rondon, que com o tempo passou a ser a BR-364, inicialmente habitado por povos tradicionais, como os Paiteer Suruí e comunidades extrativistas, mais especificamente, seringueiros e coletores, passou a ser ponto de apoio aos viajantes nas décadas de 1960, 70 e 80, afligidos pelos grandes atoleiros nas proximidades do hoje município de Presidente Médici. Ali a chamada Vila de Nova Cassilândia, foi se compondo como um complexo populacional, até prevalecer o nome de Cacoal devido ao cacau nativo preponderante nas margens do rio Machado, que atravessa suas terras. Neste panorama, foi demasiadamente necessário compreender que o sentido estrito do termo “pioneiro” não é daquele que leva a dita “civilização e o progresso” a terras já habitadas por populações tradicionais, como no caso dos Paiteer Suruí de Cacoal. E que assim, o discurso oficial acerca do “vazio demográfico” amazônico, não condizia com a realidade, ainda que com os diversos interesses em desconsiderar a presença das comunidades indígenas e extrativistas existentes na floresta rondoniense.

Como município, Cacoal foi emancipado no ano de 1977 no auge da ditadura civil-militar, junto a Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná e Ariquemes, que até hoje destacam-se como importantes municípios dos 52 componentes do estado de Rondônia. Nesse contexto, onde a colonização se torna o único caminho possível, foi imperativo aos Governos Militares, integrar todo o território nacional, sob o lema: “integrar para não entregar”, devastando a natureza, sua fauna e flora, dizimando milhares de indígenas. Além do mais, realizando alterações significativas na legislação educacional, como a lei da Reforma 5.692/1971, em que o ensino de 1º Grau substituiu as disciplinas de História e Geografia pelos Estudos Sociais, tolhendo assim, o ensino crítico em prol de uma educação alienadora e tecnicista. Atualmente, não nos encontramos tão distantes dessa realidade da década de 1970, pois vivemos num contexto nacional de obscurantismo e negacionismo, envolto na chamada “síndrome de manada”, tão alienadora quanto o dogmatismo em si, especialmente no retrospecto do Comunismo X

Capitalismo, ou completa apatia em relação à ciência, num dos mais terríveis e dolorosos momentos vividos com a Pandemia da Covid-19.

O ponto de partida para a pesquisa, objeto desta dissertação, surgiu com todos aqueles homens e mulheres, que deram tudo de si nos lugares em que viviam para aventurar nas terras sonhadas como o grande “Eldorado”, no afã de um pedaço de chão para o cultivo ou, de uma vaga de emprego, o que não havia nenhum, nem outro em suas terras de origem. Este anseio para uma nova vida, com diversos percalços, sem dúvida, mas com a esperança de alcançar a “terra das oportunidades”, no imaginário deles, e educar seus filhos e filhas, é que constitui uma das mais importantes características do povo cacoalense.

Acerca da disciplina de História e como professor, observando o município de Cacoal, seu frenetismo desenvolvimentista, comecei a me questionar se seria possível haver uma “identidade cacoalense”, especialmente no que tange às novas gerações e indo além, como o ensino de História contribuiu positiva ou negativamente para este “ser cacoalense”.

Entretanto, observando a análise de Stuar Hall (2003), que menciona a projeção do nosso “eu” em direção às diversidades culturais, que são múltiplas, também nos permeiam com seus significados e valores, o que por si só, demonstra a impossibilidade de concepção de apenas uma identidade local, justamente quando a composição étnico-racial ocorre por meio da junção de diversos grupos, oriundos dos mais variados recantos do Brasil. Portanto, compreendi que não há uma identidade, mas identidades no município de Cacoal. E o anseio por mudança de vida é peculiar às famílias que para aqui migraram com o desejo de um pedaço de terra.

Assim, considere também, a coragem dos professores leigos, que não mediram esforços para partilhar seus conhecimentos com as crianças e adolescentes em fase escolar nos primeiros tempos; e também, os professores-migrantes, como os seis corajosos professores entrevistados, neste trabalho, que partiram rumo a Cacoal, com o intuito de efetivar seu magistério desde a década de 1970 até a primeira década do século XXI. E que, ao enfrentarem as adversidades de uma região distante de sua terra natal, buscaram melhores condições de vidas por meio da educação, tanto no prosseguimento de seus estudos (quando se tornara oportuno), como também ensinando as novas gerações e promovendo o desenvolvimento do povo local.

Para fortalecer o tema, tomei como problemática norteadora as seguintes questões: como ocorreu o ensino da disciplina de História em Cacoal, da colonização até a década de 2010? E, como foi estruturado o currículo da disciplina de História de Rondônia?

Diante dos relatos dos professores e pela minha própria experiência docente, constata-se que a falta de material didático (sistematizado pelo Governo) é o principal empecilho para o desenvolvimento da disciplina de História de Rondônia nas escolas, caracterizando-se, pois,

como um “fardo didático” aos professores e/ou servindo apenas como complemento de carga horária para alguns. E essa falta de material sistematizado de História e Geografia de Rondônia se torna mais grave pelo simples fato de que estas disciplinas foram implementadas no Currículo do estado de Rondônia, ainda na década de 1990, demonstrando o desinteresse dos diversos governos que passaram ao longo dessas três décadas.

Levando-se em consideração que a disciplina de História de Rondônia possui apenas uma h/a semanal, e como enfatizado anteriormente, não possuindo material didático, oportuniza-nos como características peculiares ao século XXI o desenvolvimento da proatividade e do protagonismo, atributos que no atual cenário educacional, a BNCC nos impele a instigarmos tais valores em nossos estudantes. Ainda assim, precisamos nós mesmos propormos como profissionais do ensino de História, o caráter investigativo e pesquisador, produtores de conhecimentos historiográficos, e que não apenas registremos as memórias e nem documentemos as experiências dos diversos grupos sociais permeados de uma vasta gama de diversidades étnicas e culturais, mas também, sejamos profissionais que nos proponhamos a ensinar a História, realizando contrapontos, desde os grupos marginalizados frente às perspectivas dos grupos dominantes.

Com as pesquisas bibliográficas e as entrevistas com os professores, desde a idealização do projeto, desejou-se contribuir com a sociedade cacoalense, na estruturação e problematização do conhecimento da história regional, para os professores que desejarem fazer uso em suas aulas de História e História de Rondônia, por meio da proposta do Guia Didático – Cacoal: princípios norteadores para o ensino da história local. Buscando nos estudantes, o desenvolvimento do diálogo, entre grupos diversos, no propósito de uma aceitação da alteridade e conduta ética na sociedade, como propõe a BNCC (2018).

Portanto, este trabalho, com uma abordagem na história local, traz consigo a tentativa de elucidar o município de Cacoal como o “porto seguro” para inúmeras famílias que, do pouco que trouxeram consigo, também trouxeram junto a esperança e a coragem por uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

DISSERTAÇÕES/TESES

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

BATISTA, Vinícius Tadeu de Moura. **Escoamento da produção de café: uma projeção de logística.** 2013. 56f. TCC (Bacharelado em Economia). Universidade Estadual Paulista-UNESP, Araraquara - SP.

BORGES, Célio José. **Professores Leigos em Rondônia: entre sonhos e oportunidades, a formação e profissionalização docente: um estudo de caso - O PROHACAP.** 2011. 417f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista- UNESP, Araraquara, SP, 2011.

CUNHA, Eliaquim Timóteo da. **Quando esse tal de SPI chegou: o serviço de proteção aos índios na formação de Rondônia.** 2016. 162f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus - AM.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. **Memórias da migração, memórias da profissão: narrativas de professoras sobre suas vivências nas décadas de 1960 a 1980.** (Tangará da Serrá – MT). 2014. 211f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2014.

FERREIRA NETO, Antonio. **Ensino e aprendizagem da matemática na educação escolar indígena Paiter Suruí.** 2018. 196f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal do Mato Grosso, Cacoal - RO, 2018.

GOMES, Eliane Teodoro. **A Colonização em Rondônia (1970-1980): estudo da atual configuração fundiária da área do PIC Ji-Paraná.** 2019. 140f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá-MT.

GOMES NETO, João Maurício. **Imaginários da civilização em Rondônia: vencer o desconhecido, domar a natureza e construir a modernidade (século XX).** 2019. 389f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista - UNESP, Franca - SP.

MENDES, Matilde. **Educação escolar indígena Paiter Suruí e sua relação com os etnoconhecimentos.** 2017. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres – MT.

SOUZA, Valdir Aparecido. **(des)Ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40).** 2002. 175f. Dissertação (Mestrado em História) - da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista- UNESP, campus de Assis, São Paulo.

SOUZA, Valdir Aparecido. **Rondônia: uma memória em disputa.** 2011. 202f. Tese (Tese de Doutorado em História) - da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, São Paulo.

SURUÍ, Gamalonô. **O Ensino de línguas na escola Paiter: instrumento de fortalecimento cultural?** 2015. 88f. TCC (Monografia de Licenciatura em Educação Básica Intercultural) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná/RO.

TEIXEIRA, Lucineide da Silva. **Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos fundiários entorno do Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão (1970-2004).** 2015. 153f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

ENTREVISTAS

PROFESSORA A-80. Entrevista II. [out. 2020]. Entrevistador: Gunnar Gabriel Zabala Melgar. Cacoal, 2020. 1 arquivo.mp3 (48:08min.). A entrevista na íntegra também se encontra transcrita.

PROFESSORA A-90. Entrevista III. [set. 2020]. Entrevistador: Gunnar Gabriel Zabala Melgar. Cacoal, 2020. 1 arquivo.mp3 (13:43min.). A entrevista na íntegra também se encontra transcrita.

PROFESSOR A-2000. Entrevista IV. [set. 2020]. Entrevistador: Gunnar Gabriel Zabala Melgar. Cacoal, 2020. 1 arquivo.mp3 (49:44min.). A entrevista na íntegra também se encontra transcrita.

PROFESSOR B-80. Entrevista VI. [jun. 2021]. Entrevistador: Gunnar Gabriel Zabala Melgar. Cacoal, 2021. 1 arquivo.mp3 (7:57min.). A entrevista na íntegra também se encontra transcrita.

PROFESSOR B-90. Entrevista V. [jun. 2021]. Entrevistador: Gunnar Gabriel Zabala Melgar. Cacoal, 2021. 1 arquivo.mp3 (32:09min.). A entrevista na íntegra também se encontra transcrita.

PROFESSORA A-70. Entrevista I. [out. 2020]. Entrevistador: Gunnar Gabriel Zabala Melgar. Cacoal, 2020. 1 arquivo.mp3 (39:57min.). A entrevista na íntegra também se encontra transcrita.

LIVROS

AMARAL, Januário (org.). **Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento.** Porto Velho: EDUFRO, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Raul. **Breve histórico da Universidade do Brasil e da FNFfi.** Digesto da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1955.

CARDOZO, Ivaneide Bandeira [org.]. **Diagnóstico etnoambiental participativo, etnozoneamento e plano de gestão em terras indígenas: terra indígena Roosevelt.** Porto Velho: ECAM, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Alges: DIFEL, 1988.

DANTAS, José de Arimatéia. **A nossa Geografia**. Rondônia. Porto Velho: Mundial Gráfica e Editora, 2010.

FONSECA, Selva G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2009.

GÓES, Hércules. **A Odisséia da ocupação amazônica**. Rondônia Terra de Migrantes – Histórias de Sucessos. 2. ed. Porto Velho: Ecoturismo, 1997.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss conciso**. São Paulo: Moderna, 2011

KEMPER, Lurdes. **Cacoal, sua história sua gente**. 2. ed. Goiânia: Grafopel, 2006.

LIMA, Abnael Machado. **Terras de Rondônia: geografia física e humana**. 3. ed. Porto Velho: OFF-7, 1997.

LIMA, Flávio Rodrigues Lima; VELOSO, Odenildo Gomes. **O espaço da sociedade Rondoniense: noções do meio natural ao meio geográfico**. Porto Velho: M&M, 2001.

LIMA, Neusa Maria Perin. Chegando à Vila de Cacoal. *In*: SANTOS, Maria Lindomar dos. (org.). **Rondônia em contos: histórias do pioneirismo do Estado de Rondônia**. Brasília: Priint Impressões Inteligentes, 2019. p. 51-53.

LIMA, Teófilo L. de. **Do Monte Nebo a Jarú: um passado a ser conhecido**. Canoas: ULBRA, 2001.

MARTINS, José de S. **Fronteira a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MINDLIN, Betty. **Diários da Floresta**. São Paulo: Terceiro Nome, 2006.

MINDLIN, Betty. **Nós Paiter: os Suruí de Rondônia**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOREL, Cristina Massadar; MOREL, Marco. **Almanaque histórico Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena**. Brasília: Abravideo, 2009.

NUNES, Damião Moreira; VASCONCELOS, Tereza Neide Nunes. **Entre Carnaúbas, Mandacarus, Castanheiras e Cafezais**. A saga de Clodoaldo Nunes de Almeida e sua família pelos caminhos do Brasil. Cacoal: Aroe edições, 2010.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes Amazônicos. Rondônia: A trajetória da ilusão**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PINTO, Emanuel Pontes. **Rondônia, evolução histórica: criação do Território Federal de Guaporé, fator de integração nacional**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

PORCHAT, Edith. **Informações históricas sobre São Paulo no século de sua fundação**. São Paulo: Iluminuras, 1993.

POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade. **Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

QUILES, Francisco G. *et al.* **Cacoal: historiografia, análise, notas e comentários**. Cacoal: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1986.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

SEABRA, O; CARVALHO, M; LEITE, J.C. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros: um pouco da história rondoniana**. Porto Velho: SEDUC, 1984.

TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. *In*: KNAUSS, Paulo (org.). **Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Niterói: EdUFF, 2004.

ARTIGOS

Áreas Territoriais. IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 28 jul. 2020.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Revista Tempos Históricos**, v. 15, n. 1, 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5710>. Acesso em: 09 ago. 2021. Pp. 317-343

BARBOSA, Pedro Paulo Lima; LASTÓRIA, Andrea Coelho; CARNIEL, Francislaine Soledade. Reflexões sobre a história escolar e o ensino por competências na BNCC. **Revista Faces da História**, v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1418>. Acesso em: 09 ago. 2021.

BELTRÃO, Tatiana. **Senado Notícias**, 217. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 04 ago. 2021.

BINSZTOK, Jacob. Cacoal – RO: A Constituição de um campesinato na fronteira agrícola da Amazônia Meridional. **GEOgraphia**, v. 5 n. 10. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13453>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BOTELHO, Paulo. **17ª Brigada de Infantaria de Selva e as origens do Real Forte Príncipe da Beira**. Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, 2018. Disponível em: http://www.17bdainfsl.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=987&catid=59&Itemid=325. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: ensino fundamental e ensino médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Coordenação Edições Câmara. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 14. ed. Brasília, 2010. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/19339>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.594, de 08 de setembro de 1955**. Dispõe sobre o desdobramento dos Cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955-361157-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular. Pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 4, v. 3, jan/jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistadolhiste/article/view/65515/39461>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CARDIA, Mirian Lopes. **Cartografia**: mapa das linhas telegráficas. Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/590-cartografia-mapas-das-linhas-telegraficas>. Acesso em: 04 ago. 2020.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56594>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CUNHA, Eliaquim Timotéo da; MOSER, Lilian Maria. Os Projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto**, v. 10, n. 14, p. 124-151 – dez. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/938>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FERREIRA, L. R. Apontamentos sobre educação, cultura e etnoconhecimentos Paiter Suruí. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 40, Brasília, 2018, p. 204-223.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.2. abr.-jun., 2012, p.611-636.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/68383/41418>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MAPA-Rondon. **História das Transmissões Militares**, s/d. Disponível em: <https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2015/06/05/candido-mariano-da-silva-rondon-marechal-do-exercito-brasileiro/mapa-rondon/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. O ensino de História Regional nas escolas brasileiras. **Café história**, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-regional/>. Acesso em: 07 ago. 2021.

O QUE é e o que faz o FNDE? Todos pela Educação, 26 mar. 2018. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-o-que-faz-o-fnde/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PENA, António. **Cândido Mariano da Silva Rondon: Marechal do Exército Brasileiro. História das Transmissões**, 2015. Disponível em: <https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2015/06/05/candido-mariano-da-silva-rondon-marechal-do-exercito-brasileiro/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade? **INSTITUTO BUTANTAN**, 21/09/2021. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade>. Acesso em: 02 out. 2021.

Reis, José Carlos. 2002. “O Historicismo: A Redescoberta Da História”. **Locus: Revista De História** 8 (1). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20551>. Acesso em: 02 out. 2021.

SAGAN, Carl. **Cosmos**. 1. ed. Lisboa: Gradiva, (2001) [1980]. P. 130. ISBN 972-662-807-5

SANTOS, Breno Machado dos. Missões e Colégios: os jesuítas no Brasil no final do século XVI. **Sacrilegens**, Juiz de Fora. v. 4, n.1, p. 64-84, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26417/18202>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SANTILLI, Marcos. **Álbum sem título**. Cunha, 14, junho, 2013 (12:45h). Facebook: usuário Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/Marcos.Santilli>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SANTOS, Lucélia. Professor Vitor Hugo. **Cine Amazônia**, 2003. Disponível em: <https://cineamazonia.com.br/2003/03/28/professor-vitor-hugo/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. **Halbawachs: memória coletiva e experiência**. 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicosp/v4n1-2/a13v4n12.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SURUÍ, C.; SURUÍ, A. N.; CARDOSO, I.B.; NETO, E. S.; SILVA, A. O protagonismo Paiter Suruí no cenário educacional indígena: elementos para um diálogo possível de interculturalidade. **Scielo**, 2014. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/polis/v13n38/art12.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

TURNER, F.J. O significado da fronteira na História Americana. Disponível em: <http://resumos.netsaber.com.br/resumo-128296/o-significado-da-fronteira-na-historia-americana>. Acesso em: 29 fev. 2020.

EVENTOS

DOMINGUES, Cesar Machado. A Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas e a Integração do Noroeste. *In*: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO. MEMORIAL E PATRIMÔNIO, 14. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1273879829_ARQUIVO_RondonANPUHCesarMachado.pdf. Acesso em: 07 jun. 2021.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: Discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11., 2012. **Anais Eletrônicos...** Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/18/1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf. Acesso em: 06 ago. 2021.

MELGAR, Gunnar Gabriel Zabala. Ensinando a História da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1984) na perspectiva de um livro didático. *In*: ENCONTRO NACIONAL. Perspectivas do Ensino de História, 11., 2020, **Anais...** (web). Disponível em: <https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/anais/trabalhos/trabalhosaprovados?simposio=256>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. Os Estudos Sociais e a Reforma de Ensino de 1º e 2º graus: A “Doutrina do Núcleo Comum”. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis–SC, 28., 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439700335_ARQUIVO_OSESTUDOSSOCIAISEAREFORMADEENSINODE1E2GRAUS.pdf. Acesso em: 06 ago. 2021.

MEM, Costa. Narradores de Javé FILME. **Youtube**, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Trm-CyihYs8>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA. **Relação das Terras Indígenas de Rondônia**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ro/atuacao/indigenas-e-minorias/relacao-das-terras-indigenas-de-rondonia>. Acesso em: 15 mar. 2020.

RONDONIA. Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). **Referencial Curricular de Rondônia**. Rondônia, 2013.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. A História e os Estudos Sociais: O Colégio Pedro II e a Reforma educacional da década de 1970. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., ANPUH. **Anais...**, São Paulo, julho, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300872125_ARQUIVO_artigo_ANPUH_2011\[2%7D.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300872125_ARQUIVO_artigo_ANPUH_2011[2%7D.pdf). Acesso em: 06 ago. 2021.

SANTOS, Ederson Fernando Milan dos. O Conceito de Fronteira na Historiografia Estadunidense no final do século XIX e início do século XX. UEM, 2017. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., p. 184-191. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/4086.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SILVA, Luís Carlos Borges da. A Importância do Estudo de História Regional e Local na Educação Básica. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., ANPUH. Natal-RN, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_Artigo-HistoriaRegional_NATAL_.pdf. Acesso em: 07 ago. 2021.

SILVA, Nathalia T.C. da; FERREIRA NETO, José A. A monetarização da vida social dos Paiter Suruí. **SciELO**, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v9n1/11.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ISLIDEMIDIA. Cacoal Rondônia Brasil: lugar bom para se viver: terra de oportunidades. **Youtube**, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T8zCEsQrr3w>. Acesso em: 04 jun. 2021.